

CÉLIA REGINA FOLGOSI BIELLA

ÁGUAS ENCANTADAS: UMA ANÁLISE SÓCIO-HISTÓRICA DAS
REPRESENTAÇÕES DO LITORAL POTIGUAR PELO OLHAR DO TURISTA

Dissertação apresentada à Escola de
Engenharia de São Carlos da Universidade
de São Paulo, como parte dos requisitos para
a obtenção de Título de Mestre em Ciências
da Engenharia Ambiental.

Orientadora: Profa. Dra. Norma Felicidade Lopes da Silva Valencio

São Carlos
2006

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Nenhum trabalho se faz sozinho, nenhum pensar se produz sem o anterior e nenhum caminhar prescinde do Outro. Dedico este trabalho àqueles que me ajudaram, mesmo que indiretamente, e àqueles que, diretamente, apoiaram-me nas horas necessárias e me chamaram à razão nas difíceis horas de conflito. À minha família, presente nesta produção, dedico o meu esforço para a compreensão das relações entre os indivíduos e a construção de seu meio ambiente.

Norma,

minha gratidão.

RESUMO

BIELLA, Célia R. F. (2006). *Águas Encantadas: uma análise sócio-histórica das representações do litoral potiguar pelo olhar do turista*. Dissertação (Mestrado) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2006.

A compreensão de que as relações sociais e ambientais são cada vez mais estreitas e interdependentes demonstra a necessidade de uma análise conjunta e interdisciplinar, dentro das ciências humanas, em que as teorias se complementem, confirmem-se ou mesmo, questionem-se para uma melhor possibilidade de conhecimento e atuação. Este trabalho se propôs a isto: a observar um processo de interação social e, conseqüentemente, ambiental, neste caso o processo turístico produzido na região de Natal (RN), tendo como ferramentas alguns dos marcos conceituais de pensadores que se encontram na Sociologia (Norbert Elias), na Psicologia Social (Serge Moscovici e Sandra Jovchelovitch) e na Geografia Humana (Milton Santos). Tal observação foi feita através de entrevistas semi-estruturadas e de fotografias registradas pelos turistas na interação, procedimentos que possibilitaram um conjunto significativo de dados para a análise, seja no delineamento dos tipos e características das interações construídas, seja na demarcação espacial dos lugares para estas interações. E esta análise da construção social, ambiental e material de um processo de interação, neste caso a interação turística, propiciou ressaltar aspectos importantes que, numa observação baseada em apenas uma ciência, poderia desconsiderar fatos e dados importantes e fundamentais de tal processo.

Palavras-chave: interdisciplinaridade, interação social e ambiental, percepção social e ambiental, figuração, representações sociais, espaço, fotografia, turismo.

ABSTRACT

BIELLA, Célia R. F. (2006). *Enchanted Waters: a socio-historical analysis of the representations of the potiguar seashores through the tourist's eyes*. Dissertation – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2006.

The comprehension that the social and environmental relations are, more and more, narrow and interdependent, shows the necessity of a interdisciplinary analysis in human sciences' field, where theories complete, confirm or even question themselves for a better action or a better knowledge. This is the proposal of this work, to observe a social interaction and an environmental process, consequently, in this case the tourist development process of Natal (RN) area, using, as tools, some concepts of famous researchers in areas like Sociology (Norbert Elias), Social Psychology (Serge Moscovici e Sandra Jovchelovitch) and Human Geography (Milton Santos). Such observations have been held on semi-structured interviews and some pictures taken by the tourists during interactions. These procedures allowed a significant number of data for the analysis, on types and characteristics of interactions divisions of marking places out for these interactions. And this analysis of the social, environmental and material construction of an interaction process, in this case the tourist interaction, allowed to come up with important aspects that, on an observation based on only one science, could not consider some facts and data important enough or essential for this process.

Keywords: interdisciplinary work, social and environmental interaction, social and environmental perception, social representations, environment, picture, tourism.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografía 1 – entrevistada “B”	110
Fotografía 2 – entrevistada “B”	110
Fotografía 3 – entrevistada “B”	110
Fotografía 4 – entrevistada “E”	147
Fotografía 5 – entrevistada “G”	147
Fotografía 6 – entrevistada “C”	147
Fotografía 7 – entrevistada “B”	147
Fotografía 8 – entrevistado “F”	150
Fotografía 9 – entrevistada “B”	150
Fotografía 10 – entrevistada “D”	151
Fotografía 11 – entrevistado “H”	151
Fotografía 12 – entrevistada “D”	153
Fotografía 13 – entrevistado “F”	153
Fotografía 14 – entrevistada “B”	153
Fotografía 15 – entrevistada “G”	153
Fotografía 16 – entrevistada “G”	153
Fotografía 17 – entrevistado “F”	154
Fotografía 18 – entrevistada “D”	154
Fotografía 19 – entrevistada “A”	154
Fotografía 20 – entrevistada “G”	154
Fotografía 21 – entrevistado “F”	156
Fotografía 22 – entrevistada “E”	157
Fotografía 23 – entrevistada “E”	157
Fotografía 24 – entrevistado “F”	157
Fotografía 25 – entrevistada “D”	157
Fotografía 26 – entrevistada “B”	158
Fotografía 27 – entrevistada “D”	158

SUMÁRIO

RESUMO

ABSTRACT

LISTA DE FOTOGRAFIAS

INTRODUÇÃO	09
CAPÍTULO 1 – A Construção social do Turista: marcos conceituais e históricos	14
1.1. Principais Fundamentos Teóricos: Categorias de análise	19
1.1.1 Norbert Elias e os conceitos de figuração e a relação Estabelecidos e Outsiders	19
1.1.2 A importância das Representações Sociais para o estudo das interações sociais	30
1.1.3. Importância do pensamento de Milton Santos para a compreensão das relações sócio-espaciais	39
1.1.4 As funções das águas no imaginário ocidental, na visão do filósofo Bachelard	46
1.2. Pontos relevantes entre os autores	49
1.3. O uso e percepção da praia e do mar como lazer – marco histórico	55
CAPÍTULO 2 – A Problemática do Turismo à Luz dos Marcos Conceituais	65
2.1. Possibilidades de intersecção do pensamento de Elias com o processo turístico	65
2.2. Teoria das Representações Sociais e o Processo Turístico	70
2.3. Milton Santos e o uso do espaço para o Processo Turístico	76
2.4. Possíveis relações do imaginário das águas com o Processo Turístico	82
CAPÍTULO 3 – A Importância da Fotografia como dado social e objeto de pesquisa sobre o Turismo	85
3.1. A Fotografia como documento: considerações gerais	86
3.2. Os vieses tecnológico e ideológico da Fotografia	88
3.3. As Fotografias dos Turistas	93
CAPÍTULO 4 – As Interações do Turismo segundo um de seus sujeitos, o turista: Um estudo de caso.	98
4.1. Procedimentos metodológicos de investigação de campo	99

4.2. Resultados obtidos em campo e Discussão	104
4.2.1 O Turismo como Figuração	104
4.2.2 A importância das Representações Sociais para os Turistas	122
4.2.3 O Turismo como refabricação do espaço	131
4.2.4 O imaginário do Turista nas relações com o mar e o uso das praias	142
4.2.5 A Fotografia do Turista como representação idílica do lugar	146
CAPÍTULO 5 – Considerações Finais	159
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	162
ANEXO 1 – Roteiro de Entrevistas	CD
ANEXO 2 – Transcrição das Entrevistas	CD
ANEXO 3 – Fotografias selecionadas pelos entrevistados	CD

INTRODUÇÃO

Pensar um espaço ou um território envolve pensar não só os elementos físicos do ambiente natural ou construído, mas principalmente as relações sociais existentes sobre este, com suas interações e interdependências, conflitos e disputas. Os elementos físicos representativos da construção material da sociedade ou os elementos naturais com os quais a sociedade interage nem sempre são compreendidos nas subjetividades e esquemas de representação que suscitam ou que são moldados, a quem ou ao que estão relacionados e quais as influências que sofrem ou sofreram na sua transformação ou manutenção.

As interações sociais trazem em sua natureza a possibilidade da criação, da mudança, da busca por alterar um contexto em prol dos interesses dos envolvidos, mas podem também, confirmar e manter padrões de relação e interdependência pouco flexíveis e equitativos. E, mesmo padrões de interações mais ou menos flexíveis, podem engendrar impactos substantivos no meio ambiente onde se expressam e se realizam. Sendo assim, como refletir sobre esse fenômeno, bem como sobre os grupos e indivíduos que interagem sobre este? A interdisciplinaridade pode ser uma forma de quebrar os muros das especializações e, neste trabalho, principalmente a Sociologia, a Psicologia e a Geografia Humana auxiliam sobre tal questão, na busca de que seus resultados produzam vão por onde estas ciências possam se “espiar” mutuamente, proporcionando um maior ângulo de análise.

Portanto, a proposta deste trabalho é ampliar esse vão para o conhecimento de um objeto de estudo que parte, desde a busca das representações sociais relacionadas à interação turística, de suas figurações e padrões sociais e espaciais, até uma análise crítica dos diversos elementos envolvidos, de forma a revelar realidades e subjetividades que se encontram além das opacidades imediatas. A visão humana é um exemplo de percepção e entendimento conjunto, em sua necessidade de “dois olhares” para a melhor identificação e reconhecimento de um objeto. Separados, possuem referenciais diferentes - juntos, conformam o objeto na sua possibilidade de interpretação. Assim deve proceder a análise científica, na busca da junção do que cada ciência tem de singular para o objeto analisado – adicionando e não particionando – na produção de novas interpretações e não novos objetos ou fatos.

Estudar as interações sociais, reconhecendo sua influência no espaço onde ocorrem e a recíproca influência deste, não implica apenas no diálogo entre áreas de conhecimento diversas, mas em um trabalho de integração dentro das ciências humanas, representadas neste trabalho pela sociologia, na figura de Norbert Elias (1993, 1994, 1994b, 1998, 2000); pela psicologia social, na figura de Serge Moscovici (2003) e Jovchelovitch (2000), pela Geografia Humana, na figura de Milton Santos (1992, 1997, 1997b, 2004) e ainda, de modo tangencial, pela Filosofia, na figura de Gaston Bachelard (1997). Todos pensadores atuantes em seu tempo que buscaram ou buscam a compreensão do fato presente e cotidiano pela integração de saberes em que, principalmente as relações entre fatos, objetos e sujeitos, são seus dados de análise.

As relações sociais e ambientais são, cada vez mais, estreitas e interdependentes e é sobre esse tema que este trabalho se debruça, pois as alterações na base biofísica não ocorrem à revelia das intenções e histórias de uso de seus sujeitos, como também produzem alterações significativas nos próprios padrões destas mesmas relações, modificando valores, conceitos e comportamentos para a adaptação às necessidades surgidas. Grupos sociais mais organizados, coesos ou influentes modificam territórios próprios e alheios, a fim de lhes conferir a espacialidade devida aos seus interesses, com a imposição de uma lógica e uma dinâmica moderna ao espaço, dando concretude a seus novos conceitos, imagens, falas e representações sociais que as legitimam, porque territorialidades e imaginários podem legitimar relações de desigualdade econômica, social e mesmo ambiental entre grupos, à medida que incitam a disputa desequilibrada dos recursos e do uso dos territórios, numa condição de forças assimétricas, produzindo uma situação relacional de dominadores e dominados, ou o que Norbert Elias chamou de “estabelecidos” e “outsiders” – caracterizando pólos distintos de poder.

E nesse sentido, é de fundamental importância estudar a construção dos grupos envolvidos nessa interação sócio-ambiental que disputa concepções distintas de territórios sob um mesmo espaço. Tendo isso em conta, há três aspectos importantes a considerar: como cada grupo se vê, como vê o outro e como imagina o espaço no qual circunscreve suas relações sócio-ambientais. Esses olhares, mediados pelas representações sociais e suas influências nas percepções individuais e sociais, junto à interdependência construída, social e historicamente, podem subsidiar a análise do processo de construção da desigualdade de

poder, social e ambiental, bem como indicar as condições de autonomia e mudança para os grupos que se encontram fragilizados na relação.

As funções dadas às formas, sejam estas novas ou antigas, revelam características de um processo no qual o espaço não se apresenta apenas como uma condição da interação, mas como um fator desta. E nada melhor para se estudar estas novas funções que o processo turístico, o qual conforma função, forma e estrutura aos imaginários dos turistas e à estrutura de produção dos agentes econômicos do processo. E, sendo produzido no Brasil, esse processo encontra-se intimamente vinculado à grande extensão de água existente no país, seja nos rios ou no mar, a qual atrai novos tipos de interação ao seu redor. As representações, os usos e as interações sociais produzidas nos territórios litorâneos, especificamente na região de Natal (RN), foram os dados para esta análise da interação de grupos.

Tal objetivo foi buscado através de três principais procedimentos metodológicos. Inicialmente procedeu-se a uma pesquisa bibliográfica na qual se procurou conceitos e categorias importantes para a análise do objeto de estudo desta dissertação, o que proporcionou uma capacitação teórica quanto a tais conceitos e categorias e, principalmente, proporcionou uma visão mais crítica e abrangente, em que as relações entre idéias, conceitos, imagens, relatos, fatos e realidade foram valorizadas e respeitadas em suas especificidades. A pesquisa bibliográfica, além de proporcionar uma base teórica e conceitual para a construção e discussão dos resultados encontrados na pesquisa de campo, proporcionou uma revisão de valores e conceitos individuais e mesmo grupais da própria pesquisadora, o que vem ao encontro do objetivo das ciências como processo de construção do conhecimento social e também individual.

A pesquisa passou pelos conceitos de Norbert Elias, principalmente quanto ao conceito de figuração¹ e quanto à relação Estabelecidos-Outsiders, refletindo a importância das interdependências sociais e a dinâmica entre grupos que se vêem com graus variados de poder e que se deixam enredar pelas chamadas “armadilhas sociais” de Elias, nas quais a liberdade de ação e pensamento tornam-se estreitas e imediatistas; pelos conceitos de Serge Moscovici, que demonstra a construção social e não individual das Representações Sociais

¹ Figuração é o termo usado por Elias para definir a organização de pessoas interdependentes e mutuamente influenciáveis.

e as suas influências na percepção e interações; pelos conceitos de Milton Santos quanto ao espaço e território, visto serem não apenas palco das interações, mas fatores de influência nestas, revelando todo o processo social e histórico ali transcorridos; e pelas reflexões de Bachelard quanto ao imaginário social sobre as águas, o que proporciona ir além do racional, numa valorização do emocional nas interações e percepções.

Assim, após a pesquisa bibliográfica e a fundamentação conceitual e teórica, passou-se a proceder à pesquisa de campo, na busca de dados para os objetivos acima elencados. A pesquisa foi feita através de entrevistas semi-estruturadas e análise de fotografias de sujeitos que tivessem viajado, a lazer, para a localidade de Natal (RN) e que se dispuseram a fornecê-las para análise. As fotografias usadas no texto foram identificadas através de uma numeração e vinculação ao entrevistado, optando-se pela supressão de legendas pelo entendimento de que as mesmas poderiam conduzir o leitor a visualizar de maneira restrita os elementos da imagem que estão sendo objeto de análise. Resguardaram-se também os nomes dos entrevistados, identificando-os através de letras (A, B, C...) e alterando o foco da imagem de seus rostos nas fotografias.

Natal foi escolhida pela possibilidade de proporcionar a verificação das interações dos turistas com o meio social e ambiental, mediadas pela natureza, principalmente pelo mar, por ser uma das cidades mais procuradas do Nordeste para lazer e turismo e pela forte atuação política do Governo Estadual no incentivo do desenvolvimento turístico, o que, como se verá adiante, produziu um pólo de desenvolvimento regional, com novas territorialidades, novos modos de produção e novas relações sociais entre diferentes grupos, mas que, nem por isso, tem conseguido diminuir as desigualdades sociais de sua população.

Este trabalho apresenta, no Capítulo 1, alguns dos principais marcos conceituais e teóricos do pensamento dos autores relacionados a este trabalho, proporcionando uma base de sustentação crítica para a análise do estudo de caso. Possibilita também o realce de alguns pontos de convergência entre estes autores, na busca de complementação e ampliação da análise, revelando o caráter dinâmico e de interdependência destes. E, por fim, relata brevemente o desenvolvimento histórico da interação e percepção do mar e do uso das praias como lugar de lazer e espetáculo social.

O Capítulo 2 relaciona os marcos conceituais ao processo turístico, buscando iluminar tal processo com as relações, interpretações, valores e significados dos grupos

envolvidos, predominando o enfoque ao grupo de turistas na interação. Relaciona-se também o imaginário das águas à construção do processo turístico, o qual pode apresentar mais do que fatores racionais e econômicos para seu desenvolvimento.

Já o Capítulo 3 proporciona entender o caráter ideológico e valorativo das fotografias no seu uso como dado de conhecimento, mas também de posse e domínio do referencial registrado. Enfatiza o grande uso das fotografias na interação turística e como tais registros se adequam à figuração e representação dos relacionamentos sociais e ambientais dos sujeitos envolvidos.

O Capítulo 4 apresenta um estudo de caso privilegiando a análise de um de seus sujeitos – os turistas. Foram estudadas a percepção e interpretação das interações dos turistas que viajaram para Natal (RN), a turismo, através de entrevistas semi-estruturadas e fotografias da interação. Os dois tipos de procedimentos tiveram por objetivo uma complementaridade para a análise e discussão, sendo fonte de dados para reflexão da interação de grupos com objetivos e representações diferentes no uso de um espaço comum. Este capítulo relata desde a metodologia até resultados e discussão da pesquisa, apresentando reflexões e análises vinculadas principalmente aos autores base do trabalho.

E ao final, o Capítulo 5 traz, não conclusões estanques ou julgamentos valorativos, mas um desejo de mudança para que os padrões fixados como naturais possam ser alterados e, principalmente, compreendidos como fenômenos e não como conceitos.

CAPÍTULO 1

A Construção social do Turista: marcos conceituais e históricos

Um dos processos mais representativos do padrão de interação de grupos sociais num espaço específico, na atualidade, é o processo turístico, o qual envolve, invariavelmente, uma conformação e uma instrumentalização do espaço e das representações sociais de seus sujeitos. Mas há que se fazer distinção entre os fixos e os fluxos do território. Uma vez que certos fixos são inseridos no lugar visando atender os turistas, a modificação do espaço é permanente, ou seja, garante que a qualquer tempo, quaisquer turistas possam fruir das novas funções do lugar; já os fluxos para o lugar podem ser circunstanciais ou sazonais a depender, por exemplo, dos ciclos climáticos e épocas de férias escolares. A circunstância da época de férias define, por um lado, a magnitude do contingente humano que se adensa no local; por outro lado, propicia uma variabilidade dos sujeitos constituintes do contingente humano que flui para o local. Portanto, pode-se dizer que tal fluxo torna-se circunstancial para os indivíduos, mas de certa forma contínuo no uso do território.

Os hotéis, nas orlas de praias paradisíacas, por exemplo, que podem ser freqüentados uma única vez por um determinado turista, mas cujas edificações e infra-estruturas permanentes, dispõem o território para o uso de um grupo específico, estende seu domínio, real ou representativo, além do sistema normativo de uso público. As cadeiras, guarda-sóis e um corpo de seguranças particulares geram novas referências e representações sobre os direitos de uso do lugar e são capazes de hegemonizar representações espaciais que submetem o marco legal às práticas correntes.

Os espaços turísticos são, portanto, também, palcos de embates sociais e ambientais que revelam características marcantes da contemporaneidade ocidental através de um

processo de produção social e ambiental, cuja hierarquização de funções e apartação territorial, junto à falta de Representações Sociais convergentes quanto à interação entre os grupos e com o meio ambiente, enredam seus sujeitos pelas chamadas “armadilhas sociais” de Elias, cabendo à população local, apenas o papel subalterno e subserviente, de “outsiders”.

Para os turistas, o desejo da interação turística encontra-se relacionado desde à necessidade de atividades substitutas para liberação de emoções e impulsos (uma das promessas do turismo) até ao desejo de sentir-se superior e prestigiado por vivenciar o tão prometido paraíso que é representado tal como se houvesse à disposição do turista uma corte de serviçais – que é um imaginário elaborado intensivamente pela mídia. Já para a população local, o desejo da interação turística relaciona-se ao desejo de melhor qualidade de vida, desenvolvimento econômico e ascensão social, que são as promessas institucionais dos agentes do Estado e do processo de produção econômico.

O processo turístico implantado no Brasil representa, para a maioria das regiões, um projeto de modernidade para as localidades, porém, com um conjunto ambiental, tecnológico e social que mais serve aos visitantes que à população local. Assim, o dizer de Milton Santos é oportuno: “A modernização sempre vai acompanhada por uma especialização de funções que é responsável por uma hierarquia funcional” (1992, p. 32). Tal hierarquia e especialização induzem desde o maior distanciamento social entre grupos, cabendo à população local trabalhos menos especializados e com menor remuneração, até a apartação territorial numa hierarquia de espaços sociais que é reflexo da hierarquia das relações sociais de poder e prestígio, alteradas pelas novas estruturas das relações, ou como diz Elias, pela nova configuração social.

É um processo importante porque faz com que a interação circunstancial de indivíduos, tornando-se permanente no seu fluxo, imponha sua lógica moderna sobre estruturas mais antigas, alterando-as de maneira quase implacável. O novo grupo que se instala com o processo modernizador representa para si e para os moradores locais o desenvolvido, o “civilizado” – alterando a estrutura ou a figuração anterior dos indivíduos e dos grupos da comunidade local. Os recursos naturais da localidade são, para o turismo, um dos fatores originários do interesse por aquela porção geográfica, mas, caso degradado, perderá seu motivo de atração, sendo abandonado, visto não existir entre o grupo de

visitantes e os recursos ambientais uma relação afetiva ou emocional como a que existe com a população local. Na situação turística, verifica-se que o que é para um grupo apenas um elemento da paisagem, para o outro grupo é um elemento pertencente à sua própria existência e identidade material, social e histórica. Santos (1997, p. 38) afirma que a paisagem é uma acumulação de tempos, porém o grupo de turistas parece pouco interessado nestes tempos sociais materializados, caso não componham a paisagem idealizada para sua fruição. Desejam o tempo presente, no consumo de imagens e representações e não de suas formações históricas e sociais, mesmo que esta seja apenas uma das “racionalidades” para a visita ao local. O tempo turístico não é apenas um “tempo livre” do trabalho, mas um tempo de relação com o lugar, um tempo do presente, do prazer, do imediatismo, do consumo – material ou visual – e do prestígio. A procura pelo turismo histórico, inicialmente, parece desmentir tal conceito, porém a grande rapidez com que se visitam tais lugares e o grande número de lugares visitados e captados pelas máquinas fotográficas, em um curto espaço de tempo, parece sustentar tal idéia.

Por outro lado, não se pode pensar em beleza e em imagem do paraíso, no Brasil, sem relacioná-las ao meio ambiente natural e, principalmente, à água como fator de atração. O enorme volume e extensão existente no interior do país, com seus rios, lagos e represas, soma-se à grande extensão de costa oceânica – fatores fundamentais para transformar as águas interiores e litorâneas em potencial território para o Turismo. Além de sua importância como recurso natural necessário à sobrevivência dos seres vivos, a água encontra-se também vinculada ao imaginário coletivo, em que mitos e símbolos como o da água-mãe, ventre materno, natureza intocada, pureza, limpeza, mistério, sensualidade, serenidade ou mesmo violência, força, destruição, dentre outros, induzem os indivíduos a buscarem sua proximidade ou mesmo sua contemplação, em um jogo de atração que enreda os indivíduos através da construção ou manutenção de suas representações sociais.

Cunha (2000, p. 24) afirma que “a água adquire significações as mais variadas nos diversos contextos culturais – é, ao mesmo tempo, substância (matéria) e símbolo (imagem)”. Essa distinção permeia este trabalho no sentido de que a água é para os turistas, predominantemente, símbolo (imagem), cujo contato geralmente é feito pela visão, um sentido domesticado e “civilizado” em que são procuradas as “águas claras” relatadas por

Bachelard (1997), as águas fáceis e fugidias que, assim como para os poetas pobres analisados pelo autor, ornamentam a paisagem, sendo, apenas, o seu adorno.

As águas parecem ser para os turistas ornamentos de seus sonhos, imagem a ser contemplada e não matéria a ser vivida, mas que, sendo símbolo, possuem uma forte função de atração para lugares ou espaços que as contenham. Já para a população local, apesar da existência do seu caráter simbólico e imaginário, como encontrado nas culturas locais, com suas lendas e costumes, é também substância (matéria), pois dela tiram sua sobrevivência e trabalho (a pesca, por exemplo) e também a relação com sua história e comportamentos. Essa distinção, como já mencionado, pode ser uma das bases dos conflitos ocorridos nas interações turísticas, visto serem funções diferentes dadas às mesmas formas, criando uma dinâmica de interdependência que faz com que os sujeitos se curvem às limitações da figuração estabelecida nas relações.

Bachelard (1997, p. 45) relata com sensibilidade que “a vista reúne as imagens tal como o coração aglomera os desejos” e continua a afirmar que “Sonha-se antes de contemplar. Antes de ser um espetáculo consciente, toda paisagem é uma experiência onírica. Só olhamos com uma paixão estética as paisagens que vimos antes em sonho” (1997, p. 5). E estes sonhos e desejos são construídos junto a representações sociais formadas através da interação social e ambiental, daí a importância de estudá-las em suas especificidades, funções e relações, fazendo com que o círculo se amplie nas possibilidades de conhecimento. Tais fatos podem ser relacionados com o processo turístico implantado nas áreas que possuem a água como fator de atração, principalmente no seu aspecto de devaneio, de sonho, de reflexão, de desejo do paraíso e do belo, de desejo da contemplação.

Interessante também relatar como é dado à água, na linguagem, um sentido de sujeito vivo, com vontade própria: “os caprichos da chuva”, a “violência da enxurrada”, a “força das ondas”, os “ímpetos das marés”, etc., numa materialização e objetivação importante para sua valorização e que, como tal, encanta e atrai à sua interação. São fenômenos naturais considerados em seu estado puro, daí, talvez, a força de atração de cachoeiras, quedas e cascatas, ou mesmo praias, rios ou lagoas.

A indivisibilidade e a ausência de uma apropriação formal da água (Maldonado, 2000, p. 60) faz com que os sujeitos não a consigam dominar ou domesticar por completo, o que também pode ser outro fator de atração. A apropriação do mar, por exemplo, é feita

em seu entorno, em suas orlas, praias, construções costeiras, enfim, pela matéria à sua volta e não pela sua essência, o que o torna misterioso e até certo ponto indomável. Busca-se oferecer aos turistas, na terra, o sentimento de segurança, conforto, prestígio e domínio, enquanto contemplam, à distância, as águas indomáveis.

Cunha (2000, p. 18 e 21) também se refere à pesquisa de Corbin (1989), relatada mais adiante, que estudou os múltiplos significados do banho no mar do séc. XVI ao XVIII verificando que as imagens positivas sobre o mar só apareceram a partir do séc XVIII. O que antes era permeado pelo medo e por imagens repulsivas, após esta época passa a relacionar-se com prazer, beleza, desejo e emoção. Esse relato se une à teoria de Elias quanto ao meio ambiente natural ser “domesticado” pelo processo civilizador. As praias, após serem “civilizadas”, puderam ser vivenciadas através da beleza, do prazer e do prestígio, pois suas ameaças foram controladas e dominadas por explicações, racionalizações e domínio das técnicas marítimas e terrestres, feitas por grupos dominantes.

Thomas (1988) também confirma a mudança de percepção e interação com a natureza relatando que para a sociedade inglesa, antes do séc. XVIII, o mundo natural era considerado selvagem, temido e incivilizado, sendo que, após este século, passou gradativamente a ser belo e “moralmente benéfico”, em função do aumento do controle social sobre ela. Montanhas vistas anteriormente como “deformidades”, “verrugas”, “furúnculos”, lembra Thomas (1988, p. 309), transformaram-se em objetos de admiração estética e seus habitantes, antes chamados também de incivilizados, passaram a ser elogiados por sua “inocência e simplicidade” (o que, de qualquer forma, continua rebaixando-os a um plano inferior). Deu-se uma transformação na percepção sobre o meio ambiente na sociedade ocidental o que foi, também, assimilado pela sociedade brasileira e, conseqüentemente, pelo processo turístico.

Os elementos centrais que dão forma às Representações Sociais do turista sobre suas relações com o meio ambiente visitado são construídos socialmente, ou seja, há um imaginário comum construído principalmente através da comunicação, fomentado por aqueles que vivenciam a experiência de circunscrever-se em outro território, de forma que os elementos naturais e os sujeitos locais estejam à sua disposição. Mas, quais as características dessa representação? Quais os recortes sociais que, eventualmente, dão-lhes especificidades?

Uma das especificidades é a de que o sistema de representações sociais, usado no turismo, sustenta-se em pilares que, praticamente, negam a construção social dos espaços visitados buscando ambientes naturais, como se estes não fossem também sociais. Ao negar a produção sócio-espacial do lugar, nega-se às populações locais o reconhecimento de seu valor social, cultural e o direito de uso do território. Os novos ambientes, construídos em função do processo turístico são, portanto, vistos como ato civilizatório e a cultura local, as danças, músicas, artesanatos, têm servido mais como elemento da paisagem ou adorno que propriamente conhecimento da estrutura histórica e da interação local tradicional. As “lembranças” trazidas da viagem servem mais como um testemunho da estada no lugar, do que uma reverência à cultura ou sociedade local.

E, uma das principais formas de capturar e testemunhar tal estada, no processo turístico, é através do registro das fotografias, as quais proporcionam ao grupo transcender à fugacidade da interação, materializando-a e perenizando-a, ou como ensina Moscovici, objetivando-a numa eterna possibilidade de retorno. A fotografia é um signo com conteúdo ideológico capaz de proporcionar a contextualização necessária ao significado de uma vivência, é uma dimensão pública sobre a qual o turista se debruça para contar suas histórias de viagem (ou seriam estórias?), usando-as como comprovação e evidência da sua interação e interpretação.

Quando as fotografias juntam-se aos relatos orais pode advir um material importante para a análise da estrutura, dinâmica e percepção das interações dos grupos e indivíduos com o meio ambiente, posto que permitem integrar as representações sociais aos tipos de interações socioambientais que alicerçam o uso do território alheio.

1.1 Principais Fundamentos Teóricos: Categorias de análise

1.1.1 Norbert Elias e os conceitos de figuração e a relação Estabelecidos e Outsiders

O pensamento de Norbert Elias é importante ao destacar as relações de interdependência dos sujeitos, principalmente pelo aumento do tamanho das cadeias de ação e produção desenvolvidas no Processo Civilizador. O estudo das figurações

estabelecidas, junto à construção de um imaginário social e individual, conforma o espaço para uso dos grupos mais poderosos, mesmo que disto se tenha pouca consciência.

Elias, conforme Souza (2001, p. 75), possui um interesse analítico marcadamente desmistificador dos processos de legitimação de dinâmicas e de sentimentos de superioridade de grupos e indivíduos sobre outros, não apenas trazendo alguns aspectos específicos da interação, revelando assim seu caráter de movimento e de processo, mas, principalmente, levantando o véu da pseudoneutralidade de valores nas interações, a qual esconde a subjugação e a dominação através de conceitos como “racionalidade” ou “desenvolvimento”.

Elias (1994, p. 64) relata que o processo de formação e expansão do Processo Civilizador foi esquecido e as nações ocidentais mais poderosas e influentes tomaram para si a incumbência, ou melhor, o objetivo, não desinteressado, de transmitir a outras seu processo já considerado acabado – tornando-se os porta-estandartes desta nova dinâmica chamada de civilização. Expressaram e ainda expressam sua auto-imagem de superioridade e distinção, o que serve às nações conquistadoras como justificativa do seu domínio, serviço já prestado anteriormente aos interesses de grupos da corte européia do início da modernidade e do Processo Civilizador.

O conceito de civilização para Elias expressa

a consciência que o Ocidente tem de si mesmo. [...] resume tudo em que a sociedade ocidental dos últimos dois ou três séculos se julga superior a sociedades mais antigas ou a sociedades contemporâneas ‘mais primitivas’. Com essa palavra, a sociedade ocidental procura descrever o que lhe constitui o caráter especial e aquilo de que se orgulha: o nível de *sua* tecnologia, a natureza de *suas* maneiras, o desenvolvimento de *sua* cultura científica ou visão do mundo, e muito mais (ELIAS, 1994, p. 23).

Este conceito de superioridade ou sua procura modelaram comportamentos na busca de torná-los automáticos e “naturais” ao longo do tempo, fazendo crer aos seus sujeitos que resultavam do seu livre arbítrio. Porém, nada mais falso, conforme a contribuição de Elias, pois “a agência controladora que se forma como parte da estrutura da personalidade do indivíduo corresponde à agência controladora que se forma na sociedade em geral” (ELIAS, 1993, p. 201). Daí a correspondência das mudanças individuais e sociais, nas quais a dependência recíproca de todos se tornou, de alguma forma equilibrada, assim como o medo da perda de prestígio dentro do seu grupo, o que gerou um alto grau de supervisão

recíproca, uma estigmatização permanente e penalidades para quem infringisse o código comum de conduta (ELIAS, 1993, p. 213).

Esta correspondência entre o composto dos indivíduos e a estrutura social é um dos aspectos importantes de seu pensamento, visto a união de dois conceitos, indivíduo e sociedade, até então estudados e analisados distintamente pelas ciências, distantes da vivência cotidiana dos seus objetos de estudo. União desejável e requerida para se entender a sociedade não apenas como um aglomerado de indivíduos isolados do meio social e ambiental em que vivem, mas vistos em seu contexto social “como um ser humano em relação com outros, como um indivíduo numa situação social” (ELIAS, 1993, p. 228).

Como acentua Waizbort, em sua análise do pensamento de Elias, este não vê causalidade ou determinismo entre as duas dimensões, mas correspondência: “à transformação de uma dimensão ‘corresponde’ uma transformação na outra” (2001, p. 102-103), e enfatiza a crítica de Elias à tradição dos sociólogos em considerar relações como objetos e substância e conceitos relacionais como conceitos substanciais. Elias, ao contrário, busca “forjar conceitos que dêem conta de relações – como é o caso do conceito de figuração”.

As teorias e pensamentos da área das ciências humanas e mesmo da sociologia, segundo este, debruçaram-se sobre os aspectos do conhecimento e do pensamento, como se estes fossem os mais importantes para que os indivíduos dirijam suas vidas e decisões. Razões e idéias tornam-se os dados mais importantes para análises e discussões, ignorando as estruturas das pulsões, a direção e a forma de emoções e impulsos humanos, assim como suas influências.

os níveis mais animais e automáticos da personalidade do homem não são nem mais nem menos importantes para a compreensão da conduta humana do que seus controles. O que importa, o que determina a conduta, são os equilíbrios e conflitos entre as pulsões maleáveis e os controles construídos sobre as pulsões (ELIAS, 1993, p. 237).

Elias explicita o abismo criado pelas ciências entre indivíduo e sociedade, tratando-os como objetos de análise independentes, denotando um juízo de valor social de seus analistas e seguidores, ora sobre os indivíduos, ora sobre a sociedade. Aproxima a ciência da vida cotidiana para “tornar compreensível, no pensamento, aquilo que vivenciamos diariamente na realidade” (ELIAS, 1994b, p. 16). Para o autor (1994b, p. 56) “A sociedade não apenas produz o semelhante e o típico, mas também o individual”, pois indivíduo e

sociedade não são duas “substâncias” diferentes, mas duas “funções” diferentes das pessoas nas suas relações sociais. É enfático quando afirma que “cada pessoa só é capaz de dizer ‘eu’ se e porque pode, ao mesmo tempo, dizer ‘nós’, e é este nós que representa a sociedade, não separada, mas parte do ‘eu’, pois um não existe sem o outro” (1994b, p. 57).

E, como muitas vezes o indivíduo se sente apartado da sociedade, designa a ela a responsabilidade pela não realização de seus desejos e impulsos, substantivando-a como uma pessoa, uma mãe restritiva, hostil, fria e opressora, que nega satisfação e realização ao filho. Já a natureza é apresentada como uma pessoa amistosa, símbolo do que é bom, curativo, normal, sadio e natural. A sociedade é apresentada como aquilo que impede as pessoas de desfrutarem uma vida “natural” ou “autêntica” (1994b, p. 107).

Os indivíduos, para Elias, têm sempre uma função em relação aos outros, a qual só pode ser entendida através da estrutura específica das dependências e interdependências que possuem uma regularidade própria no tempo, dentro de um contexto funcional. Porém, relata duas tendências dos indivíduos que dificultam a possibilidade de ação ou mudança: a tendência de pensar regularidades através de objetos ou substâncias perceptíveis pelos sentidos, o que transcenderia os indivíduos como sujeitos das suas próprias ações, distanciando-os do conceito de sociedade; e a outra é ver a sociedade como sendo formada por regularidades “criadas” pela natureza, as quais existiriam antes mesmo dos indivíduos, estando assim, também, negada a influência dos sujeitos individuais dentro desta. Para o autor, é preciso “desistir de pensar em termos de substâncias isoladas únicas e começar a pensar em termos de relações e funções” (ELIAS, 1994b, p. 25), as quais são criadas por sujeitos em uma evolução, não estando nunca acabados e completos.

Porém, é preciso ressaltar este aspecto de conflito nas interações para deixar claro que o Processo Civilizador não foi e não é desenvolvido harmoniosamente, pelo contrário, é feito de disputas e embates sociais e individuais constantes, num equilíbrio efêmero e mutável, mas que precisa ser atenuado, visto a interdependência na estrutura de relacionamento social de todos os envolvidos, daí a existência e funções de órgãos ou mecanismos mediadores. Não perceber e analisar estes conflitos, inerentes a todas as interações, pode levar à alienação da figuração estabelecida no espaço social, induzindo à crença de que determinados padrões de interação ou figuração sejam “naturais”, perdendo assim o sentido de construção social e não individual do processo.

E os conflitos acontecem também e, principalmente, internamente nos indivíduos. Deixam de ser predominantemente externos para serem internos, numa rede de funções interdependentes, não visíveis ou tangíveis, mas fortes e reais, chamada de sociedade, em que os indivíduos são elos desta cadeia de ações que ligam uma pessoa a outra, revelando as funções de cada uma (ELIAS, 1994b, p. 23). E, assim como formam a sociedade, também são formadas por ela.

A introjeção do autocontrole elevado, com o refreamento das emoções e afetos, a renúncia e transformações dos instintos, relegando desejos, expressões e funções a enclaves privativos de sigilo, apartados do “mundo externo”, fez crer ao indivíduo que “‘dentro’ de si, ele é algo que existe inteiramente só, sem relacionamento com os outros, e que só ‘depois’ se relaciona com os outros ‘do lado de fora’” (ELIAS, 1994b, p. 32), alimentando a idéia de um núcleo individual natural, diferente internamente da sociedade e das outras pessoas, proporcionando sentir-se, então, mais observador do que participante do processo (ELIAS, 1994b, p. 53). A maior necessidade de observar e pensar antes de agir, com um intervalo maior de tempo entre o pensamento e a ação, deu maior ênfase à consciência de si mesmo como um indivíduo desligado das outras pessoas e independente dos demais.

Tais fatos proporcionaram um abismo existencial e um eterno conflito entre indivíduo e sociedade, levando à crença de conceitos diferentes e instâncias distintas de percepção e interação entre as duas dimensões, acentuando a fronteira entre o público e o privado, pois o instinto passou a ser eliminado da vida pública, menos por força física que pela estrutura social, principalmente através de suas instituições sociais, como mencionado anteriormente. E, qualquer transgressão ou violação das regras vai para o “reino do segredo”, do privado - daí sua ruptura maior entre o público e o privado (ELIAS, 1994, 186).

A individualidade, ou seja, a ênfase dada ao “eu”, ao invés do “nós”, oferece aos indivíduos o sentimento de poder e superioridade. O ato de julgar ou de decidir individualmente produz, dentre outros sentimentos, o de domínio sobre o objeto, situação, pessoa ou experiência vivida. O desenvolvimento da individualização ocorrida no Processo Civilizador ofereceu a cada indivíduo, a crença da correção do seu julgamento, o qual seria justo e isento de influências sociais externas, proporcionando o imaginário de poder da “sentença final”.

Elias ressalta, porém, que as oportunidades das pessoas “são prescritas e limitadas pela estrutura específica de sua sociedade e pela natureza das funções que as pessoas exercem dentro dela” (ELIAS, 1994b, p. 48). Seus atos se entremeiam com os de outros, desencadeando outras seqüências de ações, “cuja direção e resultado provisório não dependerão desse indivíduo, mas da distribuição do poder e da estrutura das tensões em toda essa rede humana móvel” (ELIAS, 1994b, p. 48). Este aspecto é importante para o pensamento do autor, pois clarifica o posicionamento dos indivíduos dentro dos grupos, nos quais, apesar de possuírem a capacidade de ação e decisão, são “enredados” por ações de outros que atuam, independentemente deles. Tal fato desmistifica o caráter individualista tão proclamado, na sociedade ocidental atual, de independência dos indivíduos.

Junto a isto, foram alteradas também a relação, percepção e a interação com a natureza, pois, sendo esta externa ao indivíduo, necessita ser observada, analisada e dominada pela razão. A natureza se torna, segundo Elias, “apaziguada”, pois

a homens pacificados aparece uma natureza igualmente apaziguada, que eles podem enxergar de uma nova maneira. Ela se torna – dada a crescente importância que o olho adquire como mediador do prazer, ante a gradativa moderação das emoções –, em alto grau, objeto de prazer visual (1993, p. 246).

O estudo do “Processo Civilizador” foi, para o autor, a base para um trabalho posterior (ELIAS e SCOTSON, 2000), realizado em uma pequena cidade industrial no interior da Inglaterra, onde identificou, junto com John Scotson, uma clara divisão na organização social e territorial entre dois grupos: um de residentes mais antigos e o outro de residentes mais recentes do local. Não se verificavam ali diferenças claras entre os dois grupos que justificassem o grau de separação ou de divisão encontrado, pois não havia diferenças significativas econômicas, étnicas, de nacionalidade, de profissão ou de nível educacional, apenas o tempo de moradia na comunidade, o que se verificou ser o fator predominante para o grau de coesão do grupo. Os residentes mais velhos consideravam-se superiores aos mais novos, e estes, depois de algum tempo, pareciam aceitar, com uma espécie de resignação e perplexidade, a idéia de inferioridade. Tais sentimentos criavam uma divisão e mesmo um abismo na interação social dos grupos, refletindo em suas interações sociais, ambientais e territoriais.

Fatores como fantasias coletivas de inferioridade referente ao grupo de residentes mais recente; papéis sociais assumidos no grupo e pelo grupo de residentes mais antigos;

sentimentos de segurança e pertencimento dos integrantes do grupo mais poderoso, onde a opinião interna do grupo sobre cada um que a ele pertencia era extremamente importante; estigmatização de indivíduos e grupos na busca de segurança pessoal e social, onde a fofoca elogiosa para si e depreciativa para o outro era usada como mecanismo de coesão e auto-afirmação; instituições sociais fechadas e autoritárias com reservas de cargos de poder ao grupo superior; atividades sociais e de lazer restritas ao grupo de interação; a família como instituição de controle e coesão, existindo uma história passada e um estoque de lembranças comuns que atuava como fator de coesão, o que os mais recentes no lugar não possuíam; espaços territoriais definidos para os diferentes grupos; dentre outros fatores, foram analisados e – principalmente – interligados para explicar a dinâmica que surgiu das relações de poder de um grupo, chamado pelos autores de “estabelecidos”², que se enxergava e agia como superior ao outro - chamado de “outsiders”³.

O sentimento de pertencimento ao grupo superior e o reforçamento de sua identidade coletiva proporcionava aos indivíduos e ao próprio grupo o sentimento de segurança e proteção. Contudo, para que isso ocorresse, havia a necessidade do indivíduo submeter-se às regras do grupo.

A participação na superioridade de um grupo e em seu carisma grupal singular é, por assim dizer, a recompensa pela submissão às normas específicas do grupo. Esse preço tem que ser individualmente pago por cada um de seus membros, através da sujeição de sua conduta a padrões específicos de controle dos afetos (ELIAS e SCOTSON, 2000, p. 26).

Essa sujeição era compensada pelo orgulho de pertencer ao grupo, pelo sentimento de igualdade dentro deste e de superioridade em relação ao outro. As referências valorativas, inclusive do indivíduo sobre si mesmo, tinham uma força muito grande de fora para dentro, ou seja, “A auto-imagem e a auto-estima de um indivíduo estão ligadas ao que os outros membros do grupo pensam dele” (ELIAS e SCOTSON, 2000, p. 40).

A estigmatização era outro mecanismo muito usado pelo grupo superior. Os autores observaram que a possibilidade de se lançar um estigma dependia da natureza da

² Segundo Neiburg (2000, p. 7, grifo do autor) “as palavras *establishment* e *established* são utilizadas, em inglês, para designar grupos e indivíduos que ocupam posições de prestígio e poder. Um *establishment* é um grupo que se autopercebe e que é reconhecido como uma “boa sociedade”, mais poderosa e melhor, uma identidade social construída a partir de uma combinação singular de tradição, autoridade e influência”.

³ Segundo o mesmo autor (2000, p. 7), *outsiders* é o termo que completa a relação com *establishment*, ou seja, os não membros da “boa sociedade”, os que estão fora dela e unidas por laços sociais menos intensos do que aqueles que unem os *establishment*.

interdependência dos grupos, ou seja, de sua figuração e da imagem que cada indivíduo fazia da posição do seu grupo entre os outros e do seu próprio status dentro deste, pois “Um grupo só pode estigmatizar outro com eficácia quando está bem instalado em posições de poder das quais o grupo estigmatizado é excluído” (ELIAS e SCOTSON, 2000, p. 23). A afixação de rótulos era uma arma de poder do grupo para manter sua superioridade e, quando a diferença de poder se mostrava muito grande, a estigmatização costumava penetrar na auto-imagem do outro grupo, enfraquecendo-o, fazendo com que se resignassem a pertencer a um grupo inferior.

Como já mencionado, o poder de ferir, ou melhor, a eficácia da estigmatização e da rotulagem, para Elias, depende da consciência que cada indivíduo tem do grupo ou dos grupos aos quais pertencem e interagem e como vêem estes grupos perante os outros e a si mesmos dentro destes. Os outsiders pouco conseguiam retaliar o outro grupo, seja com termos estigmatizantes ou com fofocas, conseguindo, no máximo, ridicularizarem-nos entre si, visto o seu grau de coesão e identidade coletiva serem significativamente mais baixos.

Outra característica encontrada foi a fantasia coletiva, usada quase sempre para justificar a aversão, ou o preconceito que o grupo superior sentia pelo outro. Sendo assim, a “procura” de provas ou fatos que materializassem tal concepção era uma constante no grupo e, tanto provas ou fatos que comprovassem o baixo conceito do outro grupo, quanto provas que comprovassem sua própria superioridade.

o estigma social que seus membros atribuem ao grupo dos outsiders transforma-se em sua imaginação, num estigma material – é coisificado. Surge como uma coisa objetiva, implantada nos outsiders pela natureza ou pelos deuses. Dessa maneira, o grupo estigmatizador é eximido de qualquer responsabilidade: não fomos nós, implica essa fantasia, que estigmatizamos essas pessoas e sim as forças que criaram o mundo – elas é que colocaram um sinal nelas, para marcá-las como inferiores ou ruins (ELIAS e SCOTSON, 2000, p. 35).

Tais fantasias são também criadas, conforme Elias (ELIAS, 1994b, p. 72), em situações de insegurança, perigo e vulnerabilidade, ajudando a tornar mais suportável a incerteza de situações em que as pessoas são incapazes de controlar completamente, servindo ao mesmo tempo como armas de defesa e ataque nos conflitos entre indivíduos ou grupos, o que os tornam mais coesos, dando-lhes a sensação de poder sobre acontecimentos e fatos que desejam controlados. Sua eficácia social depende de serem tomadas por idéias realistas e não por fantasias, passando a fazer parte do cotidiano social.

O sentimento encontrado no grupo dos *estabelecidos* pelos autores refletia a fantasia ou a crença real na relação de superioridade e esta fantasia precisava ser “protegida” através de diversos mecanismos, pois o contato com o grupo inferior colocava em risco as defesas individuais e grupais, produzindo o que os autores chamaram de “medo da poluição” ou medo da “infecção anômica”⁴ - daí a necessidade de distanciamento. Na busca de autoconvencimento e de competição, os grupos eram julgados por suas minorias, ou seja, a minoria dos melhores e a minoria dos piores.

A investigação da natureza destas interdependências, não só dos indivíduos, mas também dos grupos, junto às características estruturais que as ligam é um dos pilares do pensamento do autor, que procura não apenas a compreensão do processo de formação do “nós” e do “eles”, mas também a razão do porquê os grupos mais coesos se tornam impermeáveis às contradições de suas crenças e costumes, usando outros indivíduos e grupos como contraponto para sentirem-se mais fortes e seguros. Como afirma Neiburg (2000, p. 8): “As categorias estabelecidos e outsiders se definem na relação que as nega e que as constitui como identidades sociais”.

Não raras vezes, o grupo estigmatizado, a se perceber pelo olhar do dominador – dos *estabelecidos*, acredita-se inferior – *outsiders*. É preciso entender, com a ajuda do pensamento de Elias, a busca permanente do equilíbrio de conflitos refletida na conformação das figurações existentes entre os indivíduos e grupos, entre o público e o privado, entre a dinâmica interna e externa, para que se possa entender os papéis de cada um na figuração estabelecida. Importantíssimo ressaltar a formação e manutenção de grupos e suas dinâmicas, figurações e estruturas na sociedade porque, como relata Elias e Scotson

O problema é saber como e por que os indivíduos percebem uns aos outros como pertencentes a um mesmo grupo e se incluem mutuamente dentro de fronteiras grupais que estabelecem ao dizer ‘nós’, enquanto, ao mesmo tempo, excluem outros seres humanos a quem percebem como pertencentes a outro grupo e a quem se referem coletivamente como ‘eles’ (2000, p. 37-8).

⁴ Anomia aqui é considerada pelos autores, como nos informa Neiburg (2000, p. 9) no Prefácio do livro “Os Estabelecidos e os Outsiders”, como “estado de ausência, de falta de regras e de ordem, de não-estrutura; possuía o sentido normativo de um julgamento moral, associado aos mesmos valores que, em Winston Parva, serviam para estigmatizar os outsiders”.

Não se pode analisar o desenvolvimento dos grupos e da sociedade desvinculados da sua estrutura de organização e interdependência e é importante enfatizar, novamente, a necessidade da existência de um “contra-ponto”, ou seja, de um interlocutor para que o papel de cada um se construa na interação. Portanto, existe ‘*estabelecido*’ porque existe ‘*outsider*’, assim como o seu inverso. São papéis que se constroem em conjunto com o outro ou com os outros, nunca sozinhos ou isoladamente, pois individualidade total ou o individualismo existe apenas na fantasia coletiva dos grupos, e não na prática de sua interação cotidiana.

No caso dos habitantes da cidadezinha analisada por Elias e Scotson, seus sujeitos não conseguiram se livrar das armadilhas e ciladas estabelecidas pela estrutura da figuração ali formada. Renderam-se às armadilhas sociais dos modos de interação e interdependência dos sujeitos, tornando-se impotentes frente a estas e assumindo os papéis esperados pela figuração estabelecida.

Um outro aspecto, também importante, do processo de civilização é o comedimento e o autocontrole terem resultado também da divisão da sociedade em classes superiores e inferiores pois, para o autor (1993, p. 256), a formação do ego e superego das classes superiores não se originou tanto da competição dentro de sua própria classe, mas principalmente das pressões que vinham das classes, consideradas por estes, inferiores. Os grupos tradicionais se uniam em seus esforços para preservar o prestígio que os distinguiu dos grupos inferiores e que os pressionavam na busca de sua própria ascensão.

Elias, em sua análise do Processo Civilizador, no que se refere a grupos distintos, com as características *estabelecidos* e *outsiders*, relata a percepção, a longo prazo, de uma tendência a igualar padrões de vida e conduta, na busca de nivelamento de contrastes por parte dos grupos inferiores. Para isso, segundo ele (1993, p. 257), ocorreriam duas fases: uma de colonização ou assimilação, “na qual a classe mais baixa e numerosa era ainda claramente inferior e estava pautada pelo exemplo do grupo superior tradicional que, intencionalmente ou não, saturou-a com seu próprio padrão de conduta”; e outra fase de repulsão, diferenciação ou emancipação “na qual os grupos em ascensão aumentam perceptivelmente seu poder social e autoconfiança, enquanto o grupo superior é forçado a uma maior moderação e isolamento, e tornam-se maiores os contrastes e tensões na sociedade”.

Mesmo ressaltando a presença da ambivalência, em que as tendências de igualação e diferenciação ou a atração e repulsão encontram-se presentes nas duas fases relata (ELIAS, 1993, p. 257-258) que, na primeira fase, as classes consideradas inferiores tendem a copiar as superiores, tornando-se, mesmo que com relutância, dependentes destas não apenas em sua existência social, mas também em suas condutas, idéias e ideais, buscando o controle de suas emoções de acordo com o padrão da classe superior, porém diferente do modelo – menos equilibrado e, em conseqüência, muito mais rigoroso. Isto constitui uma tensão constante referente à “contradição entre a classe alta que existe dentro de si mesmos, representada pelo próprio superego e a incapacidade de cumprir-lhe as exigências”, revelando a esta classe que um código de maneiras mais rigoroso pode ser, além de um instrumento de prestígio, um instrumento de poder.

Na segunda fase, com uma autoconfiança crescente, as classes em ascensão forjam códigos novos, misturados com os dois padrões de conduta e sentimentos – de sua própria classe e a superior – passando a criticar e comparar comportamentos e condutas e induzindo a classe superior, agora ameaçada, a produzir novos códigos e condutas para a manutenção de sua diferenciação que, conseqüentemente, serão seguidos pelas classes inferiores e assim sucessivamente – daí a permanência de uma reprodução dos padrões de interação e interdependência, fazendo com que exista sempre uma pressão sobre os grupos que, circunstancialmente, sintam-se superiores a outros. E é esta pressão que reproduz tal modelo ou padrão de interação, não deixando que outros se manifestem.

Elias (1994b, p. 182) relata ainda que a imagem do nós tem uma função social que dá a cada indivíduo um passado que se estende muito além de seu passado pessoal e permite que alguma coisa das pessoas de outrora continue a viver no presente, transcendendo a existência física real. Quando um grupo abre mão de sua autonomia, seja pela união com outras unidades, seja pela assimilação numa unidade mais poderosa, isso não afeta apenas os que ora vivem. Muito do que aconteceu nas gerações passadas, do que continuou a viver na memória coletiva, na imagem-do-nós do grupo, modifica-se ou perde sentido quando se modifica a identidade grupal e, por conseguinte, sua imagem-do-nós.

Encontra-se aí a importância do contexto vivido pelos indivíduos e o seu vínculo com o passado, tradições e culturas. Com a modificação deste, ocorre um re-arranjo, tanto do passado, quanto do presente, influenciando o futuro. Não se trata, como enfatiza Elias

(1994b, p. 183), de um problema apenas intelectual ou racional, mas emocional e de valores sociais, construindo um novo sentimento de identidade pessoal, como coloca o autor, um “sentimento-nós” associado.

Este “sentimento-nós” não prescinde do sentido de tempo, visto por Elias (1998) como um símbolo representativo dos tipos de sínteses aprendidas no Processo Civilizador através, principalmente, da autodisciplina desenvolvida na interação e da interdependência social. A utilização deste símbolo e o próprio conceito de tempo atual pressupõem, segundo ele, um rico patrimônio social de saber concernente aos métodos de mensuração das seqüências temporais e das regularidades que apresentam, junto também a um alto nível de generalização e de síntese (ELIAS, 1998, p. 35). Esta capacidade de generalização e de síntese foi, para Elias, conseqüência da elevação do número de cadeias de ação que os indivíduos passaram a participar, visto que a compreensão do presente passou a pressupor um passado e um futuro – um fluxo de acontecimentos. Assim, três dimensões encontram-se sempre presentes na experiência humana: passado, presente e futuro. Alteradas uma destas dimensões, serão também alteradas as outras e, conseqüentemente, a imagem do “nós” feita pelos indivíduos e grupos.

1.1.2 A importância das Representações Sociais para o estudo das interações sociais

A descentralização do poder, característica da modernidade, produziu formas e dinâmicas sociais mais complexas, fazendo com que sua legitimação e o domínio de grupos sobre outros, tivessem que ser conseguidos de formas diferentes do contexto histórico anterior. A maior circulação de idéias, maior cadeia de ação e maior interdependência entre os indivíduos, junto ao desenvolvimento da comunicação de massa, dentre outros fatores, proporcionaram novas formas de legitimação de poder, antes pouco utilizadas. Como relata Duvéen (2003, p. 17) “A legitimação não é mais garantida pela intervenção divina, mas se torna parte duma dinâmica social mais complexa e contestada, em que as representações dos diferentes grupos na sociedade procuram estabelecer uma hegemonia”. Assim, conforme o mesmo autor: “O fenômeno das representações sociais pode, neste sentido, ser visto como a forma como a vida coletiva se adaptou a condições descentradas de legitimação” (2003, p. 17).

Para o conhecimento das funções e significações dadas às formas, ambientes e interações é fundamental compreender as representações sociais dos indivíduos, produzidas nas relações com outros indivíduos e grupos. Moscovici oferece uma teoria que valoriza o cotidiano dos sujeitos, buscando não explicar situações, comportamentos e sentimentos isolados ou destoantes, mas a dinâmica do chamado senso comum dos sujeitos que, através de mecanismos de interação e comunicação, recebem, produzem e reproduzem representações sociais.

Esta teoria contribui para este trabalho ao fornecer as bases da dinâmica de interações dos indivíduos, possibilitando a análise de suas percepções, ações e comunicações, visto que as representações sociais não ocorrem individualmente, mas coletivamente, o que as faz passíveis de transformação.

Moscovici (2003) relata que as representações sociais são uma forma de pensamento social que dão sentido às práticas sociais e cotidianas, definindo valores dos indivíduos e dos grupos através de teorias internalizadas do senso comum que buscam a compreensão e o domínio do ambiente social e natural, organizando a realidade destes. Originam-se a partir de um pré-conceito que conduz, em sua maioria, a percepção e mesmo as interações para os caminhos normatizados por grupos hegemônicos, sendo a base das interações sociais e ambientais – tanto estímulos quanto resultados. Moscovici não reconhece apenas a necessidade de vislumbrá-las ou enumerá-las em um processo ou fato analisado, mas de entender e analisar suas construções, tratando-as como um fenômeno e não como um conceito, como eram entendidas as representações coletivas de Durkheim.

O autor preferiu o termo “social” ao termo “coletivo” usado por Durkheim, buscando com isso enfatizar o caráter dinâmico das representações contra o caráter fixo ou estático subentendido por Durkheim (DUVEEN, 2003). Segundo Duveen (2003, p.14), a sociologia de Durkheim estava voltada para as “forças e estruturas que podem conservar, ou preservar o todo contra qualquer fragmentação ou desintegração”, ou seja, para a coesão dos grupos. Moscovici, não desprezando tal característica, realça, porém, segundo este mesmo autor, a importância de entender a construção dessas representações, não apenas na sua conservação e preservação, mas também nas suas mudanças e alterações. As palavras de Moscovici deixam claro seu objetivo: “Assim, o que eu proponho fazer é considerar como um *fenômeno* o que era antes visto como um *conceito*” (MOSCOVICI, 2003, p. 45,

grifo do autor). Compreendeu também com Durkheim, segundo Jovchelovitch (2000, p. 182-3) que a realidade social é poderosa e material, o que, por vezes, determina e condena seus sujeitos, mas procurou em Freud, Piaget e depois em Vygotsky a autonomia e a condição criadora destes mesmos sujeitos.

Para Moscovici, tornar conscientes as convenções e escapar de algumas prescrições que interferem nas percepções e interações, segundo o autor, é possível; porém, escapar de todas é praticamente impossível, visto fazerem o elo do novo com o passado e com o futuro, sendo os instrumentos para a percepção e comunicação com o mundo externo e interno. São partes de um processo e não um resultado final e acabado. Afirmo que

Quanto mais sua origem é esquecida e sua natureza convencional é ignorada, mais *fossilizada* ela se torna. O que é ideal, gradualmente torna-se, em vez disso, duradouro, permanente, quase imortal. Ao criar representações, nós somos como o artista, que se inclina diante da estátua que ele esculpiu e a adora como se fosse um deus (2003, p. 41, grifo do autor).

As representações são tanto conformadas pelas influências comunicativas, como servem para tornar a comunicação possível. Sem estas, não existiriam bases comuns entre os indivíduos, visto a necessidade de estruturas estáveis e compartilhadas para a comunicação, nem seriam ampliados os tamanhos dos grupos com representações sociais em comum. As novas formas de comunicação da atualidade que passam a ter um papel central na interação e difusão de idéias, comportamentos e representações, produzem, segundo o autor, baseando-se em Thompson (2003, p. 17), desde uma maior circulação de idéias até a ampliação de grupos sociais para o processo de produção psicossocial do conhecimento, os quais através de diferentes tipos de comunicação, buscam estender e legitimar sua influência sobre outros, produzindo ou buscando um equilíbrio dentro de todas as influências sociais.

Em época globalizada, tais grupos podem ter uma dimensão incalculável, em que os chamados universos consensuais e reificados de Moscovici (2003) se interpenetram de modo a alterarem antigas estruturas sociais, implantando novas, sem nem mesmo fazer com que os indivíduos se encontrem, mas façam parte de uma massa que “interage” a partir do sofá de sua casa, ao assistir, por exemplo, a um programa de televisão.

Tais universos são importantes, pois definem ou posicionam os papéis que os sujeitos, objetos ou situações se colocam ou são vistos pelos grupos e indivíduos. No

universo consensual, segundo Moscovici (2003, p. 50-51), “a sociedade é vista como um grupo de pessoas que são iguais e livres, cada um com possibilidade de falar em nome do grupo e sob seu auspício. [...] Tal estado de coisas exige certa cumplicidade”. No universo reificado “a sociedade é vista como um sistema de diferentes papéis e classes, cujos membros são desiguais” (MOSCOVICI, 2003, p. 51).

As representações sociais são criadas, construídas ou modificadas para que os sujeitos possam pertencer ao Universo Consensual, mas são usadas também para que os papéis investidos pelos sujeitos se distingam dos demais para obtenção de poder e prestígio, característica do Universo Reificado, o que dá lugar ao distanciamento e à hierarquia, criando fronteiras e limites aos comportamentos, interações e grupos sociais.

A finalidade principal de todas as representações sociais é, para o autor, tornar familiar algo não-familiar, existindo uma dinâmica da construção desta familiarização, “onde os objetos, pessoas e acontecimentos são percebidos e compreendidos em relação a prévios encontros e paradigmas” (MOSCOVICI, 2003, p. 55). Tais paradigmas ditam as direções iniciais das interações, as quais não são definitivas, visto a capacidade de autonomia dos indivíduos, mas orientam percepções, pensamentos e comportamentos com uma força social considerável.

Portanto, no processo originário das representações sociais, segundo Moscovici, dois mecanismos atuam, baseados na memória e em conclusões passadas: a ancoragem e a objetivação, que são formas específicas de mediações sociais que, segundo Jovchelovitch (2000, p. 81), elevam para um nível material a produção simbólica de um grupo ou comunidade.

A ancoragem busca transformar algo perturbador e estranho em um sistema de categorias, comparando-o a um paradigma de uma determinada categoria existente e enquadrando-o a esta categoria, o que faz com que adquira suas características. Conseqüentemente, qualquer opinião relacionada à categoria, será também relacionada ao objeto, pessoa ou idéia contida nesta e vice e versa. Ancorar, então, envolve classificar e dar nome a algo desconhecido, submetendo-o a uma realidade já institucionalizada, o que faz com que os rótulos sejam muito empregados nas comunicações e percepções sociais. Nas palavras de Moscovici (2003, p. 48), as representações sociais buscam “reconstituir o ‘senso comum’ ou a forma de compreensão que cria o substrato das imagens e sentidos,

sem a qual nenhuma coletividade pode operar”. Esta re-constituição, para o autor, é dinâmica, maleável, contínua e transforma teorias e ideologias em realidades compartilhadas, “corporificando idéias” em experiências coletivas.

Tornar familiar o não-familiar revela a teoria do grupo sobre o fato ou situação, pois as classificações são feitas, geralmente, em comparação a um protótipo ou valores aceitos por este, existindo ainda uma tendência a perceber apenas as características mais representativas dos protótipos. Assim, ancorar implica “a prioridade do veredicto sobre o julgamento e do predicado sobre o sujeito” (MOSCOVICI, 2003, p. 64).

O desejo de definir o objeto como normal ou não, como conforme ou divergente das normas vivenciadas pelo grupo, classificando e nomeando, propicia libertar aquela pessoa, objeto ou situação do anonimato perturbador, fornecendo-lhe uma *matriz de identidade* de determinada cultura ou grupo, fazendo com que possa partilhar as mesmas convenções sociais deste. É dada uma identidade social ao antes não-identificado, o que envolve uma atitude social e não meramente intelectual ou lógica - daí a importância dos grupos, revelando sua teoria e valores na interação, pois “todo sistema de categorias pressupõe uma teoria que o defina e o especifique e especifique o seu uso” (MOSCOVICI, 2003, p. 62). Portanto, a teoria e o sistema de classificação nunca são neutros, não pressupõem a neutralidade, mas a matriz identitária advinda do grupo originário, em que os sujeitos revelam quem são, como entendem a si mesmos e aos outros e como se situam no campo social e ambiental.

O processo de ancoragem também contempla duas maneiras de atuação das representações: a generalização e a particularização. A primeira reduz distâncias, selecionando uma característica e usando-a como categoria que se torna extensiva a todos os membros dessa categoria - judeu, nordestino, turista. A segunda mantém a distância na análise do objeto como divergente do protótipo, na busca da característica, motivação ou atitude que o torna distinto.

O segundo mecanismo das Representações Sociais é a objetivação que busca “transformar algo abstrato em algo quase concreto, transferir o que está na mente em algo que exista no mundo físico” (MOSCOVICI, 2003, p. 61). Este mecanismo busca unir a idéia de não-familiaridade com a de realidade, descobrindo a qualidade icônica de uma idéia ou de algo impreciso, reproduzindo este conceito em uma imagem ou no que o autor

chamou de “núcleo figurativo” – um complexo de imagens que reproduzem um complexo de idéias. O primeiro mecanismo (ancoragem) é direcionado para dentro do indivíduo - classificando, categorizando, nomeando e rotulando objetos, pessoas e acontecimentos; o segundo (objetivação) é direcionado para fora, retira conceitos e imagens “para juntá-los e reproduzi-los no mundo exterior, para fazer as coisas conhecidas a partir do que já é conhecido” (MOSCOCIVI, 2003, p. 78). Porém, são objetivados apenas as situações, fatos, assunto, coisas ou pessoas que são o centro do campo de consciência dos indivíduos, as demais, como menciona o autor, possuem uma realidade derivada em relação à realidade dominante.

A imagem do conceito deixa de ser, então, um signo para tornar-se a réplica da realidade, um simulacro no verdadeiro sentido da palavra, perdendo com isso seu caráter abstrato e adquirindo uma existência quase física, que possui a autoridade de um fenômeno natural para os que a usam (MOSCOVICI, 2003, p. 74). Ocorre, portanto, a re-criação da realidade através da comunicação inserida em um contexto – uma representação da realidade, estruturada e influenciada por gerações passadas e/ou por grupos dominantes, fazendo com que as pessoas adquiram um repertório comum de interpretações e explicações, regras e procedimentos na vida cotidiana. Extrai-se o conhecimento não da própria realidade, mas de sua representação, criada pelo grupo social de convívio ou pelos conceitos já estabelecidos da sociedade à qual o indivíduo pertence. Cria-se, assim, uma representação da representação, cuja fotografia pode ser o seu ícone.

O indivíduo então não reage, percebe, interage com um estímulo exterior como tal, mas à categoria socialmente construída na qual ele classifica, nomeia, objetiva e recria aquele estímulo ou imagem a partir de seus referenciais sociais. As representações sociais definem, assim, tanto o caráter dos estímulos, quanto da resposta a eles, num intercâmbio dinâmico e constante. Moscovici (2003, p. 161) relata que os aspectos fundamentais do comportamento simbólico “consistem de suas manifestações verbais e não-verbais, que são compreendidas e se tornam ‘visíveis’ somente em relação aos significados comuns que eles adquirem para os que recebem as mensagens e para aqueles que as emitem”.

As condições de produção das Representações Sociais são importantes, pois não podem ser entendidas fora de um contexto maior, o qual encontram-se contidas, pois é preciso investigar

como elas são transformadas em saber social, como elas adquirem sentido nas representações de atores sociais e como, destes processos, surge um espaço simbólico que não só é capaz de dar forma ao objeto a que se refere, mas também à experiência daqueles que o constroem (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 34).

As representações sociais são fenômenos simbólicos produzidos, geralmente, em espaços onde os indivíduos se reúnem para dar sentido, interpretar e construir seu conhecimento. E estes se encontram, predominantemente, na esfera pública e expressam a interação da dimensão objetiva e subjetiva do fenômeno da representação. Jovchelovitch (2000, p. 183) afirma ser na “encruzilhada de identificações e diferenciações entre sujeito e mundo que as representações são formadas e é precisamente por esta razão que elas retêm sua potencialidade imaginária e sua referencialidade em relação ao mundo”. Para a autora (2000, p. 180), o social é um espaço de fronteiras institucionais, mas não absolutas, o que permite transcendê-las, denotando o outro lado das representações sociais, a autonomia e a criatividade, que contêm em si tanto a resistência à mudança, como as sementes de mudança.

A resistência à mudança se expressa pelo peso da história e pela tradição, que impinge sobre os processos de ancoragem e objetificação. As sementes da mudança são encontradas no meio essencial das representações sociais, notadamente a conversação. A fala é precisamente o produto de um processo contínuo de diálogo, conflito e confrontação entre o novo e o velho, de idéias que se formam precisamente enquanto são faladas. Neste sentido, as representações sociais são móveis, versáteis e estão continuamente mudando (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 40-41).

As Representações Sociais são, então, construídas a partir da diversidade, do não familiar, e os mecanismos sociais de inter-ação, junto à estrutura vigente, definem como elas circularão dentro do grupo e seu lugar nesta estrutura, ou seja, seu papel social. Este papel será assim construído através da comunicação, com ênfase, segundo Jovchelovitch, na argumentação, como forma de alcançar o consenso. A relação Eu - Outro se torna fundamental para a realização do consenso, do senso comum, pois

a argumentação se funda tanto em códigos comuns como nas diferenças que constituem a vida social. Sujeitos sociais podem argumentar e contradizer uns aos outros e, em grande medida, eles expressam divergências sobre questões fundamentais da vida social. Mas, no próprio ato de discordar e contradizer uns aos outros, eles também expressam aquilo que têm em comum. Daí o diálogo constituir-se em um elemento necessário e valioso da vida social (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 62).

Importante frisar que as representações sociais vão além do trabalho individual de representar, dirigem-se ao social enquanto totalidade

emergem como um fenômeno que expressa a subjetividade do campo social e sua capacidade para construir saberes. [...] A análise já não está centrada no sujeito ontológico, mas nos fenômenos produzidos pelas construções particulares do campo social (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 79).

Jovchelovitch (2000, p. 74) enfatiza, com propriedade, que “os símbolos fundem o sujeito e o objeto porque são expressão da relação entre sujeito e objeto” – expressão de uma realidade compartilhada – daí a impossibilidade da construção de símbolos, atividade inerente aos indivíduos, sem a presença de Outros, onde exista uma rede de significados já constituída.

Afirma também serem as práticas sociais do espaço público ou da esfera pública aquelas que propiciam dar forma às representações sociais, sendo o seu campo de interação por excelência, junto à ação comunicativa. As mediações ocorridas nesta esfera, todas sociais, constroem ou geram as representações sociais que, por sua vez, tornam-se elas também, mediações sociais, expressando assim o espaço do sujeito em sua relação de alteridade com o mundo (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 81). A pseudo-objetividade do espaço público e a pseudo-subjetividade do espaço privado encontram-se mediadas por representações sociais.

Para esta autora (2000, p. 180), o social é, ao mesmo tempo, subjetivo e objetivo, sendo a gênese das representações sociais, de onde se originam. Para ela, as representações sociais não são produtos de mentes individuais, ainda que se expressem através delas, mas sim produtos sociais, originados das interações objetivas e subjetivas que permeiam todo tipo de sentimentos e comportamentos. Cada forma fixa ou o fluxo material contém o imaterial ou subjetivo que o constrói e transforma, sendo, muitas vezes, mais forte ou mais determinante que o objetivo.

E essa dimensão subjetiva e objetiva constitui a arena chamada de “social” que é onde as identificações e diferenciações dos sujeitos e grupos se cruzam com o mundo e formam as Representações Sociais. Contudo, como já mencionado, é a substituição de algo, que é alter, que é outro em relação à coisa representada: “a representação liga o sujeito e o Outro e pelo mesmo processo os separa, pois a representação é algo que ocupa o *lugar de*, que faz as vezes de uma outra coisa” (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 181, grifo da autora).

Porém, como acentua a autora (2000, p. 192) “estas representações não são ‘distorções’ da realidade e tampouco autônomas em relação à realidade. Pelo contrário, elas são uma *relação* com esta realidade”. E como relação, dão sentido, carga afetiva e expressão a sentimentos, percepções e comportamentos, permitindo aos sujeitos sociais ordenar, classificar, argumentar, comunicar e por fim, desejar realidades alternativas, pois são, nada mais, que a tentativa de uma conquista da realidade vivenciada.

Importante ressaltar o caráter de construção social das representações, que não são desejos, expectativas ou características de interação de um indivíduo, mas de uma coletividade representada neste indivíduo. Portanto, as representações sociais são caracterizadas, como afirma Moscovici (2003), pelo senso comum e construídas no cotidiano, em cada pequena interação social de uma classe, grupo ou sociedade. Revelar como são constituídas é fundamental para o entendimento, não apenas de suas características, mas de sua dinâmica, amplitude, categorias, protótipos e de como participam das alterações dos comportamentos, e neste caso, também das alterações ambientais.

Outra análise importante da autora é sobre o sentimento de impotência (oposto à onipotência) dos sujeitos diante de certas situações. Relata que tal sentimento tem sua origem na evitação da autonomia, possuindo uma dupla funcionalidade: legitimar a divisão ou fronteira entre os que podem ou que têm poder e os que não podem ou que não tem poder; e reforçar a manutenção da impotência proporcionando não só um componente identificatório de grupo, mas também e, principalmente, um alibi para a preservação da inocência de seus sujeitos sociais por absterem-se de tomar atitudes ou posicionamento perante fatos e situações, perpetuando tal condição. Assim, “a impotência não é apenas um componente da identidade, mas também aparece como um meio de proteção da identidade” (2000, p. 132)

Ao dispor de sua autonomia, sujeitos sociais podem ver a si mesmos como desligados do que acontece. Isso constrói um terreno fértil para a perda do tempo histórico e para a representação da realidade como dada; através de uma espiral de significados que conspiram para manter as coisas como são, os grupos constroem tanto a si mesmos, como a sua realidade social (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 132).

Esse ponto é fundamental na análise de grupos e indivíduos em interação, pois acentua as fronteiras ou mesmo a estrutura da dinâmica de interação e interdependência, na

busca de formação e proteção da identidade, individual e grupal. E isso não é diferente no turismo.

1.1.3. Importância do pensamento de Milton Santos para a compreensão das relações sócio-espaciais

Os encontros, vivências, interações e percepções dos sujeitos acontecem em um espaço no qual os mesmos se inserem, modificam e se modificam. Encontra-se aí a importância do pensamento do geógrafo Milton Santos à medida que explicita a territorialização do processo social.

a cada momento histórico cada elemento muda seu papel e a sua posição no sistema temporal e no sistema espacial e, a cada momento, o valor de cada qual deve ser tomado da sua relação com os demais elementos e com o todo (SANTOS, 1992, p. 9).

O autor fornece a possibilidade de se verificar os conflitos e embates sociais através, principalmente, da materialidade constituída nos espaços sociais hierarquizados pelas relações sociais instauradas entre os diferentes grupos, com a criação de fixos e fluxos materiais e humanos que alteram relações originais, legitimando uma nova ordem territorial e social.

Revela a importância de entender o espaço como um fator da evolução social e não apenas como sua condição, considerando o espaço como “uma instância da sociedade, ao mesmo título que a instância econômica e a instância cultural-ideológica. Isso significa que como instância, ele *contém* e é *contido* pelas demais instâncias, assim como cada uma delas o contém e é por ele contida” (1992, p.1). As relações entre os elementos do espaço (homens, firmas, instituições, meio ecológico e infra-estrutura) são o aspecto fundamental na compreensão da realidade social, ambiental e territorial para o autor, formando o espaço geográfico. Importante destacar que o meio ecológico já é para Santos (1992), o meio modificado e cada vez mais um meio técnico, o que faz com que a natureza já se encontre modificada e caracterizada pelo uso histórico. Contudo, os elementos não são funções deles próprios, mas do seu papel no interior do contexto, o qual possui organização e estrutura que buscam prolongar a vigência de uma função dada à forma, função esta importante para o grupo que a controla.

Santos afirma a necessidade analítica de fragmentar o contexto espacial em suas partes constituintes ou categorias primárias (forma, função, estrutura e processo) para um exame mais concreto, mas ressalta ser fundamental reconstituí-las para o alcance da totalidade, ou da realidade numa fração maior. Assim, os processos ganham significação quando corporificados pelas formas que se sobrepõem temporalmente e pelas funções que se realizam através destas, organizadas pela estrutura social e histórica presente no momento estudado. São assim, formas-conteúdo por conterem frações do social, cujos significados são corporificados ou materializados por elas, mas cujas significações são perecíveis, visto serem função do seu papel no contexto histórico-temporal do grupo.

Cada lugar atribui um valor particular a cada elemento, definindo assim sua especificidade, porém cada elemento ou variável possui uma idade diferente aferida dentro do sistema como um todo, assim como cada técnica é fruto de um tempo, que é fruto das ações humanas sobre um espaço. Portanto, as técnicas podem ter como referência fatores externos ao local de implantação, como é o caso dos países em desenvolvimento em relação aos centrais, que as implantam.

Importante salientar que a noção de idade das variáveis relaciona-se a duas outras noções paralelas: a de idade tecnológica e a de idade organizacional. Para Santos, a idade tecnológica relaciona-se à idade das técnicas presentes e a idade organizacional relaciona-se à forma como são dispostos, no espaço e no tempo, os fatores de trabalho correspondentes aos dados técnicos em questão. Essas noções em conjunto refletem as especificidades do lugar.

E um fato a se acrescentar é que as relações e interdependências, conforme o autor, não são entre as coisas, mas entre suas qualidades e atributos, pois cada variável tem, para ele, duas modalidades de valor: uma que vem de suas características próprias e outra que é dada por suas características sistêmicas (SANTOS, 1992, p. 15), fazendo compreender, novamente, que a noção de causa e efeito é insuficiente para explicar o movimento do todo.

na verdade não há relação direta entre elementos dentro do sistema, exceto de um ponto de vista puramente mecânico ou material. O valor real, isto é, o significado dessa relação, é somente dado pelo todo. Assim como as relações entre as partes são mediadas pelo todo, assim também o são as relações entre os elementos do espaço (SANTOS, 1992, p. 15).

E este todo é uma sucessão de sistemas que é mais importante que os elementos isolados, o que demonstra a complexidade de implantação de novos elementos nos

territórios, ou seja, da modernidade que, não raras vezes, desarticula a organização do espaço anterior, criando novas atividades em resposta às novas necessidades (SANTOS, 1992, p. 32). Os espaços que recebem esta modernidade, ou melhor, as influências do meio técnico-científico-informacional relatados pelo autor, aumentando a diferença entre as idades tecnológica e organizacional, passam a ser cada vez mais capazes de receber outras modernizações, datadas, invariavelmente, pelo contexto exterior ao espaço analisado, influenciando, por consequência, outros espaços que não receberam tais modernizações.

Com isso, cria-se, conforme o autor, o efeito de especialização dos espaços, responsável pela sua polarização, ou seja, subespaços mais modernizados e mais especializados tomando a posição de um pólo de difusão para outros subespaços. Santos (1997b, p. 54) ressalta também que a especialização não tarda a ser seguida pela necessidade de circulação, papel fundamental na transformação da produção e do espaço, tendo o fluxo das informações como organizador da dinâmica espacial, e não mais a matéria como anteriormente. Porém, visto que os novos sistemas temporais não conseguem imprimir por completo suas próprias marcas em um determinado espaço, em razão da influência dos sistemas anteriores serem duradouras, ocorre o que o autor chama de “superposições” espaciais, que criam as singularidades de cada espaço e são, ao mesmo tempo, resultados e fator de influência de comportamentos e valores sociais.

A implantação de um novo tipo de interdependência, ou melhor, de uma nova organização dos elementos do espaço, voltada predominantemente ao capital econômico, faz com que os valores sociais e ambientais, as formas e suas funções de estruturas anteriores sejam, de alguma forma, colocadas em segundo plano, desvalorizando partes do passado destes espaços na busca da construção de um novo presente e um possível futuro.

Tal fato leva, dentre outras situações, a uma reorganização social e espacial induzindo, não raras vezes, à migrações forçadas de parte da população local, em função, dentre outras coisas, de novas exigências de mão de obra, de incapacidade financeira e social de continuar no espaço agora transformado e hierarquizado, de uma nova forma de organização social que reconstrói os papéis sociais dos atores locais levando, muitas vezes, à valorização de novos sujeitos e contextos. Leva também a novos hábitos oriundos dos novos habitantes pela alteração dos equilíbrios de poder, pela substituição das lideranças locais e, principalmente, pela quebra de hábitos e tradições, gerando novas formas de

relações voltadas, principalmente, ao fundamento mercantil (SANTOS, 1992, p. 46). Para o autor, ocorre um duplo processo de alienação, para quem chega e para quem parte em tais locais voltados predominantemente ao desenvolvimento do capital econômico.

Talvez menos sensível para os que chegam, em virtude dos seus objetivos, ou pelo fato de que já estão habituados a um estilo de vida menos vinculado a um só lugar. [...] Para os que saem, a situação é mais dramática porque são deslocados de uma posição social, política ou empregatícia cuja estabilidade se criou através do tempo (e até mesmo por herança) e cuja existência tinha uma certa comunhão com as condições da área à qual estavam intimamente ligados e de onde se vêem, de uma hora para outra, obrigados a um êxodo que os põe diante de um novo espaço, uma nova economia, uma nova sociedade, onde vão ter grande dificuldade para desempenhar um papel novo (1992, p. 46).

Santos enfatiza a necessidade de compreensão dos valores dados às formas, o que revela não só a estrutura social do período em que “a sociedade estabelece os valores de diferentes objetos geográficos e os valores variam segundo a estrutura sócio-econômica específica dessa sociedade” (1992, p. 54), mas também a estrutura espacial que é reflexo da primeira. Assim, estudar como os indivíduos se relacionam com as formas é uma das variáveis para entender a estrutura social e espacial do período, fator importante para o conhecimento do momento presente de interação.

E espaço, para o autor, é “a soma dos resultados da intervenção humana sobre a terra” (SANTOS, 1997, p.19) e cúmplice da estrutura social, manipulado para aprofundar as diferenças de classes e, cujas matérias trabalhadas – suas formas – representam as objetificações da sociedade, os “resíduos de estruturas que foram presentes no passado” (1997b, p. 69), pois acumulam, no decurso do tempo, as marcas das práticas sociais. O espaço é então formado por: espaço construído – que é também espaço produtivo ou uma expectativa de uma atividade produtiva e espaço não-construído, mas suscetível de tornar-se um valor.

Santos, quando retoma Bukhárin, afirma que “o objeto possui duas faces: a verdadeira, que não se entrega diretamente ao observador, e a face visível, amoldada pela ideologia” (SANTOS, 1997, p. 23). Esta constatação dificulta cada vez mais a compreensão e interação do homem com seu meio, pois, segundo o autor, esta se faz por símbolos, que passam a representar os objetos, distanciando os indivíduos da interação com a realidade, o que faz da paisagem, para Santos (1997, p. 25), em função do seu grau de artificialidade, uma espécie de “mentira funcional”, muito próxima da fetichização.

A paisagem, para o autor, não tem nada de imóvel, se altera tanto quanto são alteradas a economia, as relações sociais e políticas da sociedade, transformando-se para adaptar-se às novas necessidades. Porém, as transformações são parciais, resultando, quase sempre, como já afirmado, em superposições materiais de diferentes momentos do desenvolvimento da sociedade (SANTOS, 1997, p. 37-38). Os objetos materiais que formam a paisagem não trazem sua própria explicação, mas são parte do processo que os criaram ou lhes deram novas funções e valores, os quais já nascem “prenhes de simbolismo, de representatividade, de uma intencionalidade destinadas a impor a idéia de um conteúdo e de um valor que, em realidade, eles não têm. Seu significado é deformado pela sua aparência” (SANTOS, 1997, p. 41).

Porém, para ele (SANTOS, 1997b, p. 37) “é pelo lugar que revemos o Mundo e ajustamos nossa interpretação, pois nele, o recôndito, o permanente, o real triunfam, afinal, sobre o movimento, o passageiro, o imposto de fora”. A sociedade realiza-se sobre uma base material e sua realização é permeada pelo tempo, pelo espaço e pelo mundo, os quais são realidades históricas que precisam ser intelectualmente reconstruídas para a obtenção de uma visão total (1997b, p. 42). É a partir da dialética do local versus global que o homem atual “ganhou” novas características e formas de organização, percebendo seu espaço pela sua própria história.

Nos tempos atuais, com a economia do planeta mundializada, toda a natureza foi unificada, ficando ao alcance do capital dos atores globais, sendo que novas necessidades e nexos foram alterando a organização da sociedade e do espaço segundo parâmetros, normalmente, estranhos ao grupo e ao espaço. As técnicas passaram a mediar as interações dos indivíduos com seu meio ambiente, mas sem dispensar a necessidade de discursos para explicar e legitimar os usos dos objetos e as ações sobre eles “Sem discursos, praticamente não entendemos nada. Como a inovação é permanente, todos os dias acordamos um pouco mais ignorantes e indefesos” (SANTOS, 1997b, p. 20).

A aceleração contemporânea é, por isso mesmo, um resultado também da banalização da invenção, do perecimento prematuro dos engenhos e de sua sucessão alucinante. São, na verdade, acelerações superpostas, concomitantes, as que hoje assistimos. Daí a sensação de um presente que foge (SANTOS, 1997b, p. 30).

A tecnicização incorporada ao meio ambiente faz com que o rompimento progressivo entre o homem e o seu entorno, colocado por Santos, aumente, tornando este meio ambiente uma abstração que requer discursos e explicações para seu entendimento.

Quando o ‘meio ambiente’, como Natureza-espetáculo, substitui a Natureza Histórica, lugar de trabalho de todos os homens, e quando a natureza ‘cibernética’ ou ‘sintética’ substitui a natureza analítica do passado, o processo de ocultação do significado da História atinge o seu auge (SANTOS, 1997b, p. 24).

E esta ocultação ocorre cada vez mais nos ambientes incorporados pelo meio técnico-científico informacional, que passam a ser ambientes de grande racionalidade, compondo a lógica do capital econômico – espaços do mercado que produzem condições de maior lucro para os mais fortes e de maior alienação possível para os demais (SANTOS, 1997b, p. 33).

Importante também enfatizar neste momento as horizontalidades e as verticalidades, pois quanto mais a globalização avança, mas se impõem as regulações verticais sobre as horizontais preexistentes. Verticalidades são, segundo Santos (2004, p. 107-108), um conjunto de pontos que formam um espaço de fluxos, adequados às tarefas produtivas hegemônicas, constituídas por redes que facilitam a fluidez e a velocidade, características de tais tarefas. Possuem uma solidariedade organizacional que busca a regulação e adaptação do conjunto do espaço a interesses quase sempre externos ao local. Frações do território que possuem estas características, esses espaços de fluxos, constituem, segundo o autor, o reino do tempo real, subordinado às temporalidades globalizadas das empresas hegemônicas presentes no local o que, invariavelmente, produz a alienação social.

Já as horizontalidades são, segundo Santos (2004, p. 108-109), espaços de contigüidade que formam extensões contínuas em que predominam produções localizadas, interdependentes, nas quais o espaço é também um fator de produção e os tempos são imbricados, mesmo se mais rápidos ou mais vagarosos. Cria-se, conforme o autor (2004, p. 108), uma solidariedade orgânica, “o conjunto sendo formado pela existência comum dos agentes exercendo-se sobre um território comum”, devendo-se suas criações e alimentações às características do meio geográfico local, tendo sempre um caráter de continuidade.

As horizontalidades comportam diversas temporalidades e também outras racionalidades, diferentes daquela hegemônica voltada apenas para o aspecto econômico. Como afirma o autor (2004, p. 110),

são contra-racionalidades, isto é, formas de convivência e de regulação criadas a partir do próprio território e que se mantêm nesse território a despeito da vontade de unificação e homogeneização, características da racionalidade hegemônica típica das verticalidades.

São espaços voltados à vocação solidária que buscam sobreviver às investidas de desorganização espacial trazidas pelas verticalidades, produzindo uma dialética capaz, não raras vezes, de impedir o poder dos atores hegemônicos, construindo novas formas de organização espacial, mesmo que chamadas de “irracionalidades”, por irem contra a “racionalidade” hegemônica. A convivência entre verticalidades e horizontalidades revela uma dinâmica de forças e atores sobre um espaço, numa luta de poder que nem sempre existe um ganhador.

Contudo, na atualidade, “os lugares destinados às atividades hegemônicas são o retrato da intencionalidade que preside à sua criação” (2004, p. 77), o que leva à segregação espacial e à uma nova forma de escassez, revelando uma nova teoria de valor e uma nova realidade da lei do valor pois, em razão de tais características e virtualidades, o lugar torna-se capaz de transmitir valor aos objetos e às pessoas que ali têm alguma relação.

A territorialidade anterior à globalização criava um sentido de identidade e de limites entre as pessoas e seu espaço geográfico, o que produzia, segundo o autor (2004, p. 62), uma idéia de domínio e de poder, pois as políticas do território tinham as mesmas bases da política da economia, da cultura, da linguagem, que formavam um conjunto indissociável. Para Santos (2004, p. 96-97)

O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e a vida, sobre os quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população.

As significações ou funções das formas são reflexos da dinâmica da sociedade, alterada pela interação de seus indivíduos e seus grupos. São estes que formam o contexto e a amálgama que liga seus comportamentos dentro do meio ambiente. Entendê-los traz aos sujeitos a possibilidade de alterá-los e tomar as rédeas de seus destinos.

1.1.4 As funções das águas no imaginário ocidental, na visão do filósofo Bachelard

A sociedade moderna possui uma característica marcante de valorizar principalmente as formas sobre a matéria. A industrialização junto à comercialização e marketing vêm, através da tecnologia e dos meios de comunicação, criando cada vez mais bens e serviços inovadores, valorizados pela sua utilidade ou pelo seu valor estético, desde modas do vestuário até características de paisagens admiradas em épocas diversas. Assim, também o meio ambiente tem sido visto mais pelas formas e estética marcantes de sua época e menos pelas matérias pelas quais são formados.

As paisagens, como o próprio meio ambiente natural, têm sido reverenciadas pelo deleite visual que proporcionam, privilegiando a visão dos contornos que delimitam as matérias e modificando-as ao prazer dos interesses sociais. Tal valorização foi uma das preocupações de análise do filósofo Bachelard (1997) que, através da afirmação de que a matéria é o inconsciente da forma, deixa clara a necessidade de valorização daquela enquanto mecanismo de aprofundamento do conhecimento do mundo exterior e interior dos indivíduos. Deixou isso claro após estudar formas, palavras e temas de obras literárias, chegando à certeza de que “... certas matérias transportam em nós seu poder onírico” (BACHELARD, 1997, p. 140), o que induz à revisão de conceitos apenas racionais, envolvidos na percepção das formas e matérias, com as quais se interage.

É relevante, mesmo que brevemente, conhecer o pensamento do filósofo sobre a matéria, neste caso a água. Através do seu livro *A Água e os Sonhos* faz uma inquieta análise das relações desta com o imaginário ocidental e com as percepções, sentimentos e interações dos indivíduos. Para ele, o expectador interpreta as imagens de acordo com seus sentimentos, sendo a realidade imaginária evocada antes mesmo de ser descrita, pois

Antes de ser um espetáculo consciente, toda paisagem é uma experiência onírica. Só olhamos com uma paixão estética as paisagens que vimos antes em sonho. [...] A unidade de uma paisagem se oferece como a realização de um sonho muitas vezes sonhado (BACHELARD, 1997, p. 125-126).

O filósofo afirma a importância dos quatro elementos materiais no reino da imaginação e de suas combinações: fogo, ar, água e terra. A água, neste trabalho, permeará a análise do processo turístico, na medida que sua junção com a areia forma as praias e estas se encontram como matéria principal de atração a lugares que as possuem, mesmo

compreendendo que “O pitoresco dispersa a força dos sonhos” (BACHELARD, 1997, p. 19), mas, completando o autor, não o elimina. O pitoresco de uma interação, muitas vezes, reproduz o que o autor chama de *Complexo de Cultura*, que seria uma “tradição ingenuamente racionalizada”, ou melhor, uma cultura ligada ao tradicional, a atitudes irrefletidas que comandam o trabalho de reflexão. Irrefletidas porque não aprofundam a forma para se chegar à matéria, satisfazendo-se com as “águas claras” mencionadas pelo autor, cujos reflexos induzem à metáforas comuns, fáceis e abundantes, muito usadas por poetas pobres e subalternos, encobrando ou minimizando a força dos sonhos e do imaginário. As águas têm servido para estes poetas, assim como para os sujeitos que se satisfazem com o superficial ou com o reflexo, de ornamento das paisagens e não como substância de devaneios mais profundos e íntimos. O ornamento na composição das formas de uma paisagem no processo turístico faz com que seja apreciada, mas não aprofundada.

As imagens dos sujeitos, refletidas nas águas, sugerem a Bachelard uma idealização e uma naturalização destas, devolvendo um pouco de inocência à sua contemplação pois, para o autor, os espelhos são objetos demasiadamente civilizados, manejáveis e geométricos, cuja evidência não se adapta à vida onírica (BACHELARD, 1997, p. 24). Talvez se encontre aqui um dos motivos de atração das águas para os turistas - a busca da naturalização tão prometida pela mídia e desejada por eles, relacionando a natureza com a tranqüilidade, a perfeição, a origem dos seres humanos, enfim, figuras imaginárias que podem levá-los a sentir a atração por lugares que os envolvam com este significado, mesmo que tenham apenas o papel de observadores passivos, mas sendo, porém, ativos nos espelhos criados pela tecnologia – as fotografias – recurso civilizado e ideologicamente construído.

a água, por seus reflexos, duplica o mundo, duplica as coisas. Duplica também o sonhador, não simplesmente como uma vã imagem, mas envolvendo-o numa nova experiência onírica (BACHELARD, 1997, p. 51).

Tal duplicação proporciona ao sujeito que se vê ou vê outros objetos e coisas no reflexo da água a dualidade da realidade e do sonho, do interior e do exterior, de si e do outro, enfim, da realidade interna e externa, onde o limiar entre as partes é tão fugaz que se permeiam num entrelaçamento constante. Também esta situação pode estar sendo buscada pelos turistas na sua atração pelas águas, porém poucos o conseguem.

Bachelard não procura na água apenas o seu reflexo, mas a sua profundidade, sua matéria, em cuja contemplação o sujeito tomaria também consciência de sua própria intimidade. Este aprofundamento é marcado pela poesia de Edgar Poe, na qual Bachelard, após uma análise enriquecedora, revela a importância das águas chamadas por ele de “pesadas”, nas quais as sombras e a escuridão penetram sua matéria pelo sofrimento, pela morte, pela tristeza, pela solidão, onde a água não é só reflexo, mas massa, matéria entranhada por sentimentos de tristeza, morte e solidão.

Assim como ressalta as águas “pesadas” na poesia de Edgar Poe, relata também outros significados das águas relacionados com o sonho e o imaginário, como as águas claras e fáceis, caracterizadas por seus reflexos e contemplação fácil; as águas ligadas ao devaneio da morte, água como túmulo e ataúde; as águas maternas relacionadas à natureza como símbolo materno, originalmente correspondente ao leite materno; as águas femininas, não somente pela relação com o imaginário materno, mas pela relação do elemento embalador da água, pela sua sensualidade; as águas puras e purificadas relacionadas ao bem, à limpeza, ao frescor; as águas violentas identificadas com a adversidade do mundo e pelo sentimento de superação da mesma, e a vontade de poder; além de outros significados. Mesmo que o autor não enfatize tal relação, estes significados estão referidos ao contexto vivido pela sociedade ocidental, com suas características socioambientais mais complexas e superficiais.

A visão é um dos sentidos destacados na análise de Bachelard por ser aquele que apresenta menores “correspondências”, apenas elaborando simples “traduções” do mundo sensível. No processo turístico, o viajante entra em contato com o meio ambiente predominantemente através da visão (conhece cinco praias, ou vai a dois museus em um só dia, por exemplo, crendo conhecer por estabelecer um contato visual), usando pouco e rapidamente os demais sentidos. A contemplação do turista se distancia do devaneio, cuja imaginação poderia ir além da realidade vista, e se “conforma” com as imagens sonhadas anteriormente ou, como afirma Moscovici, com as representações sociais construídas no desenvolvimento do sujeito e do lugar, enquanto participante que é de grupos sociais.

Bachelard trata ainda da possibilidade que as matérias teriam de proporcionar o que chama de “duplo poético” (1997, p. 13), ou seja, a criação de ambivalências que originam outras transposições, sempre com o que denomina de “dupla participação”, como desejo e

medo, bom e mau, branco e preto, dentre outros. Este “duplo”, ou esta dialética, faz com que se construa o novo, o diferente, o profundo, o íntimo. O dizer de Bachelard, quando afirma a necessidade da dialética na imaginação, deixa claro a ampliação dos conceitos e possibilidades: “Para uma imaginação bem dualizada, os conceitos não são centros de imagens que se acumulam por semelhança; os conceitos são pontos de cruzamentos de imagens, cruzamentos em ângulo reto, incisivos, decisivos” (1997, p. 54). Entretanto, pergunta-se se o processo turístico, nos padrões desenvolvidos de interação da modernidade atual pode vir a proporcionar condições para a geração deste “duplo”, desta dialética, desta construção do sujeito, pois parece que o imaginário dos grupos envolvidos e, entenda-se aqui o imaginário de todos os envolvidos, tem-se moldado a forças econômicas que o usam apenas como instrumento de sua expansão e não como instrumento de conhecimento e libertação.

1.2 Pontos relevantes entre os autores

Os principais autores presentes neste trabalho têm como base de pensamento a crítica ao distanciamento da análise entre o social e o individual. Proporcionam, juntos, uma re-ligação teórica destas duas “instâncias” às suas vinculações com o meio ambiente, clarificando a interação e interdependência destas na formação, conformação, manutenção e alteração das relações e percepções sociais e ambientais da atualidade. Crêem que apenas com o conhecimento e análise crítica do processo de construção ou formação histórica das interações e representações, estruturas e figurações pode-se compreender tais interdependências e relações, na busca do entendimento do momento presente, enfatizando que, para a compreensão do tempo presente, é preciso valorizar o próprio entendimento do conceito de tempo e de sua influência na formação material e estrutural dos grupos e sociedades.

A sintonia com a realidade, com o cotidiano, ou com as práticas sociais faz com que seus pensamentos se tangenciem em diversos momentos, ora se confirmando, ora se complementando e ora se inquirindo na busca de respostas.

Os mecanismos estudados tanto por Elias quanto por Moscovici buscam as relações consensuais, a disseminação ou a acertividade do pensamento do grupo, tanto na recepção

quanto na indução. Moscovici explica o modo, a dinâmica ou mesmo o mecanismo de expansão do conhecimento e pensamento consensual na sociedade moderna, legitimando conceitos e classificações, limites e fronteiras, revelando a importância da comunicação na formação de grupos consensuais cada vez maiores. Já Elias oferece a explicação ou a razão do processo, na busca individual e social de prestígio, poder, segurança e domínio sobre o “outro” ou “outros”, sejam estes sujeitos ou natureza, refletindo a correspondência entre sociedade e indivíduos na busca de domínio sobre si e sobre o entorno, num nível de autocontrole individual e social antes desconhecido. A consciência de que nas interações ou figurações de indivíduos e grupos, as relações *estabelecidos* e *outsiders* encontram-se sempre presentes é importante para ultrapassá-las, assim como a certeza de que não se pode separar aquilo que se manifesta em conjunto, pois são partes de um mesmo processo ou dinâmica.

Milton Santos, por sua vez, demonstra como tais dinâmicas ou mecanismos influenciam e são influenciados pelo entorno natural, pelo ambiente onde são produzidas as relações, interações e figurações, também numa correspondência das relações estabelecidas entre os indivíduos e grupos. Este autor enfatiza o território como constituinte das relações que se dão sobre ele, sendo compreendido somente através de suas relações. E é importantíssima a análise de tais relações para a compreensão de, pelo menos, três dimensões dos indivíduos: a construção do sujeito, da sociedade e, por último, mas não menos importante, de seu meio ambiente.

Assim como Elias revela a correspondência de um Processo Civilizador da sociedade junto a um processo de individualização de seus sujeitos, ocorre, ao mesmo tempo, uma correspondência entre tais processos e as modificações no meio ambiente usado por estes, conformando-o às suas necessidades e sendo resultado de sua interação e também de seus conflitos, transformando-os em espaços singulares, visto serem, assim como os outros processos, a intersecção de redes de interações e interdependências únicas. Esta constatação é fundamental para este trabalho, já que fatos, fixos, fluxos, paisagens ou representações são frutos de relações que modificam não apenas impulsos e sentimentos, mas todo o seu entorno, fechando o círculo de interações individuais, sociais e ambientais.

Jovchelovitch (2000, p. 62) complementa o pensamento de Elias sobre a individualização da sociedade ocidental, ao perguntar “quem sou Eu se não o Eu que

Outros apresentam a mim?” Pois, para a autora, “a possibilidade real de reflexão nos é sempre dada por um outro espelho na vida cotidiana – a face de um Outro, os olhos de um Outro, o gesto de um Outro” (2000, p. 62), confirmando assim que o acesso à individualização não prescinde da presença de ‘Outros’, como contra-ponto nas relações. Importante acentuar que este ‘Outro’ pode ser não só um indivíduo, mas também um objeto, o entorno, a natureza, a paisagem, enfim, algo investido de representações sociais envolvidas em emoção e sentimento.

A identidade social dos turistas, no processo turístico, pode estar sendo construída tanto pela semelhança com seus pares e grupos, numa forte coesão cujas representações da natureza são semelhantes, quanto pela alteridade das características representadas pela população local. Nas duas relações, necessita-se de um contra-ponto para o papel representado pelos sujeitos, na construção de sua identidade em interação com este Outro, em um imaginário produzido antes mesmo da vivência, fato que torna difícil sua desconstrução.

A privatização dos controles e emoções, este autocontrole instituído ao longo do tempo, relatado por Elias, relaciona-se diretamente à teoria de Moscovici, principalmente no uso de categorias, repertórios e protótipos formados na interação do cotidiano, que engessam conceitos e pensamentos, mas trazem segurança na crença das “certezas” do senso comum. “Certezas” fundamentadas, principalmente, na argumentação social colocada por Jovchelovitch como forma de alcançar o consenso (2000, p. 62), sendo fundada tanto em códigos comuns, quanto nas diferenças da vida social, encontradas nas interações de grupos que buscam sua hegemonia. Argumentação esta que também está vinculada ao pensamento de Milton Santos quando afirma a necessidade cada vez maior do discurso para a interação e compreensão do meio ambiente.

Um outro aspecto do pensamento dos autores são as crenças coletivas que, pelo fato de serem compartilhadas por grande número de pessoas em estreita relação, são o alicerce da identidade individual, social e mesmo territorial. Com isso, produzem ou criam tanto as categorias de classificação, usadas no processo de ancoragem, quanto o contexto ou a base para a objetivação, ambas relatadas por Moscovici, na busca de disseminação e manutenção do senso comum do grupo.

Elias complementa que tais crenças são usadas pelos indivíduos e grupos também para sua manutenção ou alcance de prestígio e controle sobre os demais indivíduos e meio ambiente, numa constante reconstrução de figurações, em que a permanente pressão dos grupos considerados “inferiores”, sobre os “superiores” é um dos seus motores. E em momento algum se pode desprezar a influência do meio ambiente em tais crenças, por ser este, como indica Milton Santos, um fator da evolução social e não apenas sua condição.

Elias afirma ainda que em cada associação de seres humanos, o contexto funcional tem uma estrutura específica, cuja origem encontra-se nas relações sociais dos indivíduos, a partir de múltiplos processos de interações e intersecções de redes e cadeias sociais, identificações e figurações. Estrutura esta realçada também por Milton Santos quando acentua sua importância sistêmica para as relações e compreensão dos fatos sociais e ambientais. O equilíbrio de tais relações é tênue e efêmero, mas importante para a compreensão dos contextos formadores das interações. Este equilíbrio relatado por Elias é reafirmado por Moscovici na dinâmica de interação entre Universo Consensual e Reificado, em que forças e compulsões se debatem, numa dinâmica em que também o sentimento de pertencimento e de diferenciação se entrecruzam nas redes de relações.

Porém, o que tanto Elias quanto Moscovici e Santos afirmam, e que vem ao encontro da compreensão do processo turístico, é que as relações e interdependências não são entre as coisas, objetos ou fatos, mas entre suas qualidades, atributos e representações, o que faz delas mais complexas e dependentes do contexto de interação. Jovchelovitch, neste sentido, acentua a importância do espaço público e da “arena” social onde se cruzam identificações e diferenciações dos sujeitos, daí, mais uma vez, a conformação dos espaços públicos destinados à interação turística.

Um ponto da análise de Milton Santos, que é necessário enfatizar, é que o espaço é construído por uma sucessão de sistemas e processos humanos e naturais que se sobrepõem no tempo, fazendo com que elementos isolados só possam ser entendidos em suas relações e interdependências. Com a unificação da natureza, ocorrida com a globalização, um modelo técnico único passou a prevalecer como padrão de desenvolvimento, tendo, porém, como condição a comunicação como fator de convencimento e legitimação dos novos usos e ações. Como este novo tempo unificado passou a privilegiar mais as imagens aos conceitos, esquecendo-se de suas construções históricas, houve a necessidade de novas

representações sociais para os novos sujeitos, sendo construído um novo senso comum dos grupos, sociedades e mesmo países. Este passou a ter como base novas categorias de classificação, repertórios e protótipos com os quais as ancoragens e objetivações pudessem atuar para o desenvolvimento destas novas relações civilizatórias. Sendo assim, mais uma vez os três autores se complementam em suas singularidades, seja no uso de novas tecnologias (símbolo do desenvolvimento), seja nas novas categorias criadas para legitimar um novo processo, seja pelo resultado e estímulo causado pelo meio ambiente nestas novas relações, que sobrepõem processos e mesmo conceitos criados em tempos diferentes.

Um outro aspecto da análise de Milton Santos é a importância do tempo na datação das técnicas e das organizações ou estruturas sociais que, juntas, segundo ele, produzem as especificidades do lugar ou espaço. Isso remete à análise de Elias, também sobre a importância do tempo, quando os sujeitos do processo civilizatório passam a produzir ou construir, socialmente, sínteses dos dados e fatos vivenciados numa figuração de interdependência, buscando a coerência entre começo, meio e fim dos processos que, com o Processo Civilizador, ficam cada vez maiores e mais complexos.

Para Milton Santos, a introdução de uma nova técnica envolve mudanças no modo de produção, no tamanho das cadeias de ação e produção, na quantidade de circulação de moeda no espaço, enfim, é acompanhada de mudanças estruturais interdependentes e mutuamente influenciáveis. Assim, a compreensão pelos sujeitos que fazem parte deste processo de produção, mas que não possuem o domínio e controle sobre ele, junto à capacidade de síntese e visão global, tornam-se dificultadas pela ampliação das cadeias e do próprio tempo relacionado a elas. A cadeia inteira de ação e produção é fragmentada onde o início (o passado) e o fim (o futuro) pouco se encontram no presente, o que torna ainda mais simbólicas as interações, restando apenas a figura da moeda como símbolo absoluto destas. A capacidade de síntese, característica aprendida pelos indivíduos ao longo do tempo, conforme relata Elias, é dificultada por esta nova estrutura de relacionamentos, derivada da introdução de tempos diferentes de técnicas e organizações em um mesmo espaço, fruto, dentre outras coisas, da maior inter-relação entre os indivíduos.

Dificuldade ainda maior se for imposta por agentes externos, como parece ser o caso do modelo de implantação do turismo, em que novas técnicas de trabalho, de infraestrutura, de interação e interdependência social e ambiental são introduzidas nos espaços

selecionados para tal atividade. A organização e estruturas sociais e ambientais das comunidades locais deste processo possuem uma história com um tempo diferente das novas técnicas implantadas, fazendo com que os sujeitos locais não possam, sem dificuldade, desenvolver-se no processo, ficando àqueles que conseguem produzir sínteses de compreensão do capital econômico, o seu controle e os melhores papéis sociais.

A implantação de técnicas mais novas, junto às organizações mais antigas gera uma necessidade de acomodação e adaptação de toda a estrutura e organização, gerando para isso novas Representações Sociais, que buscarão produzir novos sentidos comuns, novas familiaridades e novas percepções e figurações. Contudo, se são impostas por sujeitos estranhos aos lugares, como mencionado, podem gerar conflitos sociais e ambientais. Tais mudanças ocorrerão em todas as instâncias, do ambiental ao social, do modo de produção e exploração da mais valia às mudanças ambientais necessárias a tais implantações, resultando em alterações nas relações dos indivíduos e no uso desses espaços, sendo uma alteração conjunta que envolve todos os aspectos e características dos sujeitos e de seu território, além de que, como enfatiza Elias, cada avanço para uma nova forma dominante de organização humana, caminha junto com uma nova mudança e um padrão diferente de individualização.

Mas, também lembra Elias, o sentimento de controle sobre a base biofísica é fundamental para a sociedade em seu desejo de domínio e segurança, pois o domínio sobre o material, sobre o objeto, sobre o entorno, e sobre o que está fora, dá ao indivíduo condições imaginárias maiores para o controle de seus próprios impulsos e sentimentos. Uma natureza domesticada justifica ou apazigua as próprias emoções, num eterno autoconvencimento.

Em seu livro *A Sociedade dos Indivíduos*, Elias faz uma análise importante para este trabalho quando afirma que o controle da natureza, o controle social e o autocontrole fazem um tripé para o desenvolvimento da civilização, numa dependência intrínseca em que o fracasso de um, levará ao fracasso dos demais. O controle da natureza, só foi possível em função de um controle social estável e organizado, junto a um crescente autocontrole. Esta questão faz juntarem-se os autores para a análise de um processo específico, como é o caso do turismo, em que as três dimensões encontram-se presentes, conformando a natureza, meio ambiente e paisagens aos desejos e representações, alterando-se estruturas e

figurações de indivíduos e grupos, numa nova dinâmica em que os papéis são estabelecidos de acordo com as representações dos indivíduos, na promessa de uma maior flexibilização de seu autocontrole, com a expansão das fronteiras de ação e mesmo de emoção.

Constrói-se, no turismo, o que Jovchelovitch chama de espaço simbólico, um espaço capaz de dar forma aos objetos e também à experiência dos que o constroem, transitando entre o público e o privado, entre o objetivo e subjetivo, entre a realidade e o imaginário, entre a razão e a emoção. Um espaço que protege a representação conformada dando valores sociais aos sujeitos e aos objetos a ele relacionados – análise também relatada por Milton Santos.

Este afirma ainda que, antes da globalização, a territorialidade criava um sentido de identidade e de limites entre as pessoas e seu espaço geográfico, fato que parece não ocorrer no território turístico para a população local, pois as políticas do território não têm mais as bases da política da economia local, da cultura ou da linguagem, têm a base da política do capital, da mais valia, criando, por um lado, um sentido de exclusão para a população moradora e, por outro, de identidade para os visitantes passageiros, no momento em que vivenciam, juntos, as representações construídas em outro tempo e espaço.

1.3 O uso e percepção da praia e do mar como lazer – marco histórico

Entender o uso da praia e do mar como espaços voltados ao imaginário e ao lazer é importante para a compreensão do desenvolvimento ambiental destes lugares, em conjunto com o desenvolvimento social dos indivíduos que os conformam. Para isto, a revisão e a pesquisa feita por Corbin (1989) sobre o uso, a percepção e o sentimento sobre estes espaços são importantes para este trabalho, pois refaz seu processo de ocupação, revelando códigos e padrões de interação social e ambiental, bastante semelhantes aos atuais, onde o poder de classes sociais mais elevadas subjuga economicamente e socialmente as demais.

Tal estudo abrangeu o período da metade do século XVII à metade do século XIX, em que foram observadas, pelo autor, principalmente, a literatura e as pinturas da época, as quais deixaram entrever os códigos e conceitos sociais de tais espaços sendo, ao mesmo tempo, estímulos e resultados do processo de interação vivido à época. Estímulos, porque agiam como guia de interação e percepção social e ambiental dos indivíduos à procura do

conhecimento de espaços e prestígio como as praias e o mar; resultados, porque sua produção ou criação refletia as características de interação vivida, produzindo seus reflexos na cultura, tradição e sociabilização dos indivíduos em interação.

O autor relata que o mar era, inicialmente, comparado à desordem, visto não guardar os traços da intervenção humana, nem refletir o desenvolvimento da civilização através dos tempos, sentimento que começou a ser alterado somente a partir da revolução do olhar, ocorrida mais no final do século XVIII, quando a praia passou a ser valorizada pelas novas atividades ali constituídas, sendo vista como produto e testemunha da passagem do tempo e pressagio do futuro, modificando as figuras do passado, do presente e do futuro (CORBIN, 1989, p. 118).

O mar, no século XVII, ainda estava relacionado ao medo do dilúvio, ao inacabamento da criação divina (suas costas litorâneas eram relacionadas a ruínas), ao abismo imemorial de suas profundezas, à morada de monstros, à desordem e à desrazão de suas tempestades e violências – relacionava-se ao sentido do não controle e do incompreensível. As praias, além de símbolos das ruínas da criação divina em virtude das suas irregularidades, de sua disposição desordenada, de serem percebidas como receptáculo dos excrementos do mar pelos objetos deixados pelas marés em suas areias, eram também vistas como lugares perigosos dos saqueadores, contrabandistas e ladrões, o que Corbin ressalta quando relata que, para o viajante do século XVIII, “a apreciação de uma praia, de uma enseada ou de um porto levará em conta inicialmente a medida de suas defesas” (1989, p. 25).

Os turistas do século XVIII avaliavam os portos pelas suas defesas da enseada e pela sua entrada, traçando assim um quadro de honra das realizações, visto a consciência do trágico do lugar. Era, segundo o autor, um lugar “ambíguo, inquietante e reconfortante. Espaço aberto para as riquezas e as ameaças do mundo, evoca, ao mesmo tempo, o abrigo, o refúgio e a fragilidade; combina as imagens da invasão e da evasão” (1989, p. 206-7). Esta ambigüidade, que não deixava de evocar o trágico, era vista pelos turistas tanto pelo alto, quando subiam as colinas a fim de desfrutar o panorama, quanto pelo nível do mar, onde compareciam para ver o mar e comer peixe (CORBIN, 1989, p. 207).

No início do século XVII, poetas franceses, qualificados de barrocos, elogiam o mar pelo seu movimento, pela possibilidade de surpresa e criações imaginárias, pela reflexão da

luz e pela agitação perpétua de suas águas, sendo, contudo, tal fato pouco observado nas pinturas e literaturas. Porém, segundo o autor, entre 1690 e 1730, inicia-se um movimento chamado na França de “teologia natural” e na Inglaterra de “físico-teologia”, que propõe um sentido ao espetáculo da natureza atestando o poder e a bondade do Criador, fazendo do homem um “leitor piedoso do livro de Deus” (1989, p. 35). Este pensamento suscita assim um inventário da Criação

doravante as elites sociais buscam aí a ocasião de experimentar essa relação nova com a natureza; encontram aí o prazer até então desconhecido de usufruir de um ambiente convertido em espetáculo. A teologia natural, com efeito, implica uma educação do olhar (CORBIN, 1989, p. 35).

Para o autor, a “leitura piedosa do espetáculo da natureza” advinda da teologia natural provoca a dissolução das imagens repulsivas do mar e da praia, anteriormente percebidas, o que faz com que o olhar e a percepção sejam reorientados para outras sensibilidades e explicações. A partir da metade do século XVIII, a força desta teologia começa a diminuir, porém “por muito tempo irá se adaptar ao finalismo espontâneo dos espíritos simples e orientará o olhar posto sobre o ambiente” (1989, p. 42). Fato que se pode constatar ainda nos dias atuais, visto a ressalva do próprio autor: “A concepção fixista, que atribui ao Criador a disposição do espetáculo da natureza, não cessará seu trajeto subterrâneo; ressurgirá periodicamente, adaptada aos novos tempos” (1989, p. 42).

Corbin relata que esta nova orientação da percepção e sensibilidade teve, na Holanda, o início da sua mudança quanto à admiração pelo espetáculo do oceano e o desejo de passear por suas praias, pois este país, para os turistas, identificava-se com o mar pelo fato de terem “domado” a fúria dos oceanos através de seus portos e pela colocação da força destes a serviço dos projetos mercantis, simbolizados pelos seus navios. Daí a admiração dos viajantes por esta “margem artificial”, este “controle” das águas, este completar do traçado divino – ameaças de um povo em permanente luta com o mar.

A visita à Holanda, olhada pelos seus diques, preparou a admiração da superfície do mar através do espetáculo de espelhamento do céu, o que demonstra “uma transição entre o modelo clássico de apreciação da paisagem e o gosto pela imensidão” (CORBIN, 1989, p. 47). Os pintores e gravuristas tiveram um papel fundamental nesta transição, pois constituíram ou construíram um modelo de apreciação no qual, então, o turista passou a conformar suas interações.

Também a partir de 1623, para alguns pintores, a representação da beira-mar transformou-se em cenas de costumes, celebrando o esforço dos trabalhadores das praias. As praias passaram a ser o aspecto principal da representação, o que para estes pintores implicou em abandonar a visão de pássaro e descer até a areia, ao nível da atividade laboriosa. Porém, por volta de 1650, isto se modifica, transformando a cena de costumes em paisagem litorânea que possibilitou captar o arco da beira-mar e o trajeto do passeio, em sua amplidão, modificando-se a significação social do quadro. Contudo, ainda no final do século XVII e ao longo do XVIII retornam ao nível da água, difundindo assim o sentido de posse visual do espaço horizontal e infinito e de um modelo social de utilização da beira-mar por grupos sociais específicos.

Junto a este novo modelo de utilização da beira-mar agrega-se também a difusão do Grand Tour como um complemento indispensável à educação dos jovens aristocratas o que, de alguma forma, propaga tal modelo aos diversos países da Europa. Contudo, os praticantes do Grand Tour, jovens que viajavam em companhia de um preceptor a fim de completar sua formação cultural e social através do conhecimento de lugares e pessoas distantes, utilizavam-se da literatura, das pinturas, da história, das obras culturais para “interpretarem” a vivência e a interação. Esta preparação era importante, tanto para a confrontação das emoções, percepções e interpretações ao retorno da viagem, quanto para a grande convivência dos viajantes que faziam seus itinerários semelhantes, assim como as respectivas preparações (fato semelhante atualmente).

O autor ressalta que tais preparações podiam levar a uma “cegueira” em relação à natureza, pois sua observação seguia um código elaborado de acordo com o modelo de apreciação de sua classe.

O olhar põe-se a serviço do texto antigo inscrito na memória, e com o qual o turista se deleita desde a adolescência. Essa mediação funda o grupo dos amadores, autoriza o reconhecimento social, participa do desígnio de distanciamento que este manifesta (1989, p.57).

A estética clássica estabelece ao mesmo tempo a escolha dos itinerários e o catálogo dos objetos admiráveis (1989, p. 58).

Acentua, ainda, a estreiteza, a parcimônia, os estereótipos e a ausência de críticas dos textos antigos usados para a interpretação e interação das viagens, os quais facilitavam a convivência e o reconhecimento social, reduzindo o risco de incompreensão

O prazer resulta primeiramente da identificação dos lugares; ali se acomoda a emoção da descoberta individual. É divertido fazer brotar as hipóteses mais inesperadas, de modo a provocar o gozo da interpretação do texto através do espetáculo da natureza.

Na falta da emoção nascida da invenção de uma inesperada correspondência, resta a satisfação de verificar a concordância já manifestada. O prazer nasce então simplesmente do acordo que se instaura entre a emoção do viajante e a do escritor antigo perante uma paisagem ... (1989, p. 60-61).

Tal fato se revela, na atualidade, quase nos mesmos parâmetros de interação e preparação, agora com o acréscimo de outros instrumentos como a fotografia, a propaganda, roteiros prévios, reportagens nos jornais, conversas, histórias e estórias, etc. Estes instrumentos sempre buscavam estruturar o olhar do viajante para os códigos normatizados pelo contexto social, característico ao seu grupo e celebravam, como afirma Corbin (1989, p. 64), a “coesão sociocultural das elites”, pelas representações e sensações partilhadas predominantemente através da visão, pois “a impressão cenestésica está ausente do campo das práticas e dos discursos” (1989, p. 65).

Dada a dificuldade de subjugar o mar que representa, segundo o autor, a rebeldia, o elemento líquido primitivo do mundo, a insubmissão que apaga os signos da história humana, o litoral somente foi atrativo quando emergiu o desejo do espetáculo sublime e se impôs o imperativo terapêutico. Foi necessário desarmar o mar de seus perigos para que este pudesse acalmar as ansiedades da elite, na construção de uma nova economia das sensações em que se elabora

uma nova maneira de experimentar o corpo, tentando-se extirpar os desejos que o perturbam. [...] O mar permite suportar melhor a renúncia à volúpia; a arte de viver que se elabora nessas praias faz parte, também, do processo de contenção que acompanha o refinamento da escuta de si próprio (CORBIN, 1989, p. 108).

O arsenal terapêutico do mar relacionava-se a vários motivos, dentre eles a energia vital que podia transferir aos indivíduos, a longevidade dos pescadores laboriosos e da população litorânea, a fecundidade dos marinheiros, as baixas taxas de mortalidade, a qualidade do ar e seus benefícios, a vitória destes sobre o elemento água, etc.

A invenção da praia relacionou-se à descoberta das virtudes da água do mar, distanciando-se da imagem de depósito de excrementos do mar. Sua qualidade estava diretamente ligada à comodidade dos banhistas, como: ser plana e arenosa para facilitar o trajeto dos veículos de transporte dos banhistas; possuir falésias e dunas para marchas e

equitação, além de proteção dos ventos do norte para facilitar as brisas marinhas; ter a ausência de pântanos e florestas para reduzir ao mínimo as exalações, entre outras qualidades. Os banhos de imersão prescritos pelos médicos levavam em conta a frieza, a salinidade e a turbulência do mar – qualidades fundamentais para a experiência de flagelo e sufocação. Tais banhos eram acompanhados por “banhistas auxiliares” que tinham a função de executar a prescrição dos médicos aos indivíduos, como por exemplo, a hora, o número de imersões, o tempo de duração, as características das ondas no momento da imersão, o jeito de afundar inicialmente a cabeça dos indivíduos, etc, junto à proteção dos banhistas quanto aos perigos físicos ainda existentes do mar.

Os banhos tinham, também, segundo o autor, características diferentes para os sexos. As mulheres postavam-se em águas rasas, temerosas, ocultando-se dos olhares masculinos e só afrontando o mar por simulacro, e os homens protagonizam, com os banhos, uma cena de coragem, pelo heroísmo de enfrentar a flagelação do mar. Corbin ressalta o caráter erótico e de volúpia da cena no rompimento do código de pudor da época. Importante ressaltar que tais atividades e características estavam circunscritas e codificadas à classe ociosa aristocrática e à alta burguesia, sendo, porém, apenas posteriormente incorporados pelo povo mais simples, que tinha nos banhos de mar uma atividade coletiva, festiva e lúdica na qual a mistura dos sexos era usual.

Assim, uma nova arte de viver e interagir começou a se modelar nas praias demarcadas pelas classes ociosas aristocráticas e burguesas, produzindo um novo tipo de sociabilidade e contenção de emoções, sentimentos e impulsos. “À beira-mar, ao abrigo do álibi terapêutico, no choque da imersão que mistura o prazer e a dor da sufocação, constrói-se uma nova economia das sensações” (CORBIN, 1989, p. 108). Esta nova economia das sensações ou este novo tipo de sociabilidade refletiu-se no modo de olharem a si mesmos e o mundo a sua volta, o que variava de acordo com as convicções e a cultura dos grupos. Percebiam, por exemplo, que as características do litoral não eram mais caóticos vestígios ou ruínas de um cataclismo, mas resultado de um processo ocorrido no tempo, o que modificava seu entendimento do passado, do presente e os presságios do futuro.

Mas tais classes ociosas não só se colocavam em contato com o mar, mas com a população de trabalhadores do litoral, de classe simples e humilde que tinham uma percepção estética diferente, não tendo nem o distanciamento necessário para a apreciação

do espetáculo da natureza do mar e suas praias, o tempo para sua contemplação e nem o preparo cultural e social para tal interação. Eram culturas e grupos diferentes, que interagiam com a natureza de maneira diferente e com uma distância social muito grande, o que não impedia, porém, que o processo de interação do espaço litorâneo se desenvolvesse.

E se desenvolvia através do desejo dos viajantes de particularizar e realizar suas expectativas formadas anteriormente à viagem, o que caracterizava um “olhar vertical” por parte do viajante sobre as populações locais, o qual, através do desejo de objetividade sobre a interação, passou a conferir uma existência textual a estas populações, até então ignoradas por eles (CORBIN, 1989, p. 212).

As populações das praias ascenderam assim à condição de espetáculo social, mas conformados às configurações dos desejos dos viajantes (CORBIN, 1989, p. 222). Desejos estes voltados a exaltar a natureza relacionada agora com estas populações, em que sua força, fecundidade, longevidade e vitalidade eram enaltecidas. Relacionava-se também à alternância do temperamento destas populações com o temperamento do mar, com sua ferocidade, coragem, piedade, vivacidade, tempestade interior, paixão irrefreada, dentre outros. “Tal como o mar rebelde ao poder do homem, essas populações sabem resistir à civilização; elas conservam o sabor da origem dos tempos...” (CORBIN, 1989, p. 224). Assim, aproximava-se a natureza e, neste caso o mar, das populações que interagiam diretamente com estes, formando uma imagem idílica, com a exaltação da rusticidade, cujo espetáculo, segundo o autor, “compensa as angústias da patologia urbana” (CORBIN, 1989, p. 225).

Esta representação idílica do povo das praias apresentava-os assim como um “povo bom”, onde não havia arrivistas e conflitos e, principalmente, não havia mobilidade social nem contestação das hierarquias, o que tranquilizava os cidadãos, segundo Corbin (1989, p. 226), e os fazia inofensivos. Assim, a contemplação passou a ser da natureza e da população da praia, transformada em eco da natureza, visto que o espetáculo, para os cidadãos, não oferecia ameaça de qualquer redução da distância social (CORBIN, 1989, p. 226). Portanto, “O olhar dirigido ao povo das praias acompanha, em sua evolução, aquele que o viajante coloca sobre a paisagem” (1989, p. 229).

Não havia pressão vinda de baixo para as classes superiores. A distância social era percebida como tão grande que não havia ameaça, nem de mobilidade social e nem de

quebras das hierarquias – receio constante das classes que se percebem como superiores em relação às demais. Nem mesmo o erotismo em relação às mulheres ocorria, pois estas eram percebidas, segundo o autor, como muito simples e inferiores.

Porém, com o passar do tempo, tal objetividade da imagem e da representação destas populações foi perdendo sua nitidez e solidez, tornando-se transparentes ou esfumaçadas em função da chegada dos novos sujeitos ao teatro social ali praticado – era agora as classes dominantes que se ofereciam como espetáculo (de superioridade) à população da praia e a si mesmas. Com tal alteração, a população litorânea foi obrigada a ceder espaço a grupos estranhos e dominantes.

Auxiliada pela prolixa literatura da praia, desenvolvida no primeiro terço do século XIX, assim como pela pintura de praias, intensificou-se o aumento da popularização e urbanização das praias, que teve na vilegiatura⁵ sua forma mais pronunciada de ocupação do espaço litorâneo. Foi através dela que a classe ociosa, na busca de formas de ostentação sempre renovadas, “torna-se o tema da representação”, onde a pintura deixou de exprimir diretamente o desejo da beira-mar, passando a produzir um “espetáculo social” e o prazer que advinha dele (CORBIN, 1989, p. 247). Assim, a aristocracia e a alta burguesia transformaram-se, eles mesmos, em espetáculo.

Com esta alteração na estrutura de interação social e ambiental destes espaços, a população das praias só aparecerá através do processo de domesticação que os submeteram a classe ociosa, na qual a subserviência e a solicitude apareciam como características principais deste povo. Essa domesticação não ocorreu apenas pela necessidade de mão-de-obra nestes lugares, mas, segundo Corbin (1989, p. 248), pela “ocasião de contato” que ela proporcionava, através do “prazer resultante da dominação sobre criaturas até pouco tempo bárbaras”. Fato este que o banhista auxiliar incorporou muito bem, representando o elo entre as duas classes, mas com suas próprias características amenizadas e domesticadas. Esse fato é importantíssimo para este trabalho, visto originar a invisibilidade das comunidades praianas e a necessária contra-face para o sentimento de superioridade das classes ociosas, que tomaram os espaços antes pertencentes a outros. E esta subserviência,

⁵ Conforme o dicionário Aurélio, vilegiatura é a temporada que habitantes da cidade passam no campo, na praia, ou em digressão de recreio, na estação calmosa; veraneio.

domesticação e invisibilidade tiveram na vilegiatura seu processo mais definidor dos tipos de interações sociais que fez da praia um lugar humanizado por atores antes inexistentes.

Inicialmente, foi o objetivo terapêutico do mar a mais forte função para a implantação de modelos de vilegiatura, a partir do final do século XVIII, sendo, todavia, posteriormente substituído pelo caráter hedonista que regia as interações sociais e ambientais. Importante ressaltar que a vida, nestes lugares, segundo o autor, era estritamente codificada e ritualizada para seus frequentadores, com passeios, visitas sociais, bailes, salas de conversação e de jogos, salão de danças, onde se estabelecia um teatro social bastante rígido e difundido (Elias diria “controlado”).

A vilegiatura tinha como sujeitos principais a aristocracia e a alta burguesia que ajustaram o espaço à beira-mar a uma nova estrutura e interdependência social, onde a distinção e prestígio social permeavam as interações. Estas classes desempenhavam um papel condutor desta nova sociabilidade, inclusive as famílias reais, que passavam temporadas reforçando o prestígio dos lugares. Interessante verificar que existiam temporadas específicas para diferentes grupos como, por exemplo, um período escolhido pela aristocracia, outro para a atividade terapêutica, em que os médicos e auxiliares de banho encontravam-se mais presentes. Posteriormente, houve uma maior distribuição das temporadas em função da fuga da aristocracia do contato com os novos sujeitos e novas categorias sociais que passaram a frequentar os balneários, ocorrendo o que o autor chamou de vulgarização dos lugares.

Outro fato importante era a frequente divisão das praias nos balneários em cinco zonas: uma vazia que separava os homens das mulheres, e dentro destas duas uma separação por classe social, o que fez, praticamente, desaparecer práticas sociais espontâneas simples e lúdicas, anteriores à vilegiatura.

Na primeira ficam os membros das classes inferiores, que não possuem cabines nem carros de banho. O segundo setor da praia destina-se aos ricos; estes dispõem de vinte ou trinta cabines equipadas, de carros de banho e de um caminho de tábuas para evitar que seus delicados pés sofram eventuais cortes (CORBIN, 1989, p. 296).

Grandes hotéis e residências destinadas às classes ociosas foram edificadas nos locais, mas neste período já com suas frentes voltadas para o mar, revelando a valorização deste e de seus novos sujeitos. Novos balneários foram construídos por toda a Europa, principalmente na França, Inglaterra e Alemanha, com suas esplanadas, terraços e passeios

à beira mar que fascinavam os viajantes, dando-lhes a possibilidade e condição de verem e serem vistos pelos de sua classe, tornando-se agora parte do espetáculo principal, tendo o mar como coadjuvante.

Então, vagorosamente, ocorreu, segundo o autor, a massificação das práticas das viagens, desaparecendo o viajante – (aquele que descobria, inventava, inaugurava, que traçava e relatava seu próprio caminho), e aparecendo o turista da primeira geração (aquele que degradava pela repetição, motivado pela convenção, que transformava a aventura em excursão, o arquétipo em estereótipo, o modelo em série, a produção em consumo, e o relato fundador em anedotas infinitas), aquele que necessita do registro da interação e possui o desejo da imitação.

O turista deve também registrar suas emoções em pequenos cadernos de notas; essa memorização possibilitará a edição da viagem pitoresca, meta do empreendimento. O êxito da obra requer a concordância entre o texto e a imagem. Somente essa harmonia poderá suscitar no leitor o desejo de imitar o viajante (CORBIN, 1989, p. 153).

O autor acrescenta ainda que as viagens pitorescas impuseram um modelo de apreciação do lugar, definindo a escolha do melhor ponto de vista de apreciação e a prática de uma triagem, um recorte do espetáculo para que este possa se inscrever em um quadro. Tal triagem ou recorte baseia-se em uma convivência social que busca sempre o espetáculo e a surpresa estética em cada olhar. O turismo acompanhou através principalmente das fotografias, esta característica.

CAPÍTULO 2

A Problemática do Turismo à Luz dos Marcos Conceituais

O marco conceitual e histórico proporciona a imersão na análise de diferentes aspectos do processo turístico, possibilitando percorrer junto dos autores e seus conceitos, características específicas do processo, mas que extrapolam seu caráter único, revelando padrões de interação e figuração existentes em outros processos. Neste capítulo serão ressaltados alguns pontos considerados importantes do pensamento dos autores em relação ao processo turístico, não pretendendo esgotar o campo de análise, nem considerar definitivas as considerações, mas ser sim um primeiro passo de um caminhar, que se espera seja conjunto. O pensamento de Elias inicia as ponderações.

2.1. Possibilidades de intersecção do pensamento de Elias com o processo turístico

Dentre as características do desenvolvimento do Processo Civilizador ressalta-se aqui duas que influenciaram diretamente o aparecimento e desenvolvimento da atividade turística na atualidade, quais sejam: o condicionamento ou adestramento histórico de emoções e impulsos para a obtenção de ganhos individuais e grupais nas interações sociais, e as atividades substitutas criadas para a liberação dessas emoções. As emoções, agora “civilizadas”, precisaram encontrar uma forma racionalizada para se manifestarem, transformando-se de manifestações ativas e freqüentemente agressivas, a manifestações passivas e mais controladas, em que principalmente a visão torna-se o maior mediador do prazer. Elias assinala este aspecto

A vida torna-se menos perigosa, mas também menos emocional ou agradável, pelo menos no que diz respeito à satisfação direta do prazer.

Para tudo o que faltava na vida diária um substituto foi criado nos sonhos, nos livros, na pintura. De modo que, assistem em filmes à violência e à paixão erótica (ELIAS, 1993, p. 203).

Se, por um lado, o lazer e o turismo pareçam ter-se favorecido, numa primeira análise, da ampliação do tempo livre, favoreceu-se, também, da necessidade social de criação de atividades substitutas para expressão de sentimentos, emoções e impulsos. Se o lazer é, como afirma Proni (2001), um meio de produzir emoções nos marcos socialmente aceitáveis, pela necessidade de alívio de tensões resultantes do esforço contínuo de autocontrole, a mobilidade que o turismo proporciona associa-se imediatamente a esse desejo, provocando a condição alocativa do sujeito no território, o que permite alargar os padrões rotineiros de normalidade de conduta. Escapar das pressões, das instituições que a controlam e da força do autocontrole de impulsos e emoções, com a crença ilusória na livre escolha, pode explicar a grande busca pelo lazer na atualidade e, neste caso, o Turismo no momento em que se elegem destinos para tal finalidade.

Transposto para os dias atuais e para a discussão sobre o tempo livre, Gebara (2002, p. 84-86) fundamenta-se em Elias para sua análise do lazer moderno como sendo “um efeito histórico específico” da época vivida e “uma construção social em si”, apresentando-se hoje mais “privatizado, individualizado, comercializado e menos violento” – consequência de “condutas mais normatizadas por restrições sociais e psicológicas”.

O padrão anterior ao Processo Civilizador era de simplicidade, com menores nuances psicológicas e menor complexidade na figuração dos sujeitos e mesmo individualmente, em que os sentimentos e comportamentos eram mais polares e menos controlados. Com o desenvolvimento desse processo, tal simplicidade passou a ser considerada como característica de inferioridade, de menor valor, por não se encontrar em sintonia com os novos valores ocidentais, como a complexidade e controle social de comportamentos, o autocontrole, o desenvolvimento da tecnologia que permeiam tanto processos sociais de interação, quanto de produção econômica, e a maior interdependência entre os indivíduos.

O processo que produziu a fragmentação das atividades e funções sociais, alterando de maneira decisiva a interdependência dos indivíduos, como também aquele que provocou uma fragmentação das relações entre os homens e seu meio ambiente deve ser visto como contexto macroenvolvente decisivo para a fermentação de um imaginário no qual o

sentimento de domesticação da natureza pareça razoável, tanto quanto o da superioridade humana em relação à mesma.

Com isso, verifica-se que essa domesticação passou a implicar na artificialização dos meios materiais de suporte à vida social do qual, por um lado, a cidade com suas ruas, prédios, transportes é sua maior expressão; de outro, a chamada natureza, com suas praias, montanhas, plantas passa a ser o “refúgio” da agitação citadina. Mas, curiosamente, será refúgio, desde que guardadas as qualidades de fixos e fluxos essenciais da modernidade urbana.

Assim como só a vida na corte dava aos nobres a existência de classe superior, os indivíduos podem estar procurando situações, ambientes ou grupos que também os façam sentirem-se superiores, visto a dificuldade em conseguirem tal sentimento no seu cotidiano. O turismo oferece a oportunidade de manifestação deste sentimento, com a justificativa racional da necessidade de lazer, viagem, belas paisagens, descanso, assim como de desenvolvimento econômico e social da região.

O desenvolvimento do processo turístico costuma desencadear um maior oferecimento de serviços e oportunidades de trabalho, com maior circulação de moeda e conseqüente aumento de população local. Encontra-se também acompanhado, desde uma mudança na expectativa dos sujeitos locais, até uma conformação espacial para um novo modo de produção com uma maior divisão de funções e aumento na cadeia de produção. Estas alterações podem ser sentidas pela população, inicialmente, como uma melhoria na qualidade de vida ou uma ascensão social, porém tal fato torna-se questionável, já que aumentam também o número de necessidades que os sujeitos passam a sentir e a buscar. Parece ocorrer o mesmo padrão de desenvolvimento do Processo Civilizador nos locais: aumento do tamanho das cadeias de ação e interdependência, aumento da circulação da moeda, maior divisão de funções, necessidade de maior capacidade de síntese, aumento da criação de fixos e fluxos, maior controle social e autocontrole, dentre outras mudanças.

A estrutura social e física relacionada no processo turístico é bem conhecida pelos turistas, mas quando da implantação do processo é, normalmente, desconhecida pela população local, principalmente se esta for mais simples, causando insegurança e abertura para influências de interesses externos, muitas vezes distantes da realidade local. Os sujeitos locais do processo turístico, caso não consigam ter pleno conhecimento e ação

dentro deste, podem vir a se curvar às limitações impostas pela estrutura de interdependência social e ambiental, originária destas interações.

Por outro lado, o Turismo oferece aos turistas, quando da interação, a oportunidade da comparação, do julgamento de uma realidade diferente da sua, a partir de suas próprias concepções e de seu grupo. É um julgamento “protegido” pela conformação da situação, pois o turista, no processo, é o ator principal da interação, com um poder delegado, tanto pelos seus pares, quanto pela mídia e pelo Estado que constroem as representações do processo. E tal poder produz sentenças e julgamentos que se tornarão valorativos, por estarem penetrados pelas representações originadas pelo próprio grupo.

Este processo pode estar fornecendo a possibilidade de concretização do sentimento de superioridade, de colonização sobre comunidades mais simples, pois, assim como a etiqueta francesa proporcionou aos governantes e cortesãos o instrumento para manifestarem sua distinção e superioridade, o turismo proporciona também a instrumentalização para os indivíduos, através de atividades substitutas, liberarem suas emoções e sentimentos, alargando ou mesmo expandindo os limites e fronteiras dos controles sociais externos e internos, junto à possibilidade de manifestação do sentimento de distinção e superioridade perante grupos diferentes. O Turismo possibilita uma estrutura específica que fornece a ocasião para a liberação de emoções, sentimentos e impulsos tão bem controlados em outras situações, visto que uma de suas promessas é propiciar ao visitante uma estada de rei, ou seja, uma vivência no paraíso (AOUN, 2001) em que a gratificação mínima será a felicidade, advinda de um meio ambiente natural, cujas paisagens sejam deslumbrantes e/ou exóticas, ou de um meio ambiente construído historicamente cuja percepção do status do lugar esteja acima dos padrões do visitante, o que o levaria a sentir-se em igualdade de prestígio e poder com os que ali vivem ou mesmo com quem construiu tais histórias e edificações.

O tempo, para o turismo, é também um dado importante, pois a experiência está ligada, inicialmente, ao presente, à sua fruição real na vivência despreocupada e sem pressões, com poucas regras e cadeias de interação e ação menos rígidas. O tempo no processo turístico inicia-se, porém, quando da preparação da viagem, fazendo com que a experiência futura seja construída no presente, através do imaginário e da idealização, e continua ligada ao futuro quando seus sujeitos vivenciam suas interações e as materializam

através das fotografias para revivê-las e contá-las no seu retorno, numa relação que envolve desde a posse do referencial, como a natureza, paisagens, fatos e situações ocorridas, como também o sentimento de poder e prestígio por ter usufruído tal interação.

O sentido de coerção que o tempo, simbolicamente, pratica na sociedade, em princípio, seria amenizado no processo turístico, visto as menores cadeias de ação e interdependência das redes tangenciais de interação dos seus sujeitos. Contudo, o ritmo parece pouco diminuir na interação, numa extensa seqüência de passeios em um mesmo dia, por exemplo. No processo turístico, faz-se o que Elias chama de “síntese de tempos”, transformando o presente em função do passado e do futuro, e refazendo este presente numa nova interpretação da vivência e dos fatos, ao relatá-la ou revivê-la no seu retorno, em outro espaço, contexto e grupo.

Um outro aspecto de análise é a população local, dentro do processo turístico, que, além de fazer parte da paisagem, pode agir como o “Outro”, como o contraponto da relação, em que diferentes mecanismos ou dinâmicas são usados na figuração de interdependência entre os grupos, como a estigmatização, a rotulagem, a apartação social e física e também a relação Estabelecidos-Outsiders. Esta apartação pode representar, espacialmente, a apartação social embutida na relação dos dois grupos. Separam-se os grupos, tanto para definição clara dos papéis de cada um no processo, quanto para dar segurança aos turistas do “seu” papel no processo, facilitando a interação, percepção e interpretação destes como estando em um lugar de segurança, poder e prestígio.

É numa relação fantasiosa e imaginária, de apartação social e espacial com as realidades locais, semelhantes às “bolhas” de Urry (1996), localizados em espaços conformados aos visitantes e não inseridos nas próprias comunidades, onde se dão as interações turísticas que tendem a serem superficiais, fictícias e reveladoras dos papéis sociais representados pelos seus sujeitos na interação. A pouca interação com a população local faz também que exista pouca pressão por parte desta para a mudança de comportamentos e controles dos turistas, pois são sentidas pelos turistas como inferiores – outsiders.

No turismo, a procura do belo, do exótico, do histórico traz em seu núcleo a imagem ou a representação do seu oposto – o feio, o comum, o sem história, pois um não existe sem o outro. Assim como existe nas relações sociais a necessidade do Outro para figurar como

contraponto – o superior quando existe o inferior, o poder quando existe os sem-poder, o prestígio quando existe os sem-prestígio – no turismo, tanto o meio ambiente, quanto o grupo local podem ser, para os turistas, o seu contraponto, sua base para a dinâmica de interação e percepção. Seu ponto de partida e muitas vezes de chegada.

Hoje, no turismo, a retórica e o objetivo econômico faz abrirem-se as portas das comunidades e instituições locais para o processo. Contudo, trazem subjacentes um modelo ou padrão de relacionamento social e ambiental cujas estruturas são bastante diversas das tradições locais, o que desorganiza as relações anteriores, alterando os papéis sociais originais de seus sujeitos e não lhes dando oportunidade de ação e mesmo compreensão.

2.2 Teoria das Representações Sociais e o Processo Turístico

Falar ou estudar representações sociais significa pensar em compartilhamento de imagens, signos, significados, repertórios, classificação em categorias e imagens, entre outras e tais características verificam-se também no processo turístico, principalmente em relação aos turistas. Estes categorizam suas idéias, imagens e representações sociais, formadas anteriormente à viagem, buscando confirmá-las durante sua interação, assim como no Grand Tour do século XVIII. Retomando Moscovici (2003, p. 211) “*o que as pessoas pensam determina como elas pensam*”.

No processo turístico, verifica-se que podem ocorrer os dois mecanismos relatados por Moscovici. A ancoragem inicia-se antes mesmo da viagem, pois há um esforço do sujeito no enquadramento e classificação das informações recebidas em um sistema de idéias, imagens e significados, em que cada informação é classificada de acordo com os paradigmas construídos e partilhados pelo grupo ao qual o indivíduo pertence, o que pode revelar seu viés de classe econômica e social, raça, gênero, escolha sexual, enfim, as disposições e valores do seu grupo.

A criação de um protótipo vinculado à categoria faz com que, não raras vezes, produza-se uma caricatura, na busca da segurança do enquadramento em categorias pré-existentes, porém alteradas pela própria representação. E como a busca pelo familiar é constante, na interação turística usam-se praticamente todos os recursos disponíveis e em vários sentidos: desde a necessidade de segurança vinculada ao pertencimento a um grupo

(situação mediada pelas agências que levam os turistas para os passeios, facilitando a criação de grupos temporários durante a viagem), até a alteração e artificialização dos espaços naturais e sociais visitados para que os turistas vivenciem situações que já façam parte do seu próprio repertório (daí a padronização de hotéis, restaurantes, shoppings e outros serviços aos turistas).

O outro mecanismo é a objetivação, que busca criar imagens e materializações de conceitos e signos recriando a realidade. Quando o turista da região Sudeste vai ao litoral do Nordeste e reclama da demora do serviço de garçons nordestinos, estigmatizando a todos como preguiçosos, materializa uma idéia pré-concebida e de senso comum do seu grupo, que se externaliza ao encontrar um fato que possa ligá-lo a um conceito ou categoria anteriormente existentes. Não fosse a necessidade de objetivações, não se comprariam tantas recordações nas viagens, nem se tirariam tantas fotografias.

A ação dos mecanismos na interação turística tem como uma de suas conseqüências, adaptações dos territórios para atendimento de representações construídas em outros espaços e por grupos estranhos ao local em função da crença propiciada, principalmente pelos meios de comunicação, de que o turismo traz para estes territórios uma melhor qualidade de vida e uma mobilidade social para a população nativa do local.

Grupos temporários no uso do espaço são permanentes no fluxo que altera estes espaços e as representações de sua população, trazendo mudanças permanentes nas comunidades locais, principalmente se estas forem pequenas e/ou com baixo desenvolvimento econômico, tornando-as reféns do desenvolvimento turístico em detrimento a outras atividades econômicas que faziam ou poderiam fazer parte de sua tradição e cultura, passando a ser, agora, representadas como manifestação de atraso social.

No turismo, as narrativas são presença fundamental, principalmente, no retorno da viagem. O contar e o ordenar os eventos possibilitam tanto a ancoragem quanto a objetivação de imagens, objetos, sujeitos e situações. O relatar aos amigos, parentes e conhecidos revela as representações sociais iniciais da viagem, sua manutenção e a construção de novas, revelando a teoria do sujeito, de seu grupo e também de sua classe social e econômica. As narrativas, com o suporte de fotografias, intensificam ainda mais o processo de representações, pois materializam o que foi julgado importante para ser lembrado.

Interessante acrescentar que estas narrativas presentes nas interações turísticas também proporcionam a possibilidade de revelação do imaginário de seus sujeitos. Os turistas, ao se apresentarem a seus pares refazem ou reconstróem o imaginário de si mesmos, modelando-o ao ambiente presente, numa “apresentação” já imbuída de todos os valores do grupo e de como o sujeito se vê neste. Modela ao se apresentar, assim como modela sua própria percepção do entorno, numa interação valorativa, que procura dar sentido às suas representações originais, buscando adaptar o entorno, a percepção e a interpretação a elas, pois é sujeito e objeto de sua história, alterando-as e reconstruindo-as, de maneira dinâmica e contínua.

No turismo, a fotografia e as narrativas têm um papel fundamental na retirada de qualquer ameaça ou insegurança que possa ocorrer, pois no “Paraíso” não existe ameaça, nem insegurança, só bem-estar, felicidade, beleza, boas comidas, pessoas bonitas e sorridentes, subalternos gentis para servir, etc. Os guias, adaptações sociais e ambientais e outros serviços possuem este intuito – mediar a interação – retirando qualquer problema que possa existir ou causar insegurança, ameaças ou desagradados aos turistas.

As imagens, significados, sentimentos e desejos podem tornar-se Universos Reificados quando corporificados através de narrativas e fotografias dos lugares visitados, definindo papéis sociais dentro de um sistema classificatório no grupo ao qual o sujeito pertence. Vivenciam e narram, no seu retorno, o próprio papel interpretado, dos demais sujeitos e do meio ambiente, refletindo a busca de concretização de seu desejo. Neste sentido, Universos Reificados tornam-se Consensuais, num jogo social intenso de valorização e prestígio.

Atualmente a mídia, principalmente televisiva e impressa, cria o Universo Consensual com os indivíduos em suas casas, ampliando o grupo de influência sem que estes precisem se conhecer, encontrar-se ou mesmo interagirem. O mesmo ocorre em relação ao turismo ao definir, através destas mesmas mídias, além de outras, as representações sociais de grupos e indivíduos que não se conhecem, mas que acabam sendo consensuais em suas idéias, valores, comportamentos, imagens e imaginários. A conversação, tão enfatizada por Moscovici, como a dinâmica de consenso dos indivíduos, entra em declínio com a comunicação de massa desenvolvida na atualidade, dando lugar à recepção passiva de valores e conceitos que formam e constroem uma ideologia dirigida

por grupos hegemônicos. Contudo, no turismo, esta se acentua através das novas amizades nas interações e relatos no retorno.

O relato reificado do viajante, junto às fotografias, transforma para os ouvintes, o não-familiar em familiar, pois a experiência do outro passa a pertencer ao seu próprio Universo Consensual e, em uma oportunidade de visitar o mesmo lugar ou lugar semelhante, interagirá do mesmo modo ou mais intensamente, na busca da imitação, fechando o círculo de estrutura, organização e reprodução social.

As representações sociais propiciam, assim, a legitimação de um grupo e de suas representações no processo turístico, na busca de estabilidade de uma nova rede de significações sobre uma estrutura anterior. Facilitam também a comunicação e interação entre os grupos de turistas, dificultando a interação com a população local, fazendo com que esta, em certas situações, torne-se invisível. Essa invisibilidade precisa ser estudada, analisada e reelçada, caso contrário sua realidade pode tornar-se ficção, já que não se encaixam na vivência e expectativa dos principais agentes do processo, os turistas, servindo apenas como espetáculo a estes.

Esses turistas parecem pouco visualizar ou enxergar a existência de diferenças e conflitos entre classes e grupos nos lugares visitados. Buscam o pontual e não relações entre objetos, fatos e acontecimentos, pois reflexão ou análise crítica não é o comportamento esperado para este tipo de experiência, pois nega a representação social anteriormente formada ou conformada.

Outro ponto importante que a autora Jovchelovitch acentua é a discussão de aspectos dos espaços públicos e privados, o que se relaciona diretamente com o processo turístico, pois este se estabelece no espaço público revelando comportamentos e atividades características do espaço privado. Para a autora, o que define se um objeto vem a ser público ou permanece privado não é o objeto em si, mas “a forma específica como ele circula em sociedade e o lugar onde atores sociais, em um contexto sócio-histórico preciso, decidem aloca-lo” (2000, p. 46). Tal definição relaciona-se ao processo turístico, no qual, por exemplo, o meio ambiente, ou sua representação, passa a ser objeto de circulação na sociedade, através da mídia, das fotografias, dos relatos e da própria construção imaginária, junto aos comportamentos e sentimentos relacionados a ele, numa objetificação que atua de forma fluída, intensa e, principalmente, acrítica.

Contudo, por outro lado, a instituição de diferentes esferas públicas pode, como afirma Jovchelovitch (2000, p. 59), institucionalizar o resultado de desigualdades históricas e abandonar um projeto de espaço comum entre os sujeitos. No turismo, esferas públicas diferentes para moradores e visitantes podem perpetuar a segregação física e social e a própria marginalização para a qual a população local, com menor poder aquisitivo, tem sido levada, principalmente em comunidades menos desenvolvidas. A reserva de espaços privilegiados para os turistas tem levado a população local a se transferir de seus lugares de moradia e trabalho para outros menos qualificados, em função de fatores econômicos, sociais, estéticos e estruturais ou como se refere Elias, figuracional entre seus sujeitos. O embate de classes e grupos tem mostrado uma derrota sistemática da população local pelo capital econômico representado pelos visitantes e por toda a instrumentação física e social inserida para o uso destes.

No turismo parece existir um olhar majoritário – o dos turistas e dos demais agentes produtores do processo – proporcionando pouco diálogo e argumentação entre sujeitos e grupos, não se reconhecendo o Outro como capaz e em condições de fazê-lo, visto ser necessário para isso respeito e consideração. A ocorrência da pouca interação com as comunidades locais, diverge da interação com o meio ambiente que, como já mencionado, é também social, mas cuja condição é invisível aos olhos dos turistas. O respeito e a reverência ao meio ambiente ficam distanciados daqueles que o preservaram e o mantiveram, numa separação de instâncias inseparáveis.

O espaço turístico é um espaço público conformado pelas ações sociais, pelas comunicações de massa e por um sistema organizado de significados que dão suporte às Representações Sociais, mas permeado pelos conflitos e ambigüidades, camuflados e escondidos. As imagens e mensagens recebidas pelos meios de comunicação, principalmente os de massa, entram em suas casas e os transformam em grupos sem que interajam com os lugares e outros sujeitos, fazendo-os membros de uma massa invisível, imaterial, dispersa e doméstica (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 86), tornando quase irrelevante o encontro direto para o estabelecimento da conversação e da discussão, ou da troca de informações. O dizer de Jovchelovitch (2000, p. 86) é importante para a análise da conformação dos espaços públicos

Ao tornar-se a forma mais difundida de comunicação social das sociedades contemporâneas, os meios de comunicação de massa

informam e formam a esfera pública. Eles o fazem de tal forma que informação e representações sobre a esfera pública substituem toda e qualquer experiência na esfera pública.

No turismo, a evitação da autonomia, junto à identificação com o poder ou com os poderosos pode ser uma das bases da falta de transformação da estrutura e organização do processo. Os sujeitos, numa tentativa de preservação de sua identidade, podem sentir-se impotentes para vislumbrar alternativas de comportamentos ou organização social ao conjunto estabelecido no espaço, isentando-se de qualquer “culpa” e usando esta impotência como “desculpa” para a não ação. Com isso os turistas poderiam dispor de sua autonomia, o que pode acarretar também a perda do tempo histórico e a representação da realidade como dada.

Mantendo-se o distanciamento de situações ou pessoas que representam, de alguma forma, algo que nega a construção imaginária do lugar e da vivência, afirmando-se impotentes na sua modificação, os turistas preservam sua identidade de grupo enquanto em interação no lugar, e retiram de suas costas a responsabilidade pelo fato e sua possível alteração. Sua semelhança é com os poderosos e não com os sem-poder, o que justifica seu trânsito, não raras vezes, por lugares tão miseráveis sem que haja uma verdadeira comoção. O sentimento de impotência pode estar protegendo os turistas da quebra ou ruptura da imagem do paraíso esperado no espaço escolhido, dando-lhes um alibi para a falta de autonomia frente à situação, o que protege suas identidades sociais e legitima a distância dos grupos locais e a apropriação dos territórios na interação.

O discurso político e da mídia são, no turismo, não raras vezes, diferentes das práticas vivenciadas na interação. As belas paisagens e a população hospitaleira nem sempre condizem com os objetos, paisagens e sujeitos imaginados. Sendo assim, esta incongruência precisa ser atenuada ocorrendo então o processo de representação simbólica, permeada pelos valores previamente construídos pelo grupo e pelos indivíduos. As representações, para Jovchelovitch (2000, p. 192), não são “distorções da realidade e tampouco autônomas em relação à realidade”, são sim uma relação com a realidade, uma conquista sobre ela. Questão esta que definirá a atuação de seus sujeitos.

Jovchelovitch retoma com muita propriedade o dizer de Horkheimer (2000, p. 209) quando este afirma que os fatos apresentados aos indivíduos são socialmente construídos de duas maneiras: “através do caráter histórico do objeto sendo percebido e através do caráter

histórico do organismo que percebe”, ambos são formados pela atividade humana e não apenas pela natureza, o que faz com que seja imprescindível a quebra da dicotomia entre individual e social, ou entre subjetivo e objetivo, como enfatiza a autora.

O turismo é uma inter-relação entre o público e o privado, em que o que é privado torna-se público, e o que é público torna-se privado. As relações ou interações privadas, em diversos momentos, tornam-se públicas, como as fotografias dos turistas em trajes de banho, fotografias do interior dos quartos nos hotéis, ou mesmo a interação ou fotografias das casas e populações locais, no momento que trabalham ou que deixam conhecer suas moradias. Por outro lado, o público torna-se privado quando, por exemplo, as interações com a população local ou com os sujeitos locais passam a “pertencer” ao universo privado dos turistas, seja através de fotografias, seja através de seus relatos e narrativas, onde se tornam proprietários ou donos daquelas vivências, daquele referencial ou mesmo da natureza visitada. A visão do que é privado como público retira dos agentes da ação o seu domínio, transferindo-o ao outro, agora seu possuidor.

Porém, uma última relação entre público e privado diz respeito à apropriação de algo num outro contexto, onde se refaz ou se reconstrói uma relação ou espaço público diferente da anterior, agora com outros personagens e interpretações para aquela determinada vivência. Esta reconstrução ocorre o tempo todo nas interações sociais, e no turismo isto não é diferente, contudo parece ser mais intensa e um dos pilares da atividade.

A construção da identidade no turismo transita entre a fantasia e a realidade, num processo de diferenciação e semelhança dos seus sujeitos. Tal construção utiliza-se da generalização e da particularização, mencionados por Moscovici no processo de ancoragem, num ir e vir incessante de aproximação e afastamento do objeto, fato ou sujeito, em que o diálogo intelectual e afetivo encontra-se sempre presente, com o mesmo ocorrendo entre o público e privado.

2.3 Milton Santos e o uso do espaço para o Processo Turístico

Milton Santos proporciona, com seu pensamento, uma possibilidade de compreensão da construção social sobre uma base biofísica. E o processo turístico é todo feito sobre esta base, cujas valorizações são definidas de acordo com a estrutura de

interação de seus sujeitos. Assim, o Turismo supõe uma construção e alteração do meio ambiente em função das necessidades e especificidades, num jogo em que nem sempre os atores originais do espaço são quem orientam e definem o uso deste e os papéis principais de atuação e domínio.

Este domínio ou controle fica, não raras vezes, com os atores possuidores do capital econômico, que olham a natureza e seus espaços segundo uma lógica e hierarquia diferentes das comunidades locais. Tal lógica e hierarquia têm sido, no processo turístico, distanciadas da realidade e necessidades locais, ficando, invariavelmente, próxima aos interesses daqueles que reconhecem a natureza apenas como Natureza Espetáculo, como mencionado por Santos (1997b, p. 24), e não como Natureza Histórica.

A Natureza Espetáculo, segundo o autor (1997b, p. 30), produz a negação da história em função das acelerações superpostas e contemporâneas que banalizam a invenção e as técnicas, impedindo que se imponha a idéia de duração e a lógica de tais sucessões. Com isso o processo turístico se contenta com o espetáculo de uma Natureza sem história, desvalorizando, por conseqüência, os sujeitos que a construíram ou que a preservaram. O espaço procurado pelos turistas é um espaço praticamente sem um de seus elementos – o social, parecendo ser este apenas necessário à prestação dos serviços e comércio para o atendimento àqueles.

O processo turístico implantado no Brasil parece estar servindo mais para aprofundar as diferenças de classes do que para trazer desenvolvimento social, como promete seus agentes e o próprio Estado. E tal não seria diferente, visto, como bem afirma Santos (1997, p.21), ser o espaço cúmplice da estrutura social e sendo cúmplice, reproduz suas características e interdependências, refletindo seus padrões de interação. Portanto, o meio ambiente que pertencia à territorialidade da comunidade local, fazendo parte de suas horizontalidades e de suas ações sociais, com o processo turístico pode separar seus sujeitos num aprofundamento da divisão de classes e grupos em função de uma nova estrutura social e ambiental implantada.⁶

É importante ressaltar que o principal fator de atração dos locais turísticos voltados à natureza, como é o caso das praias, são as paisagens do local que, segundo Santos (1992, p.1-2) são a maneira como os objetos “se dão aos nossos olhos, na sua continuidade

⁶ Ver também BIELLA e VALENCIO (2005)

visível”. Porém, como menciona o próprio autor (1992, p. 54), “a forma só se torna relevante quando a sociedade lhe confere um valor social. Tal valor relaciona-se diretamente com a estrutura social inerente ao período”. Assim, as paisagens proporcionam uma hierarquia de formas valorizadas de acordo com os grupos que interagem e com a posição e valores que estes grupos ocupam na estrutura do local e período. Como já mencionado no capítulo 1, estudar como os indivíduos se relacionam com as formas é uma das variáveis para o entendimento da estrutura social e espacial de uma comunidade.

Objetos e paisagens, no processo turístico, podem ser formas com conteúdos diferentes para os grupos em interação, pois são frações do social (SANTOS, 1992, p. 2), com suas singularidades e especificidades, mas que carregam as características do todo. Esta constatação é fundamental para subsidiar a análise do processo turístico implantado em qualquer espaço, desde a implantação de novos projetos até a busca de alternativas para estruturas sociais e ambientais, já consolidadas com o processo.

É preciso ressaltar aqui que, como menciona Santos (1997b, p. 51), “A ciência, a tecnologia e a informação estão na base mesma de todas as formas de utilização e funcionamento do espaço”. E no processo turístico isto não poderia ser diferente, pois se encontra revestido pelo chamado meio técnico-científico informacional que o caracteriza e o transporta para a globalização através da lógica e hierarquia do capital, criando espaços hegemônicos, cuja racionalidade atende apenas aos interesses do capital e de seus agentes.

Neste sentido, levantam-se dois aspectos importantes a esta análise. O primeiro é que a modernização tende a gerar um efeito de especialização dos espaços, produzindo uma maior possibilidade de recebimento de outros meios técnicos-científicos informacionais, que têm, por conseqüência, a possibilidade de dominação. Tal aspecto é fundamental para o entendimento da expansão do processo turístico em regiões em que este não existia ou existia pouco. Seria como uma teia que se expande e que a tudo envolve com seus padrões e características.

O segundo aspecto é que, conforme o autor (1992, p. 45), a expansão do meio técnico-científico (e acrescentaríamos o meio informacional que, na época, o autor não mencionou) gera a necessidade de grandes capitais, o que distancia o investidor do meio onde o investimento se dá. Tal fato pode ocorrer na implantação e manutenção do processo turístico, já que a população, em sua maioria, não possui o capital nem os conhecimentos

necessários para a implantação do processo nos moldes capitalistas vigentes. Com o recebimento de capitais externos ao local, produz-se a possibilidade de que os interesses destes possuidores possam divergir daqueles da população local, induzindo desde a migrações forçadas (1992, p.45), até a desculturização (1992, p.46).

Sendo assim, verifica-se que a implantação de novos meios, em um determinado local, produz mais que uma mudança ambiental. Produz principalmente uma mudança social estrutural, na qual seus sujeitos e meio ambiente irão interagir e integrar-se de maneira diversa da anterior, e nem sempre de forma que tal interação traga melhorias para suas vidas. Pelo contrário, têm-se verificado, como estudaram Fonteles (1998) em Jericoacoara, Rodrigues e Cardoso (2000), no litoral Norte da Bahia, e Ribeiro e Barros (1997), em Cancun, que, para a população local, poucos benefícios advieram de uma implantação cujos atores principais são externos ao local ou que se rendam às estruturas de implantação e interação do capital hegemônico, que privilegia apenas o capital ao social.⁷

Milton Santos proporciona não apenas verificar como o capital se instala e produz alterações na base biofísica de um espaço, como é o caso do Turismo, mas também proporciona verificar como as relações sociais são alteradas e como novas funções e valores são dados às formas antigas ou como são criadas novas formas para atenderem aos, agora, sujeitos principais da interação, ou seja, os turistas. Assim, esclarece a relação das formas com suas funções, as quais são valorizadas ou não, em razão da estrutura de interação da sociedade que interage com ela.

Nos espaços turísticos, que são espaços de fruição da paisagem e meio ambiente por um grupo, e espaços de trabalho e sustento por outro, os valores dados às formas tendem a ser diferentes entre si, já que as relações, contextos e estrutura social são distintos nos dois grupos. Segundo o autor (1992, p.56), “o valor da forma deve mudar na proporção em que muda a estrutura” e não se pode negar a mudança da estrutura local em função da implantação do processo turístico, alterando também seus sujeitos e comportamentos. A espacialização torna-se consequência das novas relações sociais que passam a disponibilizar os locais mais belos da comunidade para o uso dos novos sujeitos da interação, os turistas.

⁷ Uma análise mais detalhada de tais implantações pode ser vista em BIELLA e VALENCIO (2003).

Assim como nos demais locais de interação social, a espacialização turística reflete as relações sociais e estruturais, pois, como já mencionado, no dizer de Santos (1992, p.1), o espaço deve ser considerado como um fator da evolução social e não apenas como sua condição. Praticamente, nenhum processo deixa isso tão claro quanto o Turismo, que produz uma territorialidade muito definida, deixando claro os sujeitos que a devem compor.

E não se pode considerar o meio ambiente turístico apenas como a natureza preservada, mas também, e principalmente, a materialidade construída nos espaços, seja aquela voltada para os turistas, como hotéis, restaurantes, aeroportos, rodoviárias, etc., seja aquela necessária aos prestadores dos serviços, como novos bairros em locais afastados da cidade, infra-estrutura (não tão boa) para estes sujeitos, transportes e comércio, etc. Este ambiente construído, seja nos espaços privilegiados que recebem as modernizações, seja nos locais periféricos menos modernizados e com infra-estrutura menos desenvolvida, precisa ser analisado e entendido no seu papel e função dentro do contexto das relações sócio-espaciais, pois criam novos fixos e fluxos que são resultados destas novas interações.

Tais materialidades, é preciso compreender, são partes de um processo que se altera no contexto histórico-temporal das comunidades, cujas formas e funções representam os valores das interações e interdependências instaladas naquele espaço, não apenas local, mas, como nos auxilia Santos a compreender, também global, visto a influência cada vez maior dos meios técnicos-científicos informacionais. Os espaços turísticos encontram-se assim incluídos, como não poderia deixar de ser, na globalização verificada na época atual, com suas dinâmicas, padrões, verticalidades e estruturas.

Um ponto a salientar são as práticas sociais relacionadas às formas e fixos dentro do processo turístico, pois são diferentes de acordo com os grupos e indivíduos em interação, visto distintos contextos, percepção, imaginário e cotidiano. A percepção do grupo para cada forma na interação manifesta-se de acordo com a valorização e a representação deste no tipo de vivência e interação que o sujeito representa. As relações sócio-espaciais precisam ser analisadas em suas especificidades para compreender como as práticas sociais podem ser canalizadas para relações menos conflituosas entre os grupos em interação no processo turístico.

O respeito às comunidades locais precisa ser criado, no mínimo pela preservação das formas admiradas, assim como o respeito aos turistas, considerando-os como pessoas e

não apenas como sujeitos sem rosto que trazem a moeda para os locais e que, dada a sua insegurança em local desconhecido, são, não raras vezes, enganados e ridicularizados. Os conflitos, qualquer que sejam os motivos (econômico, social, ambiental, etc.) precisam ser compreendidos na sua dinâmica processual, para que as relações existentes entre os diferentes fatores possam esclarecer as percepções, representações, e mesmo as práticas sociais, não fazendo do espaço um “cúmplice”, nem da paisagem uma “mentira funcional”, mas aliados no desenvolvimento da sociedade.

É interessante notar que, no desenvolvimento da sociedade ocidental, as técnicas fizeram com que, de alguma maneira, o homem se afastasse da natureza, do seu entorno. Contudo, na atualidade tem ocorrido um desejo maior de contato, principalmente pelo Turismo, que promete uma natureza desvinculada da sociedade, da técnica e da matéria modificada. Porém, o processo turístico é um dos que mais são intermediados pelo meio técnico-científico informacional, mesmo que pouco percebido, legitimando novas práticas sociais sobre o meio ambiente, assim como sobre as comunidades locais, num processo de racionalidade em que os simbolismos, imaginários e emoções são camuflados e incorporados à lógica do capital. O Turismo produz um espaço de intencionalidade em que parte torna-se espetáculo e parte se perde nas alterações estruturais para os serviços. Os espaços turísticos parecem ser mais desenvolvidos que o resto da cidade. Suas idades tecnológica e organizacional aproximam-se mais que aquelas de outros espaços da cidade, pois sua produção foi intencional e seus atores (agentes de implantação e manutenção do processo, donos e administradores de hotéis, restaurantes, agências, etc) encontram-se mais sintonizados com a tecnologia e organização do espaço.

Santos deixa clara a importância de se analisar as variáveis em seu valor relativo, os quais surgem no interior do sistema em que se encontra e sempre em relação com os demais elementos presentes, produzindo realidades estruturais que dispõem de um arranjo material e uma organização funcional “uma forma de ser e uma de existir” (1997b, p. 65). E a noção que o autor menciona – a idade das variáveis – é importante para o estudo do processo turístico, pois inclui duas noções paralelas: idade tecnológica e idade organizacional, que como já mencionado, refletem as especificidades do lugar.

No padrão de implantação do processo turístico que tem ocorrido no Brasil, as técnicas vêm de lugares mais desenvolvidos e possuem uma “data de origem” diferente

daquela em que está sendo implantada no espaço turístico, produzindo-se, invariavelmente, um conflito da idade tecnológica com a idade organizacional do território, calcada nas relações sociais de seus atores locais e externos. A idade tecnológica do meio técnico-científico informacional implantado no espaço turístico, para atender às necessidades e desejos dos turistas, relaciona-se ao processo de globalização, à racionalidade e à lógica do capital econômico. Já a idade organizacional relaciona-se a outras racionalidades e lógicas locais em que o trabalho encontra-se vinculado e cujas instituições e práticas sociais permeiam as interações. Assim, o encontro de organizações e técnicas diferentemente datadas, no Turismo, provoca a base para uma relação de conflito em que a parte mais poderosa sobrepuja a outra, alterando-a.

O processo turístico possui uma intencionalidade cujos espaços exercem funções específicas e precisas nos grupos sociais, formando uma segregação espacial capaz de transmitir valor aos objetos e formas ali presentes, assim como transmitir valores às atividades praticadas junto a estes (SANTOS, 1997b, p.77). Tal valorização é fundamento singular do processo turístico e precisa ser compreendido para um melhor desenvolvimento. Neste sentido, a formação de guetos turísticos é uma consequência difícil de ser evitada.

2.4 Possíveis relações do imaginário das águas com o Processo Turístico

Das muitas águas relatadas por Bachelard, as que mais se aproximam das imagens de adornos à paisagem litorânea são as águas claras da poética dos poetas subalternos, que produzem uma interpretação fácil e simples que foi apropriada pelo processo turístico, embora dela a experiência do sujeito tire tantas outras significações.

A água pode ser, além de suporte de imagens, um aporte de imagens. Pode motivar a atração do destino dos viajantes (um suporte), e ser também um condutor (um aporte) de comportamentos sociais dos grupos formados circunstancialmente para o lazer em determinado território. Poderia possibilitar um aprofundamento da interação com o meio ambiente, mas, ao contrário, busca a conformidade do imaginário construído anteriormente à viagem, através do desejo de satisfação de maior liberdade social e emocional, da fuga do cotidiano, do desejo de sentir-se com mais poder e prestígio junto ao grupo social e também

através do tempo fugaz de interação, um tempo de superficialidade e impressões gerais e óbvias, não singulares e complexas.

O apelo dos materiais da natureza também é relevante para o autor quando afirma que

os traços objetivos da paisagem são insuficientes para explicar o sentimento da natureza, se esse sentimento for profundo e verdadeiro. Não é o *conhecimento* do real que nos faz amar apaixonadamente o real. É o *sentimento* que constitui o valor fundamental e primeiro (BACHELARD, 1997, p. 119, grifo do autor).

E intensifica a relação de sentimento com a natureza quando retoma Marie Bonaparte em sua menção à natureza

Não é porque a montanha é verde ou o mar azul que nós os amamos, ainda que demos essas razões para a nossa atração; é porque algo de nós, de nossas lembranças inconscientes, no mar azul ou na montanha verde, encontra um meio de se reencarnar (BONAPARTE citado por BACHELARD, 1997, p. 120).

Fica clara a importância de um imaginário comum nas percepções e interações dos indivíduos com o espaço litorâneo tanto quanto a consonância desse imaginário com a vivência individual. Um imaginário das águas que pode estar emprenhado nos indivíduos e nos turistas em especial, são as águas violentas, aquelas a serem conquistadas. Para Bachelard, os quatro elementos materiais seriam quatro tipos diferentes de provocações (idem, p. 166), sendo então, quatro tipos de adversários a serem vencidos e conquistados e que a cada conquista ou vitória corresponde um orgulho. O nadador que vence as ondas do mar sente orgulho de sua vitória, mas é preciso, como afirma o autor, que o cenário esteja à altura do personagem, fato que apenas as águas naturais propiciam - neste caso o mar (água), intermediado pelas praias (massa).

A violência do mar é uma imagem bastante conhecida e seu domínio é procurado intensamente. O autor relata a brincadeira da criança com as ondas do mar, em que esta adapta seu comando de acordo com o vai e vem das ondas. “Constrói em si mesma uma espécie de cólera destramente ritmada em que se sucedem uma defensiva fácil e um ataque *sempre vitorioso*” (1997, p. 181, grifo do autor). Esta vitória e conquista, em um cenário condizente com a batalha, pode significar a ativação do imaginário dos turistas, quando abrem suas cadeiras e guarda-sol na praia, observando o mar com suas crianças a brincarem com as ondas, ou mesmo quando descem de bugues nas dunas, num desafio direto da matéria, visto as formas das dunas se alterarem continuamente.

Ainda um fator importantíssimo de atração dos turistas são propriamente as praias onde, normalmente, situam-se na interação. Estas são a união da água com a terra (no caso, a areia) produzindo a massa que parece para Bachelard ser “o esquema do materialismo realmente íntimo em que a forma é excluída, apagada, dissolvida. [...] A massa proporciona uma experiência inicial da matéria” (idem, p. 109). A praia proporciona dar forma à matéria através de duas possibilidades: a primeira é que delimita as águas do mar, dando a estas um formato específico, quase uma moldura, satisfazendo, assim, o desejo dos indivíduos de composição; a segunda é que proporciona aos indivíduos darem formas às areias da praia, mesmo que temporariamente, na construção de castelos e esculturas, fazendo com que estas sejam admiradas.

Um outro aspecto é que as águas do mar não são silenciosas em sua superfície, como as águas do poeta Poe, elas são barulhentas, gritam, causam medo, violência, morte. Porém, em sua profundidade são silenciosas, escuras, misteriosas e certamente desconhecidas. Tais características, com certeza podem produzir nos indivíduos e na própria sociedade emoções ambivalentes e contraditórias, que enriquecem não só o imaginário da matéria, como o imaginário individual, fazendo com que significados que estejam camuflados ou transformados em outras formas ou matérias, influenciem desde a percepção até a interação dos indivíduos.

Enfim, as águas litorâneas, no processo turístico, parecem significar, inicialmente, aos visitantes, apenas as águas “claras e fáceis”, nas quais se buscam espelhos adornados, idealizados e naturalizantes. Porém, podem estar presentes, também, como fator de atração: o mistério, a escuridão, a morte e a sua profundidade. Significados que não se referem ao lazer, mas que “transportam na matéria seu valor onírico”, atuando onde quer que o indivíduo esteja, mesmo quando se deseja deixar os sentimentos “pesados” e “escuros” no local de origem para serem vividos apenas no retorno da viagem. Talvez a profundidade do mar não os deixe sozinhos.

CAPÍTULO 3

A importância da Fotografia como dado social e objeto de pesquisa sobre o Turismo

É possível que o ato de fotografar, principalmente por seus símbolos e recortes, possa contribuir para a perenização de uma estrutura ou de um modelo de interação entre os sujeitos do processo turístico no qual a apartação de grupos esteja na origem das relações. O álbum de fotografias pode estar assumindo ares de prova factual da interpretação da viagem e suas interações, assim como das significações, representações e emoções associadas àquelas interações, pois só se fotografam situações e paisagens porque serão reconhecidas como importantes. E, uma vez que a fotografia confirma ou reitera o que é belo e bom, sob o olhar alheio, re-afirma quais são os recortes de realidade que precisam ser experienciadas por quem deseja almejar *status* semelhante. O ato fotográfico e seu resultado, a fotografia, são formas de expressar que aquela interpretação pode ser, não apenas perpetuada na memória de seus sujeitos - imagem que se pode re-ver – mas na memória de outros tantos que, assim, tomam aquelas imagens por aprendizado do tipo de interação que deve ser experienciada.

Afora o caráter “educativo”, o prazer aferido pelos turistas em mostrar seus registros fotográficos, costuma ser grande, uma vez que proporciona a reafirmação de um *status* social privilegiado perante seu grupo de convivência e seu lugar de inserção neste. E para provar sua experiência, inúmeras fotos nas quais pessoas e território agem igualmente como paisagem, procurando uma estética plausível para dizer, iconograficamente: “eis-me aqui!” Não raras vezes apresentam situações de diferenciação, por função, com os sujeitos simples dos lugares paradisíacos e de tentativa de nivelamento, por aparência, com os “civilizados” e seus monumentos históricos.

A recorrência dessas práticas de apropriação simbólica do espaço que se expande não apenas nas sociedades ditas desenvolvidas, mas também entre as sociedades menos desenvolvidas e de alto grau de desigualdade social e distributiva, da qual o Brasil é um dos maiores expoentes, corresponde a necessidade de se refletir criticamente sobre a atividade do turismo. E uma das possibilidades dessa reflexão é o uso da fotografia turística como fonte válida e relevante para a análise crítica do modelo de desenvolvimento e interação vigente.

Estudar o turismo envolve diferentes possibilidades, olhares e direções. Contudo, sendo o turismo um resultado do tipo de desenvolvimento hegemônico da sociedade atual, as fontes alternativas de dados válidas podem transcender às convencionais, ou seja, as informações numéricas e deter-se nas informações qualitativas que materializam naquilo que pareceu importante para ser registrado, lembrado e, principalmente, mostrado – as fotografias - algo importante para ser analisado. Ressalta-se o potencial analítico das fotografias ao “oferecer” uma dimensão pública do registro de uma experiência que julgou prazerosa, feito para ser mostrado ao olhar alheio. Talvez em poucas situações se tenha esta oportunidade, ter como material de análise dados sociais e emocionais, registrados e oferecidos por um grupo pesquisado, com menor grau de resistência ou desconforto.

3.1 A Fotografia como documento: considerações gerais

Poder-se-ia perguntar se existem turistas sem fotografias. Poucos. Em raras atividades de interação humana se tem a necessidade tão grande de fixar e materializar as imagens e ações vividas, guardando-as como elos de memória e de representações sociais e ambientais. Diversos fatores, principalmente sociais, podem estar influenciando tal necessidade, como por exemplo, o desejo de re-afirmação da apropriação do lugar conhecido, o uso da fotografia como instrumento de distinção e conquista perante o grupo ou grupos de pertencimento do indivíduo. Assim, a fotografia é passível de agir como meio de interação e comunicação social no qual o narrador busca conferir orientação única aos significados e interpretações e, quem o acompanha com ouvidos e olhos, é colocado na passividade de uma aventura que não cabe interpretações que alterem, eventualmente, os significados sugeridos. As “legendas sonoras”, relatadas pelo produtor das imagens agem

tal como as escritas, domesticando o olhar de quem toma contato com a imagem. A fotografia, portanto, não é diferente dos demais meios instrumentais desenvolvidos para a manutenção da estrutura de classes. É parte disso.

Os poetas, em sua busca de expressão da emoção, criam imagens que, por meio da linguagem escrita, os leitores se deixam enredar. As fotografias, no ato em que são apresentadas por seus portadores, tomam sentido semelhante, o de servir como meio que “convida” o outro a “entrar” na situação retratada e vivê-la ou revivê-la, intensamente. Contudo, não tão intensamente a ponto de provocar a subjetividade alheia deslocando-a do objetivo central, que é a relação presente. Incita-se a projeção do outro na aventura, trazendo-o, porém, de volta à relação social desejada, no partilhamento de sensações e emoções, mas alertando para quem era o sujeito principal da ação ou interação. Ou seja, vai-se até o ponto em que, sendo efetivo na provocação, volta-se ao tempo presente (não mais o tempo passado, o do registro fotográfico) e re-situa-se o autor da experiência e o contemplador de seu feito, dois lugares distintos de poder e que reforçam seus papéis mutuamente. Tal aprendizado, para quem é o “admirador” circunstancial, costuma ser bem sucedido e, quando dada a oportunidade de sua própria viagem, tenderá a escolher os mesmos territórios, ocupar os mesmos lugares, tratar e ser tratado de igual modo pelas mesmas pessoas, ou fazendo tudo isso de forma ainda mais espetacular, registrando o seu feito e, por último e principalmente, fazendo o outro contemplá-lo nas fotos, fechando o círculo de partilha dos signos de poder que dentre outros sentidos, são também de poder. É assim que, de certa forma, todas as fotografias de turistas acabam se parecendo umas com as outras, tal é a apropriação do espaço (dos fluxos e fixos sobre os territórios, paradisíacos ou civilizados), tal é a construção social que a torna meio de relacionar-se.

Conforme bem afirma Fromm (1984), vive-se a sociedade do ter e não do ser, tornando-se corriqueira a necessidade de afirmação em muitos aspectos do convívio social, dos presentes, carros e roupas de grife às fotografias de viagem. O afã de obtenção de prestígio pela posse ou consumo circunstancial do espaço alheio não se distingue, nesses termos, dos demais meios de ostentação e prestígio.

A preciosa reflexão de Charles Harbutt (citado por FERNANDES JR, 2004) de que as fotografias seriam, ao mesmo tempo, “imagens reais e realidades imaginadas”, resgata a característica essencial desse meio, que é a ambigüidade intrínseca das representações e o

mascamamento da mesma. As realidades sociais e ambientais, como observa o autor, são sempre imaginadas, pois não se consegue capturar o que não pode ser capturado, o que está por trás do processo – a realidade da interação. Assim, o que o turista registra é a imagem real de uma realidade imaginada pela sua história pessoal e social, pelo seu próprio processo de interação e de interdependência junto ao meio ambiente e à sociedade.

A forma documental, portanto, que a fotografia tem o potencial de assumir, não difere de todos os demais tipos de registros quanto à opacidade constituinte de sua “primeira realidade”. É um simulacro que exige do pesquisador de ícones - e das narrativas muitas vezes associadas aos mesmos, relatos que dão movimento à cena cristalizada – ir para além do que está aparente.

3.2 Os vieses tecnológico e ideológico da Fotografia

O início da história da fotografia surgiu em torno do séc. XVI, quando Leonardo da Vinci descobriu o processo da “câmera escura”. Posteriormente Nièpce e Daguerre desenvolveram uma chapa de iodeto de prata capaz de registrar mudanças de cor quando submetida à luz, o que foi um marco importante na prática fotográfica. A partir daí, muitas inovações técnicas foram surgindo: do filme em rolo ao zoom das máquinas, o que permite uma aproximação ou distanciamento dos sujeitos e dos lugares, influenciando em muito a representação dos sujeitos quanto ao objeto fotografado.

Chega-se, por fim, à atualidade, com o advento da máquina digital e as infinitas possibilidades dessa tecnologia ao permitir o aperfeiçoamento das imagens para cumprir a finalidade de reforçamento de um dado imaginário. Toda vez que um novo mecanismo técnico e científico é introduzido na cultura de uma determinada sociedade, novas relações são produzidas levando à necessidade de “olhar retrospectivamente, no sentido de rever as explicações que até então sustentavam nossas práticas e teorias” (MACHADO, 2004).

A máquina digital, a grande inovação da atualidade fotográfica, tem produzido este divisor de águas. Sua introdução deve causar mudanças no processo fotográfico, desde a relação dos indivíduos com a câmera, sendo menos criteriosos nos registros, visto o aumento da capacidade de armazenamento, até a facilidade de visualização instantânea e os

novos modos de seleção, circulação e consumo social das fotografias, como bem relata Machado (2004).

Enfim, pode-se dizer que os hábitos e costumes da interação social para a visualização das imagens e suas histórias sobre elas estão em pleno momento de mudança. Se os hábitos começam a mudar, também as relações sociais, construções e representações sociais mediados por esse objeto, a fotografia, tendem a acompanhá-los. Em sendo uma época de transição, o aprofundamento da análise dos impactos sociais derivados demandará algum distanciamento de tempo, o suficiente para que alguns aspectos se consolidem ou não e a análise crítica possa ser feita com maior comprovação empírica. O que é invariável, entretanto, é sua característica de resultado de um sistema de representação.

No caso de fotografias não digitais, ou mesmo estas, é importante relatar a ênfase dada por Machado (1984) de que as fotografias não são nada mais que uma “interpretação” de um mecanismo aos raios de luz recebidos. Quando um pesquisador busca analisar uma fotografia, ou várias, precisa ter em mente que se encontra buscando a interpretação de uma outra interpretação, já mediada pelo saber científico. Não possui o fato original, mas sua “interpretação tecnológica” feita por um equipamento resultante de uma ideologia que permitiu que aquele tipo de conhecimento científico fosse desenvolvido a seu contento. Ou seja, a máquina fotográfica, seja quais forem suas características, é resultado de um sistema de representação que, por trás do sentido de objetividade e cientificidade, reproduz um modo de olhar, agir e interagir com o mundo de uma determinada classe social e econômica.

Como afirma o mesmo autor (1984, p.14), a ideologia seria assim “a solidariedade dos sistemas de representação ao grupo social que os forjou numa condição dada”. A fotografia, na sociedade capitalista, seria, então, uma das maiores “armas” da comunicação de massa, forjando um sistema de representação de comunicação importantíssimo na sociedade, ocultando, porém, esta condição de produção e interpretação ideológica e, portanto, o seu préstimo à estrutura social vigente.

Porém, “a ideologia é menos um conteúdo abstrato objetivado num corpo de idéias do que um certo modo de arranjar, organizar, combinar e fazer funcionar homens, objetos e sinais do mundo” (MACHADO, 1984, p. 19). Para isso, as entidades elementares dos

sistemas de representação, organização e combinação são os seus signos que, pela definição clássica, seriam: aquilo que está no lugar de alguma coisa.

o signo ideológico resulta de um consenso entre indivíduos socialmente organizados, razão pela qual as suas formas de manifestação decorrem das condições dessa organização. Em cada etapa do desenvolvimento social, determinados “sinais” particulares se tornam valorizados pelo corpo social que os preenche de sentidos explícitos e implícitos e deles se valem nas trocas simbólicas cotidianas (MACHADO, 1984, p. 23).

Assim, pode-se dizer que a fotografia tem se tornado um signo dentro do sistema de representação da sociedade moderna. Um signo que pode encontrar-se nos “interstícios” e “brechas” mencionadas por Machado, por onde a ideologia dominante atinge os grupos e indivíduos com maior eficácia, em que o mais importante não é “representar o real”, mas “passar pelo próprio real”, o que seria a “identidade perfeita entre o signo e o designado” (1984, p. 26-27).

Importante ainda salientar que a fotografia apresenta-se como um recorte do visível, uma visão parcial da imagem vivenciada, um processo de materialização de uma imagem.

O quadro da câmera é uma espécie de tesoura que recorta aquilo que deve ser valorizado, que separa o que é importante para os interesses da enunciação do que é acessório, que estabelece logo de início uma primeira organização das coisas visíveis (MACHADO, 1984, p. 76).

Evidentemente, essa escolha, esse recorte não são nunca inocentes, nem gratuitos. Toda síncope do quadro é uma operação ideologicamente orientada, já que entrar em campo ou sair de campo pressupõe a intencionalidade de quem enuncia e a disponibilidade do que é enunciado (MACHADO, 1984, p. 76-77).

A inocência inexistente por parte de quem retrata, de quem é retratado e de quem interpreta. Os valores sociais, culturais, ambientais e históricos encontram-se embutidos na motivação do registro da imagem. A intencionalidade do clique da máquina encontra-se permeada por uma carga social e individual que altera desde a visão, o ângulo, o enquadramento, o foco, a espontaneidade, até a própria interação da experiência vivida.

Machado (1984) realça duas propriedades fundamentais na perspectiva usada na tecnologia ocidental, que fazem com que o olhar se expanda além do recorte das fotografias e se abstraia da sua materialidade: a infinitude e a homogeneidade. As duas buscam esconder a fragmentação e a realização da cena. Tanto a propriedade de infinitude, em sentido de continuidade da cena ou do extra-quadro, quanto a homogeneidade que procura apagar o recorte feito pelo quadro, caminham no sentido de apagar a construção, a seleção,

as relações de produção da realidade registrada, enfim, buscam ocultar sua carga ideológica social, para que a fotografia não tenha sujeito, seja apenas uma representação, como diz Machado, um “discurso de ninguém” (1984, p. 84).

Isto leva a um outro ponto importante a ser analisado, o da visão da câmera nas imagens. Esta, pouco aparece, provavelmente em função da necessidade da criação do efeito de realidade na fotografia. A infinitude e a homogeneidade não permitem a imagem da câmera, pois esta revelaria o trabalho de produção dos signos, fato que deve ficar ausente na interpretação das fotografias (MACHADO, 1984, p. 93).

Outra significação da câmera é a de comandar a visão do sujeito que olha as fotografias, o que Machado chama de espectador

nós abandonamos o nosso olhar àquele outro olhar invisível mas onipresente – o da câmera – que comanda a nossa visão. Olha-se por “procuração”, apenas para onde a câmera aponta, não tendo nem poder e nem liberdade de olhar o que possa interessar, ocorrendo assim uma transferência de subjetividade, do operador da câmera para o espectador, fazendo com que este assuma o papel do outro, incorpore sua subjetividade (1984, p. 99-100).

Aspectos como enquadramento, angulação, foco, iluminação, composição e profundidade são colocados pelo autor como fundamentais para a definição da hierarquia de valores sociais na análise das fotografias, hierarquia esta que pode denunciar ao espectador a construção social e a falsa objetividade e realidade da imagem materializada na fotografia, caso se consiga decodificá-la. Porém, também se encontra presente nesta ordenação e organização a necessidade de “reprimir na fotografia o seu poder de perturbação e desconcerto”, pois isto pode “desarticular o real ao invés de promovê-lo”, e não é isto que a ideologia dominante deseja. O que deseja é o que Barthes (1984, p. 66) chama de *fotografia unária*, que é aquela que não proporciona nenhum duelo, nenhum distúrbio, que busca uma unidade de composição – que busca ser banal.

Na fotografia encontra-se também o sentimento de posse do referente. Machado esclarece isso de maneira magnífica quando relata

Porque a fotografia aparece, aos olhos ingênuos, como uma fixação “real” do referente, a posse de uma antologia de imagens parece redundar num domínio sobre a coisa fotografada. É assim que a fotografia aparece sob a ideologia dominante: como apropriação do referente, não para fins de conhecimento, mas para garantir uma posse, um poder, ou pelo menos um controle (1984, p. 41).

Guarda-se a memória coisificada, materializada, reificada. Como acentua Fromm (1984), quando analisa a linguagem verbal do sentido de poder, os turistas “têm” as fotografias, “tiram” fotografias (de quem?), e as guardam e dominam, obtendo assim um imaginário controle do seu referente.

Por último, mas não esgotando as possibilidades de análise, identifica-se uma característica importantíssima das fotografias que é composição da cena para o ato fotográfico, ou como diz Barthes (1984, p. 22 - 24)

a partir do momento que me sinto olhado pela objetiva, tudo muda: ponho-me a ‘posar’, fabrico instantaneamente um outro corpo, metamorfoseio-me antecipadamente em imagem. Essa transformação é ativa: sinto que a Fotografia cria meu corpo ou o mortifica, a seu bel-prazer ...

Decido “deixar flutuar” em meus lábios e em meus olhos um leve sorriso, que eu gostaria que fosse “indefinível”, no qual eu daria a ler, ao mesmo tempo que as qualidades de minha natureza, a consciência divertida que tenho de todo o cerimonial fotográfico: presto-me ao jogo social, poso...

O autor traz à luz o jogo social, que é o jogo de indivíduos e grupos dentro da sociedade, que a reproduz e a materializa em suas ações e, dentro deste jogo, a câmera não é passiva, impõe sobre os indivíduos um arranjo social em função de sua presença, criando um campo de forças que irão se cruzar, como Barthes relata

Diante da objetiva, sou ao mesmo tempo: aquele que eu me julgo, aquele que eu gostaria que me julgassem, aquele que o fotógrafo me julga e aquele de que ele se serve para exibir sua arte. Em outras palavras, ato curioso: não paro de me imitar, e é por isso que, cada vez que me faço (que me deixo) fotografar, sou infalivelmente tocado por uma sensação de inautenticidade, às vezes de impostura (como certos pesadelos podem proporcionar) (1984, p. 27).

Esse autor também ressalta a possibilidade de olhar-se como “o outro”, quando escreve: “Pois a Fotografia é o advento de mim mesmo como outro: uma dissociação astuciosa da consciência de identidade” (1984, p. 25). E esta consciência é que faz posar, que proporciona a posse, o controle e o domínio. Torna-se necessário, na sociedade atual, o controle de muitas situações, desde sentimentos a coisas e objetos; e a fotografia é a união destas situações, materializando algo que foi significativo para o indivíduo juntamente com sua posse. Eis um dos fatores que fez com que a fotografia tenha se desenvolvido tão rapidamente.

3.3 As Fotografias dos Turistas

O turismo é uma construção social e espacial da atualidade, cuja vivência rápida e fugaz é mediada pelo sentido da visão, do olhar, refletindo uma relação “à distância” com os “do lugar” e seu território. Uma possibilidade de transcender essa fugacidade é, sem dúvida, a fotografia que por tal razão, tornou-se um ícone da interação turística, pela sua capacidade de materialização e perenização das imagens.

A fotografia no turismo, além de ser um “registro” da interação, é também um signo prenhe de conteúdo ideológico que pode estar a serviço da afirmação de uma situação de classe. Comportamentos, objetos, roupas, adereços, paisagens, pessoas que entram ou saem do foco, diferenciação de planos, preocupação com os enquadramentos, angulação, enfim, tudo é calculadamente forjado nos parâmetros do poder e do prestígio. O objeto final resulta no insumo sobre o qual o turista vai contar suas histórias de viagem (ou seriam estórias?), insumo de comprovação e de evidência de realidade.

As fotografias no turismo, assim como as demais, são recortes de uma imagem, que buscam o sentido de infinitude e de homogeneidade já mencionados. Quando os turistas olham as fotografias, têm a impressão de “transbordamento” deste recorte. Isto faz com que tenham a sensação de conhecimento de toda a imagem e não apenas do recorte o qual, por sua vez, não se trata apenas da forma, mas do conteúdo, do significado subjacente a ela.

Os turistas sentem-se como captadores de uma realidade objetiva e crêem nesta realidade, mesmo que seja apenas estética. Isto acontece também com os “leitores” das fotografias que, além de olhar pelo olhar do turista - que é um olhar “por procuração”, pois se move apenas em direção aos pontos que o olho enunciador apontou na cena (MACHADO, 1984, p. 100), também faz o “transbordamento” imaginário de sua visão, depositando na imagem a sua interpretação da realidade criada pela fotografia.

Crêem serem “neutros” na interação, mas não há neutralidade possível, nem pode haver, pois ocupam uma posição social dentro de tal interação e a revelam nas fotografias, seja no registro ou na sua leitura. Estas, após a apresentação à circulação ou consumo social, passam a legitimar a representação construída, pois revelam os valores do próprio grupo.

Outra característica importante no processo turístico é que os turistas desejam sempre se ver nas fotografias, colocando-se quase sempre nas imagens a serem registradas. É a visão de si mesmo como “o outro”, representando uma relação de espelho, mas um espelho que reflete o esperado, o ideológico, os próprios valores. É um processo de identificação de si mesmo como sendo “o outro”. Ver-se nas fotos retoma os quatro imaginários de Barthes: “aquele que eu me julgo, aquele que eu gostaria que me julgassem, aquele que o fotógrafo me julga e aquele de que ele se serve para exibir sua arte” (Barthes, 1984, p. 27).

O turista participa, praticamente, de todos estes imaginários no registro de uma imagem de viagem, modelando sua participação nas fotografias para que esta registre aquilo que considera a codificação ideal da situação, desde a sua imagem, até a natureza ali presente. Assim como o indivíduo “domesticou” seu comportamento no processo civilizador, conforme colocado por Elias, também “domesticou” a natureza selvagem, impondo seu domínio sobre ela. Portanto, o registro desta natureza, no processo turístico, também proporciona um sentimento de domínio e de superioridade social.

A mediação do prazer pela visão, é também um dos temas estudados por Elias: “O olho se torna um mediador do prazer precisamente porque a satisfação direta do desejo pelo prazer foi circunscrita por grande número de barreiras e proibições” (1994, p. 200). E a satisfação dos desejos e impulsos, amenizados por um autocontrole instituído pela sociedade, determina também a relação com a natureza, o que faz retornar ao pensamento de Elias

a homens pacificados aparece uma natureza igualmente apaziguada, que eles podem enxergar de uma nova maneira. Ela se torna – dada a crescente importância que o olho adquire como mediador do prazer, ante a gradativa moderação das emoções -, em alto grau, objeto e prazer visual (ELIAS, 1993, p. 246).

Esta relação com a natureza encontra-se caracterizada de maneira marcante nas fotografias dos turistas. Os turistas pouco interagem, além da visão, com o ambiente natural e mesmo social dos lugares visitados, formando em sua maioria guetos turísticos e uma apartação social e ambiental junto à comunidade local.

A fotografia possui ainda uma relação estreita com a teoria de Elias e Moscovici quando coisifica e materializa uma situação ou conjunto de idéias em algo físico que passam a se tornar objetos passíveis de posse, de controle. Se os signos são tidos como

retratos da realidade, o controle destes signos seria o controle da própria realidade. Assim, retorna o sentimento que impulsionou a expansão da sociedade ocidental, o sentimento de posse, de controle e, conseqüentemente, de superioridade.

Contudo, estas mesmas fotografias podem atuar como troféus, pois registram situações menos controladas pelas quais os turistas passaram, onde alguns comportamentos puderam exteriorizar-se com maior liberdade, como a relação com a água, a matéria, as vestimentas, a gula, a liberdade de horários, dentre outros. Estas demonstrações de menor autocontrole investem também os turistas de um certo poder sobre os demais, pois se encontram em situações e lugares (e têm as fotografias para “comprovar”) que os demais não estão ou não puderam estar em determinado momento. E, portanto, puderam “extravasar”, isto é, permitir-se condutas num limiar de fronteiras mais alargadas do que o cotidiano impõe. Isso proporciona um sentimento de superioridade e de prestígio e é um dos motores das atividades de turismo.

Se os comportamentos são controlados socialmente, no ato fotográfico, inclusive no inserido no turismo, isso não é diferente. Há necessidade de se “posar” antes do clique. Barthes (1984) relata que a fotografia teria mais relação com o teatro do que com a pintura, e Machado coloca bem a situação

Ninguém gosta de ser surpreendido por um instantâneo, pois a imagem que ele nos dá sempre trai a idéia que nós fazemos de nós mesmos e que queremos fazer passar adiante: por essa razão, diante de uma câmera, sempre posamos (1984. p. 51).

Assim, os turistas posicionam-se, arrumam-se, preparam-se, posam para o registro. Nesse aspecto, retomando Bourdieu, Machado (1984, p. 55) constata que “ a fotografia realiza a imagem que o grupo faz de si mesmo: o que ela registra em seu suporte fotossensível não são propriamente os indivíduos enquanto tais, mas os papéis sociais que cada um desempenha”.

Os turistas são sujeitos que, privilegiadamente, estariam materializando, por meio da fotografia, a imagem que possuem de si próprios, no afã de que os outros a interpretem no rigor de sua própria construção imaginária. Em suas fotografias, assim como nas demais, não costuma aparecer nada que perturbe o estereótipo da realidade imaginada, nada que desarticule o padrão da realidade imaginada, nem mesmo a câmera fotográfica. Enfim, todos não sorriem para as fotografias?

Não se pode esquecer que entre o leitor, o fato e o autor há um campo de intencionalidade impossível de ser registrado e relatado nos registros fotográficos, mas que o impregna de modo irreversível (DANTAS, 2000). Leite é uma autora que insiste no ponto de que a fotografia “é uma redução e um arranjo cultural e ideológico do espaço geográfico, num determinado instante” (1993, p. 19), relatando também que “compreender por que e para que algumas imagens foram construídas altera o conteúdo das imagens e amplia a visão desse conteúdo” (1993, p. 26). E é ainda mais feliz quando relembra John Berger, o que permite a afinidade com todos os autores deste trabalho: “nunca olhamos apenas uma coisa, estamos sempre olhando para as relações entre as coisas e nós mesmos” (1993, p.31), pois “O que se vê, depende de quem olha e de quem ensinou a olhar” (1993, p.130).

Os vários autores permitem concluir que fotografias são como resíduos que refletem um modo de ver, conceber e interagir com o mundo, sendo um texto relacional que revela, suprime, modifica, modela, enfim, enviesa o real. E são através destes resíduos que as experiências podem ser revividas, contadas e recontadas, ilustradas, ou mesmo interpretadas, quantas vezes se desejar, pois se tornaram perenes e concretas, foram “objetivadas”.

É relevante, contudo, distinguir a lembrança provocada pela fotografia como uma dentre as realidades possíveis, nas quais a imagem e o imaginário atuam como matérias primas de interpretações advindas de um propósito individual ou coletivo. Qual seria este propósito para além da opacidade da forma e do conteúdo da narrativa que a acompanha? Cabe ao cientista social tentar desvendá-la. No caso específico deste estudo junto aos turistas, se não houver o cuidado de ir além da opacidade das formas e narrativas, pode-se ter os turistas na conta de “criadores de realidades”, colaborando assim, com a afirmação de um projeto social profundamente apartador, permitindo a concretude, nas relações sociais, de distinções que não começam fora, mas dentro das relações e contextos.

As fotografias são provas da impossibilidade de existência de neutralidade. Máquina neutra, olhar neutro, registro neutro, interpretação neutra. Todos neutros no possível falseamento de papéis e paisagens. Falar em falseamento é falar em ideologia, e como nos lembra Machado, falar em ideologia não é escondê-la, mas clareá-la, declará-la, denunciá-la. Este trabalho busca o reconhecimento dos “disfarces”, dos códigos, signos,

manipulações e interpretações ambientais e sociais registrados nas fotografias. Cabe ameaçar, com dúvidas, as certezas e verdades que tornaram a fotografia sua legítima portadora.

Por fim, fica a pergunta de Machado, na sua tentativa de interpretação da fotografia do interior de uma indústria: “Onde ficam nessa foto as relações sociais de produção, a exploração de mais-valia e tudo isso que forja a *realidade* propriamente dita do ambiente industrial?” (1984, p. 40, grifo do autor). Transplantando a mesma inquietação para o turismo, indaga-se: “Onde estão, nas fotografias, as relações de apartação sócio-espacial, a apropriação sócio-cultural e econômica das comunidades locais, a exploração do trabalho infantil, o desenvolvimento de subempregos, a prostituição para atender aos turistas, o desrespeito às dinâmicas dos ecossistemas frágeis do local?” As fotografias não poderiam responder. A construção sócio-histórica do exercício do papel de turista compreende a assimilação e acomodação de uma estética da paisagem natural e social que tornam invisíveis estes aspectos.

CAPÍTULO 4

As Interações do Turismo segundo um de seus sujeitos, o Turista: Um Estudo de Caso

O processo turístico proporciona a possibilidade de análise das três instâncias que permeiam todas as relações dos indivíduos: espaço, sociedade e indivíduo. Este trabalho se ateve apenas a alguns aspectos que, absolutamente, não esgotam a análise do processo, mas oferecem um olhar a mais na construção do conhecimento.

A beleza das praias, dunas, sol e lagoas se compõem na junção de elementos fundamentais como terra, água e sol. O desejo de pertencer e usufruir desses elementos é um dos motivos que faz com que os indivíduos viajem para destinos que os contendam, buscando as formas e estéticas categorizadas como prazerosas pelo seu tempo, grupo e cultura. Os contornos e modelagens da matéria são fundamentais no processo turístico, visto a rapidez e fugacidade da interação e do olhar dos sujeitos enquanto turistas, identificando, principalmente nas formas, cores, composição e estética o seu objeto de contemplação e de distração, na busca pelo espetáculo.

Um lugar que propicia belezas naturais, belas paisagens, praias com um mar de águas limpas e de temperatura agradável, dunas que se movem e, junto a tudo isso, atividades que envolvem emoção, aventura, tensão e alívio, contato direto com a natureza e um desafio constante do perigo, é Natal (RN). Ali se encontram tais atrativos que, junto à infra-estrutura desenvolvida por ações do Governo no Estado, como relatado a diante, definiram áreas e modos de apropriação de espaços a serem utilizados para a atividade. Tal indução propiciou uma aceleração do desenvolvimento do processo na região, mas com áreas concentradas de recebimento e atendimento aos visitantes, que se poderiam chamar de guetos turísticos, visto a definida territorialização do processo.



Mapa do Brasil com indicação de Natal (RN)
Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Natal>

Natal é a capital do Estado do Rio Grande do Norte (Brasil), fundada em 25 de dezembro de 1599. Possui aproximadamente 800.000 habitantes, apresenta temperatura média de 28°C, altitude de 30 metros, latitude 05°45'54'' e longitude 35°12'34'', com clima tropical e com até 15 horas de sol por dia, sendo por isto chama de “Cidade do Sol”. Possui a base de sua economia atual no turismo, além do comércio, indústria e extração mineral, concentrando a maior parte de sua infra-estrutura para o processo turístico na área urbana, apesar de alguns de seus principais atrativos estarem distribuídos ao longo da costa litorânea em outros municípios.

Neste capítulo, será relatado um estudo de caso feito com indivíduos que visitaram Natal, a turismo, e que registraram suas interações através de fotografias. Buscou-se a análise de diferentes aspectos da interação, principalmente aqueles relacionados ao uso do espaço, às relações sociais e à construção individual das interdependências e figurações.

4.1 Procedimentos metodológicos de investigação de campo

Neste trabalho, a afirmação de Jovchelovitch (2000, p. 21) de que a busca de uma interpretação final e única é um desejo e não uma possibilidade é instigante à medida que revela, dentre outras coisas, o caráter da construção representativa também do pesquisador,

esmaecendo o objetivo final de verdade sobre fatos e relações. Contudo, proporciona um desafio e um desejo da ação interpretativa cujo resultado será avaliado no final desta leitura.

Nessa busca, a natureza do tema pesquisado e o aparato conceitual definiram a metodologia, propiciando condições de diálogo entre os atores e tratando o objeto de investigação, de acordo com Jovchelovitch, como um fenômeno único, mas que vai além de sua forma única, na revelação de seus elementos universais

O fenômeno humano é histórico e pressupõe um processo de constituição, seu caráter universal é sempre realizado em uma instância particular (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 210).

Categorias universais não podem revelar a si mesmas, a não ser no caráter único da coisa individual (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 210).

Tais individualidades e universalidades tangenciam todo o trabalho, principalmente nas intersecções entre emocional e racional, local e global e entre indivíduo e sociedade, fazendo com que este trabalho seja uma produção racional, considerando, porém, emoções, impulsos e sentimentos que se encontram por trás de comportamentos e estruturas de relacionamento e interdependência.

Elias (1993) orienta a necessidade de se estudar as relações entre diferentes estratos funcionais, não sendo suficiente estudar apenas um único estrato no campo social, relatando ainda que, assim como para o estudo psicogenético é necessário verificar não só as funções “inconscientes” e “conscientes”, mas também a circulação dos impulsos entre uma e outra, é preciso, para o estudo sócio-genético, verificar a configuração do campo social, buscando neste as estruturas básicas que dão sua direção e marca específica. Afirma ainda que investigar todo o campo social não significa analisar todos os processos individuais, mas buscar uma riqueza de dados e problemas que facilitem a penetração nas regularidades subjacentes “através das quais as pessoas em certas sociedades são obrigadas a reproduzir, uma vez após outra, determinados padrões de conduta e cadeias funcionais específicas [...] e através das quais essas relações e instituições mudam numa direção muito específica” (ELIAS, 1993, p. 239), ressaltando ainda que “as fronteiras de tal estudo são determinadas pelas fronteiras da interdependência, ou pelo menos pela articulação imanente das mesmas” (ELIAS, 1993, p. 239).

Tendo esta perspectiva em mente, é importante ressaltar as intenções e proposta deste trabalho, visto não ter sido objeto de estudo a figuração de todos os estratos funcionais envolvidos no processo turístico, nem a configuração de todo o campo social, opção que estaria distante das condições materiais, temporais e teóricas do trabalho, mas a interação de uma das partes da figuração, ou seja, um dos sujeitos da interação, no caso os turistas que, ao se deslocarem para o destino da viagem, transformam-se em um grupo em interação com o meio ambiente e com a população local. Este trabalho não se propôs a analisar todas as partes da figuração, mas procurou demonstrar alguns aspectos da formação e interdependência de uma figuração sócio-espacial, tendo como objeto de análise apenas um dos grupos de interação, mesmo sabendo que um grupo não pode ser compreensível sem o outro ou outros. Não se negou a existência do outro, pelo contrário, ressaltou-se a sua importância, mas as condições de estudo e a necessidade de um ponto de partida orientaram o início do estudo pelos turistas.

Uma das questões que nortearam este trabalho foi como estes sujeitos usavam e sentiam os espaços que visitavam, como entravam em contato com estes espaços e com a população local e como construía as relações sociais e ambientais nesse contexto. Qual a figuração construída no processo turístico e como as representações sociais atuam nesta figuração. São perguntas que instigaram uma análise de semelhanças e opostos, de local e global, de indivíduo e sociedade, na convicção de que não se separa o que se manifesta em conjunto, visto serem funcionalmente interdependentes.

Com isto em mente, buscou-se instrumentos que pudessem oferecer a este trabalho, dados individuais, sociais e ambientais da interação dos turistas com o meio ambiente visitado, no caso a cidade e região de Natal. Verificou-se serem as entrevistas semi-estruturadas, junto à análise das fotografias da interação, os procedimentos que melhor poderiam oferecer os dados necessários nessas três áreas.

Para a obtenção dos sujeitos a serem entrevistados, inicialmente tentou-se obter uma relação de pessoas que tivessem visitado Natal, através das agências de viagem de Ribeirão Preto (SP), município de residência da pesquisadora. Tal procedimento buscava inibir a possibilidade de indução de resultados feita por sujeitos conhecidos ou com características semelhantes a da pesquisadora. Porém, após a obtenção de uma listagem com um total de 48 agências de viagem de Ribeirão Preto, fornecida pela Associação de Agências de

Viagem de Ribeirão Preto (AAVIRP), indicada pela Secretaria de Turismo de Ribeirão Preto, verificou-se ser extremamente difícil conseguir tal relação de clientes, em função das agências manifestarem-se contrárias ao fornecimento de nomes e telefones à pesquisadora, nem mesmo sendo feito, este primeiro contato, por intermédio delas.

Após uma recusa de cinco agências, com a argumentação de quebra de sigilo com seus clientes, a pesquisadora alterou a metodologia de obtenção dos sujeitos, passando a perguntar a pessoas conhecidas se conheciam alguém que tivesse viajado, a turismo, para Natal e se poderiam consultá-las para verificar se estariam dispostas a participar da pesquisa que fundamenta este trabalho. Após essa indicação e consentimento na participação, a pesquisadora entrou em contato com os sujeitos, agendando um horário para a entrevista e leitura das fotografias. Apenas três dos entrevistados foram conhecidos diretos da pesquisadora, porém não se observou diferença nos relatos, nem na seleção das fotografias.

Considerou-se que a mudança na metodologia de obtenção dos sujeitos em nada influenciou os dados obtidos, já que as indicações pouco se tornaram relevantes para o rigor da metodologia, pois se considerou a origem do contato com os sujeitos de menor importância do que o relato da interação social e ambiental estabelecida no local visitado.

O contato iniciava-se com a apresentação da pesquisadora e do objetivo do trabalho, e, em seguida, era perguntado ao pesquisado se a conversa poderia ser gravada, visto a dificuldade de anotação de todos os dados. O gravador ficava, normalmente, entre a pesquisadora e o pesquisado, para que pudesse captar as duas vozes adequadamente. Porém, buscou-se não valorizar tal presença, checando, anteriormente, suas funções e olhando-se pouco para ele. Todos concordaram com a gravação, mas demonstraram um certo constrangimento ou desconforto no início, fato que passou a ser menos valorativo com o decorrer da entrevista.

Foram feitas entrevistas semi-estruturadas, conforme Anexo 1, que buscaram verificar, através do relato dos entrevistados a interação com o ambiente natural e social do espaço visitado. Tais entrevistas mostraram-se norteadoras da conversa, não impossibilitando a emergência de outros temas correlatos, como situações de outras viagens ou impressões sobre outros Estados e regiões. Em seguida à entrevista, mas no mesmo encontro, solicitava-se aos entrevistados que mostrassem à pesquisadora as fotografias

registradas da viagem, e dentre essas, que fizessem uma seleção das mais significativas. Dois fatos divergiram deste padrão: uma entrevistada (entrevistada “E”) já foi para o encontro apenas com as fotografias mais significativas (total de 05), em função de uma compreensão errônea do momento da seleção das fotografias, fato que não inviabilizou, para a pesquisadora, a análise de suas informações; e outra entrevistada não disponibilizou, por esquecimento, as fotografias no primeiro encontro, o que criou a necessidade de um novo encontro para a visualização e seleção de suas fotografias (entrevistada “B”).

A solicitação da seleção de um número menor de imagens, porém de maior valor ao entrevistado, deveu-se à convicção de que, estudando as mais significativas, poder-se-ia, dentro do objetivo e possibilidades do trabalho, obter-se uma idéia mais central das percepções e interações dos turistas com o meio ambiente visitado. Foi perguntado aos pesquisados se a pesquisadora poderia fotocopiar estas fotografias, esclarecendo que no trabalho não apareceriam nomes, rostos ou fisionomias que pudessem identificá-los, e todos consentiram. Importante frisar a percepção da pesquisadora de que a seleção das fotografias mais significativas provocou um crivo racional e mesmo emocional, no sentido de censura de excessos, jeitos, trejeitos, roupas, reconhecimentos dos rostos, enfim, emoções, impulsos e identidades na experiência. Todavia, avalia-se que, mesmo com este crivo ou censura, as fotografias puderam fornecer dados das interações, percepções e representações sociais.

Procedeu-se a duas entrevistas pilotos para uma avaliação do roteiro de entrevistas (entrevistadas “A” e “B”) que, após, sofreu algumas adequações até chegar ao seu formato final (anexo 1). Os dados dessas duas entrevistas foram aproveitados no corpo do trabalho, visto que as alterações feitas foram pouco significativas como, por exemplo, a retirada das perguntas sobre renda mensal, semelhança das próprias fotografias com aquelas anteriormente vistas, se havia atração pelo mar e qual o motivo da atração. Após estes procedimentos iniciais, foram sendo feitas novas entrevistas, com respectivas cópias das fotografias da interação, que foram se mostrando, nas análises, bastante semelhantes, seja nos padrões de interação e percepção, seja nas imagens registradas, motivo principal da não extensão do número de pesquisados neste trabalho. A relativa semelhança do conteúdo das entrevistas e das imagens possibilitou, numa abordagem qualitativa das Ciências Sociais, considerar como suficientes e representativos os contatos realizados, fazendo com que tal amostragem já produzisse, no seu conjunto, um corpo de dados suficiente para este estudo,

o que vem ao encontro de uma análise intensiva com poucos sujeitos, contrária a uma análise extensiva baseada em procedimentos quantitativos.

Participaram do trabalho oito pesquisados, dos quais, como já mencionado, três conhecidos da pesquisadora e cinco indicados por outros conhecidos. Destes oito, foram dois homens e seis mulheres, e as interações para coleta de dados foram feitas nos lugares mais adequados para os pesquisados: nas suas residências (três pessoas), consultório (uma profissional liberal), agência de turismo (agente de turismo), numa unidade Regional do Banco do Brasil (três funcionários do Banco). A diversidade de gênero, de profissão e de estado civil dos entrevistados demonstrou que as afinidades dos resultados obtidos pairaram na coincidência do estrato social ao qual o grupo pertence, qual seja, uma classe média urbana. À medida que os dados foram sendo obtidos, a pesquisadora procedeu à sua análise, interpretação, relação e discussão, à luz dos autores, o que apresenta a seguir.

4.2 Resultados obtidos em campo e Discussão

4.2.1 O Turismo como Figuração

O turismo oferecido por Natal (RN) relaciona-se, predominantemente, às duas características de desenvolvimento do turismo e lazer na atualidade: o controle de emoções e impulsos e o aparecimento de atividades substitutas em que tais emoções e impulsos possam ocorrer. A necessidade de manifestação ou mesmo de criação de situações que envolvam emoção, aventura, medo, alívio, descanso, beleza é preenchida pelos passeios da região de Natal, os quais propiciam, desde a simples contemplação de belas paisagens em que o sentido da visão intermedia as emoções e sentimentos, até os passeios de bugues “com ou sem emoção” nas dunas⁸, o aerobunda⁹, esquibunda¹⁰, dentre outros. A promessa do turismo de proporcionar o paraíso, a felicidade reafirma tal análise (AOUN, 2001).

⁸ Passeios feitos de bugue (carro de tração nas 4 rodas, próprio para trânsito nas dunas e prais, que normalmente é usado sem capota) com um motorista (bugueiro) que dirige sobre as dunas em situações cuja grande inclinação produz uma sensação de vertigem, como uma Montanha Russa.

⁹ Aerobunda é uma atividade de descida, do alto de uma duna, pelo turista, sentado em uma faixa de lona presa numa roldana que desliza sobre um cabo de aço, caindo em uma lagoa de água doce. Existem pessoas

O deslocamento do lugar de origem, produzido pelo turismo, não só propicia uma nova interação com o ambiente, como suaviza os padrões cotidianos de conduta, alterando os limites e fronteiras dos comportamentos. Observou-se no estudo, através das entrevistas e fotografias, dentre outros aspectos, um padrão de vestuário mais liberal por parte dos turistas, com muitas roupas leves ou de banho; comportamentos mais expansivos, com muitos sorrisos, pessoas correndo, brincando e bebendo; uma percepção mais dirigida para alguns símbolos do turismo (como mar, praia, sol, dunas); uma constante expectativa pelo diferente e pelo extraordinário; uma procura pelo espetáculo, enfim, alterações nos comportamentos e percepções diferentes e distantes do cotidiano.

Um outro ponto de discussão é também o sentimento de domesticação da natureza, como por exemplo, as dunas da região de Natal, sobre as quais se têm construído infra-estruturas para a prestação e oferecimento de serviços aos turistas, como barraquinhas para vendas de comidas, objetos e serviços; usam-nas como pista de bugues; coloca-se sobre elas um grande número de pessoas, carros e objetos; enfim, usufrui-se destes espaços nos padrões de utilização e domínio de um contexto de produção de serviços e comércio, voltados à produção de capital. Domínio que produz uma segurança imaginária para aqueles que interagem, fazendo-os crer que não há perigo nos passeios de bugues, que não irão destruir as dunas, na normalidade de ter dromedários pisoteando as dunas, etc. As aventuras, emoções e beleza são partes necessárias ao turismo, visto seu caráter de substituição de outras atividades, o que faz com que tal interação seja um dos espaços e passeios mais lembrados, valorizados e relatados da experiência.

Quando perguntado aos entrevistados, o que mais os marcou na viagem, vários indicaram ser as dunas uns dos aspectos a ser lembrado (todos selecionaram fotografias das dunas)

Foi mesmo a parte de mar e das dunas. Eu só volto lá por causa do mar e das dunas. Não tem outro lugar. Tem Fortaleza, mas não tem como Natal. É muito bonito, e Natal é maior, principalmente as (dunas) móveis, porque muda, porque eu fui fazer duas vezes (entrevistada “B”).

Aquela coisa de bugue, que eu nunca tinha feito, marcou. É muito legal aquele passeio (entrevistada “A”).

que orientam e ajudam os procedimentos do turista. Como a subida é íngreme, existe um carrinho fixado em um trilho, movido a um motor à diesel que traz os turistas para cima novamente.

¹⁰ Esquibunda é uma atividade de descer as dunas sentado em uma pequena prancha de madeira na qual é esfregada parafina para um melhor deslizamento, caindo em um lago de água doce.

Ah, é como eu te falei, meu sonho era conhecer as dunas. Então foi uma realização que me marcou bastante. Eu lembro de Natal, eu lembro das dunas, que eu já vi, já senti (entrevistada “C”).

Elias auxilia a pensar o processo turístico não apenas do ponto de vista racional, na promessa de um desenvolvimento econômico regional e de geração de empregos, com seus novos fixos, fluxos e funções, mas também pelas liberações de emoções, pulsões e impulsos que proporcionam

Minha avó é uma comédia, ela achava que ia morrer em toda duna: Ai. Desta a gente não passa! (entrevistada “E”).

O passeio de bugue eu queria fazer sem emoção, mas de repente eu olhei na hora e isto é com emoção, então eu quero fazer com emoção! Parecia uma menina assim, foi muito legal. Escorregar de esquibunda... [...] Foi uma emoção, e depois de Aerobunda. Aquele dia foi legal. A gente tem que fazer alguma coisa mais radical. Você vai para Natal e não faz nada com emoção? Foi muito bom, eu adorei (entrevistada “C”).

E. E até eu esqueci de contar que o meu (piloto do ultra-leve), ele me deu um susto. Ele perguntou se eu queria emoção. Eu já estava super emocionada, né? E não deu tempo de responder e ele desligou o ultraleve. Daí o ultraleve ficou planando e aí eu me lembro de ter gritado.
P. Com emoção.

E. Com muita emoção! Olha, eu fiquei com tanto medo que meu grito não saía (entrevistada “G”).

Tais manifestações, junto a uma situação preparada e conformada para o sentimento de prestígio, pertencimento, identidade coletiva, apartação e segregação de outros grupos, tendo-os inclusive como contra-pontos às suas necessidades de poder e distinção, faz deste processo um marco no desenvolvimento ocidental, oferecendo, como já mencionado, a integração das três instâncias de interação: espaço, sociedade e indivíduo. A natureza das interdependências se faz então pelos dois aspectos, da racionalidade e das emoções e pulsões, numa permanente busca de equilíbrio.

Verificou-se também que os fluxos dos turistas aos passeios foram muito influenciados pelos agentes promotores do processo, como guias, agentes de viagem, promotores dos hotéis e restaurantes, taxistas, bugueiros e também pelo marketing através da grande mídia e folders, mapas e roteiros impressos. A existência de um roteiro institucional pareceu ser um dos aspectos de distanciamento dos turistas de quaisquer outros pontos a serem conhecidos, numa imposição ou definição espacial, temporal e circunstancial camuflada por seus agentes. Importante mencionar que o roteiro não se

encontra apenas nas agências ou hotéis, mas em toda a dinâmica do processo de valorização de espaços, cujos interesses variam, da grande mídia aos taxistas e vendedores ambulantes. Isto ocorre por vários motivos, dentre eles, pelo desejo dos turistas de distância do pensamento questionador, pela dificuldade de tomada de decisão, pela dificuldade de localização, pela crença de que as outras pessoas possuem o conhecimento para levá-los com mais facilidade aos melhores lugares e pelo desejo de serem cuidados. Daí usarem os passeios oferecidos pelas agências ou preferirem alugar carros com motoristas e guias

Por comodidade, né, nós pegamos o roteiro completo. (roteiro oferecido pela agência de viagem) (entrevistado “F”).

P. Então, na verdade, o bugueiro que orientou mais ou menos o roteiro de vocês.

E. Exatamente (entrevistada “G”).

Acho que lá nós não fizemos nada particular, não. Acabamos fazendo tudo mais assim, né, por intermédio da agência mesmo, né. O buggy foi também da agência lá, que eu me lembro (entrevistada “C”).

Elias enfatiza a característica conflituosa das interações, existindo, portanto, a necessidade de mediadores nas relações. Como diz Turner e Ash, citados por Urry (1996, p.23) “Os pais substitutos (agentes de viagens, mensageiros, gerentes de hotel) aliviam o turista das responsabilidades e o protegem da dura realidade. A solicitude dessas pessoas restringe o turista às praias e a alguns objetos aprovados por seu olhar”. A presença de guias, agências, bugueiros, taxistas como mediadores das interações demonstra a necessidade de intermediação, pois o simples desejo de orientações para os roteiros não explicaria tão grande presença

ele (bugueiro) foi uma pessoa muito simples. Não cobrou nada a mais. O valor que ele colocou, sobrou tempo e ele disse, vamos não sei aonde? Eu quero mostrar a vocês e foi muito tranquilo. Ele foi uma pessoa muito legal (entrevistada “G”).

A gente chegou lá no hotel, meu pai foi buscar informação se alguém conhecia o serviço, o pessoal já indicou. E aí esse moço, esse rapaz não lembro o nome dele agora, mas aí ele pegou na boa e ficou a semana inteira com a gente. Foi o caminho. O cara era bom de papo, assim e muito legal para apresentar a cidade (entrevistada “E”).

Essas intermediações fazem parte da figuração construída, onde as agências de viagem têm uma grande influência nas interações. Verificou-se que apenas uma entrevistada (entrevista “G”), em virtude de sua localização à época (Recife-PE), não usou o serviço de agências para seu transporte. Os demais, todos viajaram intermediados por

essas empresas que, de uma maneira ou outra, influenciaram na interação, no roteiro e na percepção do local. Um exemplo é a utilização, por todos, dos serviços das agências locais de viagem, no mínimo o City-tour, com exceção da entrevistada mencionada acima, e da entrevistada “E” cuja família, já no início da estada, alugou uma van. Os entrevistados afirmaram não serem tais intermediações fundamentais para a formação de grupos, mas que facilitam tais formações.

O presente trabalho não pretendeu estabelecer ou compreender toda a figuração do processo turístico implantado na região de Natal, e nem haveria condições suficientes para isso, mas é possível fazer algumas ponderações.

Verifica-se a figuração estabelecida, além do aspecto econômico que conforma as relações sociais e ambientais numa relação de consumo, na interdependência entre os sujeitos do processo, sejam estes natureza, indivíduo ou sociedade, numa organização de influências recíprocas. Assim como os turistas influenciam os espaços e relações sociais e ambientais da população local, são também influenciados por esta e vice-versa. Contudo, confirma-se que a população local, principalmente a de baixa renda, e a natureza são os elementos mais alterados do processo, primeiro porque esta população vê no turismo um mecanismo de melhoria de qualidade de vida, mas que, de fato, proporciona apenas uma modificação das relações sociais e ambientais, num permanente preenchimento de necessidades básicas de sobrevivência e, segundo, porque a natureza, usada apenas como bem de consumo, é desprezada e degradada à revelia de suas funções sociais.

As relações construídas no desenvolvimento do processo possuem características que se relacionam ao conceito de Estabelecidos e Outsiders de Elias (ELIAS e SCOTSON, 2000), o qual pressupõe, como já exposto, a relação de um grupo superior e outro inferior. Neste trabalho verificaram-se alguns indícios característicos dessa relação como, por exemplo, o desejo de que toda a população local e não apenas aquela voltada à atividade esteja sempre pronta a servir aos turistas, em todas as suas necessidades

Então é um, o povo potiguar, eu achei eles assim, talvez por ser o início ainda do turismo, enquanto que a Bahia já está bem desenvolvida nesta parte, o povo sabe que tem que tratar bem. Não que a gente foi tratado mal, mas são mais distantes, não são tão acolhedores que nem o povo baiano (entrevistado “F”).

Nas cidades turísticas, eles estão ali, eles vivem do turismo, também. Então eles acabam vendo o turista como sendo uma pessoa que é

importante, que faz parte da vida deles. Então acaba sendo acolhedor (entrevistada “C”).

Tal desejo não surge isoladamente dos próprios turistas, mas de um contexto que constrói desde as Representações Sociais que prometem nada mais que o paraíso, até a especialização do espaço para tal interação. O desenvolvimento do turismo traria esta característica – toda a população local solícita ao turista – mesmo que sem nenhum vínculo com o processo. É o que Moscovici chama de generalização, quando a característica de um determinado grupo passa a ser sentida e transmitida para os demais elementos enquadrados nesta categoria.

Contudo, solícita no atendimento, mas praticamente invisível para a interação e relações sociais dos turistas, fato que foi observado em quase todos os entrevistados – apenas três deles fizeram menção às interações com a população local, em situações que não fossem de comércio ou prestação de serviços: a entrevistada “A” travou amizade na praia com uma pessoa da cidade, a entrevistada “D” conheceu dois rapazes da cidade em um barzinho, chegando a fotografá-los, mas não selecionando a fotografia como significativa da viagem, e a entrevistada “B” não mencionou contatos com a população local, mas selecionou três fotografias junto à população local – uma mesa com os garçons em volta, a mesma mesa com dois meninos que, segundo a entrevistada, vendiam coisas nas ruas e por último uma fotografia com uma camareira do hotel. Sobre esta última situação, pode-se inferir que a entrevistada selecionou tais fotografias mais para “satisfazer” a pesquisadora que havia perguntado, anteriormente, sobre o seu contato com a população local, do que serem estas imagens significativas para a sua lembrança da viagem, conforme relato a seguir:

E. Você tinha perguntado, antes, sobre os moradores. Tem uma que tem foto nossa com os moradores.

P. Que legal.

E. Ah, não é morador, não. É garçon.

P. É morador.

E. Então, eles eram desse jeito aqui, ficam à vontade. É na barraca do carangueijo.

P. Que legal.

E. Aqui tem sim a foto dos menininhos que ficam vendendo as coisas nas ruas. (meninos sentados na mesa com entrevistada e uma amiga, tomando Coca-Cola).

[...]

E. Tem foto com a camareira. Quer levar ela, também?

P. Quero.

E. Olha, a gente fala até com cachorrinho que anda na rua.



Fotografia 1 (entrevistada “B”)



Fotografia 2 (entrevistada “B”)



Fotografia 3 (entrevistada “B”)

Tal relato e fotografias parecem demonstrar que, mesmo registrando as interações, a entrevistada não interagiu com os moradores numa relação paritária, mas, também, de servidão. Sendo assim, os grupos em interação, turistas e população, não se misturaram, mesmo quanto à permanência em praias ou lagoas usadas pela população, principalmente se mais simples.

um dia a gente foi numa praia que era mais popular, a gente nem ficou na praia. A gente desceu e voltou, porque era bem mais sujo, o pessoal mais assim desleixado. É verdade, em relação ao turista, o turista ainda não está no ponto, nem perto assim, você chega em praia de turista o cara gastou o dinheiro lá e deixa o lixo na areia e não está nem aí, mas a população menos ainda (entrevistada “E”).

a praia de Ponta Negra e dos Artistas é da população. É bem feia, feia e mal acabada. Já em comparação às outras, que tem infra-estrutura para os turistas. O dia que eu fui, que tirei o dia para ir nestas praias, eu fiquei meia hora e fui embora. Fui para o hotel. Eu não gostei. São o ponto fraco de Natal, as duas praias centrais. Deveriam ser muito boas, porque

muito turista, às vezes, não quer fazer os passeios e vai para estas praias (entrevistada “B”).

Quando os entrevistados dizem não desejarem freqüentar as praias ou lagoas populares em função de sujeira, bagunça e comportamentos inconvenientes estão, de certa maneira, avaliando o comportamento de um grupo diferente do seu. Um grupo ao qual eles não pertencem e não desejam pertencer, mas que, de alguma forma, fazem o seu contraponto na interação. A um “estabelecido” corresponde um “outsider”, a uma seleção de lugares para o turismo, corresponde uma apartação dos grupos locais que os usufruíam, à criação de novos fluxos e fixos humanos e materiais corresponde a alteração de outros. A relação de causalidade é muito simples e direta para explicar a figuração estabelecida. As relações são mais complexas e envolvem elementos, contextos e interdependências que reorganizam espaços e relações sociais e ambientais.

Como esclarece Elias, os indivíduos têm sempre uma função em relação ao outro, portanto, os turistas têm uma função para a população local e esta com eles. E esta função, ou mais precisamente funções, são definidas de acordo com a figuração, as representações sociais construídas e o contexto formado, sendo dinâmicas e alterando-se de acordo com fatores tanto externos, quanto internos. Um exemplo relatado nas entrevistas foi a necessidade, por parte de um entrevistado, de informações sobre localização de lugares que desejava visitar. Em função da necessidade, a população passou a ser “visível” e “importante”

nós, num passeio que a gente foi fazer durante o dia, nós fomos para uma outra praia e pegamos um ônibus de linha. E a gente tinha dúvida e, entre nós, nós comentando isto daí, onde será que a gente estava, e ninguém ajudou, por espontâneo. Tivemos que perguntar, e mesmo assim não foi assim mal educado, mas também não se mostraram solícitos que nem a gente teve situações em Porto Seguro de ter até se oferecido para ir junto. [...] Então é um povo lá, o potiguar, eu achei eles assim, talvez por ser o início ainda do turismo, enquanto que a Bahia já está bem desenvolvida nesta parte, o povo sabe que tem que tratar bem (entrevistado “F”).

Um outro exemplo são os “pseudo-julgamentos” sobre os valores e comportamentos da população local, como relatado por um dos entrevistados

E. Eu acho que foi surpresa mesmo, diferente, eles são diferentes. O tempo é diferente, a lógica deles é diferente.

P. O que, por exemplo?

E. Ah, por exemplo, o tempo que você fica esperando para ser atendido.

P. Mais lento?

E. Então, eu pelo menos estava acostumado a atendimento rápido, preocupação assim de ir tal, horário. Lá não senti muito esta preocupação deles.

P. Melhor ou pior?

E. Para quem está acostumado e ansioso, como a gente estava, é pior. Mas o estilo de vida deles eu acho que é muito melhor que o nosso (entrevistado “H”).

A relação com os bugueiros, serviço mais elogiado nas entrevistas, é interessante também, pois reflete uma pseudo-ultrapassagem ou uma tentativa de ultrapassagem da relação servil da população local para a pessoal, no momento em que estes levam os turistas a lugares pouco conhecidos os quais não costumam disponibilizar, ou dizem não disponibilizar a outros turistas, dando segurança a estes e construindo um relacionamento de camaradagem, que resvala ao privilégio e prestígio para com os turistas.

E esse rapaz, ele levou não só às praias, mas ele levou em locais que ele achava interessante, pessoalmente (entrevistada “G”).

Para mim o passeio de buggy era você ir até as dunas, fazia as dunas e acabava. E não, ele ia pegando praia e entrava e tal, e pára na lagoa, desce, toma um banho, volta, para em outra praia, vai para outro lugar. Na verdade todos os buggys faziam isso, mas nosso guia era muito legal. Ele foi muito bom (entrevistada “D”).

Poderia-se dizer que os guias e bugueiros aparecem na interpretação de papéis que, na interação turística, ora valoriza, ora desvaloriza suas funções. São valorizados e respeitados na direção dos bugues nas dunas e praias em que o seu conhecimento é fundamental para a diversão e segurança do passeio, porém, rapidamente, podem ser desvalorizados num restaurante, quando tomam refeições separados ou mesmo quando tiram as fotografias para o grupo, mas quase nunca aparecem nestas. Alternam-se de poderosos a servis numa lógica e tempo muito rápidos, atuando sempre numa intermediação entre as situações e os turistas.

Os bugueiros do estudo de caso podem ser relacionados aos banhistas-auxiliares, relatados por Corbin (1989), na representação do elo entre as duas classes (turistas e população local), ao apresentarem características solícitas e subservientes, sem pressionar os espaços, papéis e distância social dos turistas na interação; e na representação do elo com a natureza, por mostrarem conhecimentos desta na interação, principalmente no que tange aos seus perigos e segredos.

É importante ressaltar ainda que o contato com as belezas naturais traz prestígio para os turistas, mas estes não vêm tal relação com a população. Com esta parece existir

uma apartação social e espacial, não reconhecendo nem mesmo sua atuação no desenvolvimento e preservação do ambiente natural, motivo da viagem de todos. O questionamento de uma entrevistada sobre como a população local consegue se localizar na instalação das barraquinhas para servir os turistas nas dunas, visto que a própria entrevistada não conseguiria, revela uma surpresa de seus conhecimentos ambientais e sua integração com a natureza, chamando, nesta única oportunidade, os habitantes locais de nativos.

Além do mar e das dunas, o que me surpreendeu mesmo é este lance dos nativos mesmos saberem onde estão montando. Eu até hoje não sei como eles fazem, se eles esperam, se vão de manhã para saber como que tá. Porque, como eles vão saber onde vão montar? Então eles vão de acordo com a maré, com o tempo, eu fiquei boba. Eu pelo menos tento entender e não consigo. Eu não sei onde que eles param, onde que se instruem para chegar, para saber aonde vai parar, se tem alguém que instruem eles (entrevistada “B”).

Como Elias afirma, o domínio da natureza foi um dos pilares do Processo Civilizador e a estreita relação da população mais simples com esta poderia revelar também um sentimento de superioridade. Não se constatou, claramente, tal situação na pesquisa de campo, porém pode-se relacionar a uma certa domesticação e domínio das dunas, lagoas e praias, ou seja, do meio ambiente natural à domesticação da população local, no seu desejo de servilismo e atenção, e do desprezo pela sua história.

Os territórios do turismo têm produzido *guetos* que concentram uma população flutuante, os turistas, que habitam, circunstancialmente, os espaços sem nenhum vínculo afetivo ou emocional com estes, a não ser o desejo de entrar em contato com lugares, situações ou atividades que possam trazer-lhes prazer e satisfação. É um uso de consumo, no qual a parte biofísica e a social se fundem e confundem-se na prestação de serviços e no atendimento às suas expectativas. O estudo de caso ratificou tal característica. Com exceção de um entrevistado, os demais ficaram hospedados na região destinada ao turismo, na Via Costeira e no Bairro Ponta Negra, conhecendo somente os espaços relacionados nos roteiros “Como nós ficamos na parte ali de hotel, nós não tivemos contato com outra região. Só a parte de turistas” (entrevistada “D”).

A grande valorização da individualidade na época atual proporciona ao indivíduo, como expõe Elias, sentir-se desligado e independente das outras pessoas, sendo, então, mais um observador que participante do processo. Talvez uma das atrações do turismo seja essa

possibilidade oferecida de observação distante de ambientes e pessoas, num julgamento quase sumário, em função da rapidez de interação e a pouca integração com os lugares, em um processo de comparação que eleva seus juízes e rebaixa seus objetos de julgamento, pois no processo turístico está implícito o julgamento, o veredicto, mesmo que racionalmente seja explicado como preferências: gostei, não gostei, achei bonito, não achei bonito. E tal ato decisório oferece aos sujeitos o sentimento de poder, de domínio sobre o objeto ou situação analisada. Julgando, ou como diria Moscovici, ancorando, a insegurança pelo desconhecido ou pelo diferente diminui ou mesmo desaparece, o que beira a estigmatização.

Agora quanto à beleza era aquilo mesmo. Oh povinho feio. [...] é a cara, o estilo de beleza. É diferente do que a gente está acostumado. O padrão é diferente (entrevistada “D”).

Para Natal eu voltaria, para Salvador não voltaria, só no Carnaval. Nunca vi um povo tão grosso na minha vida. Não sei se foi porque eu fui na época do Carnaval, nossa, fala sério, um pessoal muito grosso, não tão nem aí. Diferente de Porto Seguro, que está ali do lado e só falta te carregar no colo. Nem parece que é o mesmo Estado. Nossa, uma cidade que é uma maravilha, a outra que o povo só falta olhar para a sua cara e falar vai embora para a sua casa. Não são todos, claro, mas uma grande parte (entrevistada “B”).

E, estando o indivíduo em grupo, tais julgamentos ficam mais fortes e confirmados pelos demais, daí um dos motivos da facilidade de formação de grupos neste processo. Quando perguntados sobre a formação de grupos, os entrevistados relataram ter encontrado muita facilidade em novos convívios, mencionando as amizades que fizeram e a agradabilidade do convívio. Esta facilidade de interação com seus pares, ou seja, com outros turistas, realça o que se verá mais adiante, mencionado por Urry (1996) como o “olhar coletivo”, aquele no qual a existência de outras pessoas indica que ali é o lugar que se deve estar.

Porém, estas pessoas precisam ser do grupo do turista ou sentidas como superiores ou iguais a estes, pois, caso contrário, tal interação será definida como indesejável, visto o grupo circundante pertencer à categoria “eles” e não “nós”, como ensina Elias. Tal fato pode ser observado numa situação em que uma entrevistada esteve em uma lagoa num dia que recebia turistas e outro em que recebia a população local. Segundo ela, a experiência com a população local foi ruim, pela surpresa de comportamentos indevidos, ocasionando a saída do local. Assim, o “olhar coletivo” do segundo grupo não avalizaria a interação, ao

contrário, a rebaixaria. A representação construída da lagoa na primeira interação foi desconstruída pela segunda, pois o grupo que interagira não era o desejado pela entrevistada.

O primeiro dia, nós fomos na lagoa. O bugueiro foi, passou, meia horinha, uma delícia, tinha peixinhos, eles vem servir na água. Aí, no sábado, que era o segundo dia de carro nosso, nós pegamos para a costa de Maracajaú, nós falamos, porque acabou cedo lá: vamos passar na lagoa de novo. Nossa! Parecia o Piscinão de Ramos, de tanta gente que tinha e não era o povo daquele dia. O bugueiro sabe direitinho aonde que ele leva e você fica ali, porque até então era uma lagoa linda e maravilhosa, mas voltando, vimos um povo sujinho que era o povo de lá mesmo. Era o povo de lá, porco, cuspiendo na água, jogando coisa, camarão, tinha tudo que você imaginar. Vamos embora! Pegamos as coisas e fomos embora (entrevistada “D”).

Um outro fato relatado é também importante de ser analisado. Uma entrevistada relatou ter conhecido uma pessoa da cidade (uma mulher) na praia da região dos hotéis e que, após um tempo de conversa e camaradagem, veio, horas depois, buscá-la para uma visita à sua loja. Neste fato há três pontos interessantes a ressaltar: o primeiro foi a relativa surpresa da turista (entrevistada “A”) por encontrar uma pessoa da cidade na praia e utilizando-se dos serviços dos hotéis que é região dos turistas, o que rompe com a territorialização do processo turístico “e eu não sei se você reparou, as pessoas de Natal podem usar a praia do seu hotel.”; o segundo ponto foi a possibilidade de contato com a população local, porém, de um nível econômico e social igual ao seu (era dona de uma loja); o terceiro é o possível interesse da população da cidade no lucro comercial junto aos turistas (voltou para buscá-la para conhecer a loja). Não se afirma aqui que a população local possui apenas interesse econômico nos turistas, mas que a interação pode ser predominante por este viés.

Tal fato encaminha a discussão para o que Elias coloca como um fator de coesão e segurança dos grupos e indivíduos, ou seja, o modo como estes se vêm dentro do grupo e como este grupo vê os demais. Quando questionados sobre como imaginavam a população, e se tal imagem correspondeu à percepção na interação, os entrevistados demoraram na resposta, refletindo um pouco mais do que às demais questões, como se tal pergunta estivesse distante dos aspectos de interesse da viagem.

Se a população foi, de certa forma, desvalorizada pelos turistas, estes não se sentiriam pressionados por ela a um maior controle e comedimento dos seus comportamentos e impulsos naquele contexto, podendo comportar-se com fronteiras e

limites mais largos e amplos, conforme o pensamento de Elias. Os turistas não manifestaram sentir qualquer pressão social por parte da população local, provavelmente por não terem qualquer vínculo emocional ou social com ela, por formarem grupos ou desejarem a interação apenas com sujeitos que estejam nos mesmos papéis ou classe social que a sua, e por, talvez, sentirem que de alguma forma, seja econômica, cultural ou social, eram superiores. Vários aspectos indicam uma relação estigmatizada, porém, muito bem camuflada, até para os próprios turistas.

O desejo de servidão, o distanciamento espacial e social, a invisibilidade e a generalização podem ser características que dão indícios de uma relação Estabelecidos-Outsiders, mesmo que seus sujeitos não percebam tal fato. A divisão nós-eles pode estar acontecendo de uma maneira que os separa e não os une. Como explica Elias, o “nós” não existe sem o “eles”, são duas funções da mesma relação, contudo, é preciso analisar como é construída tal relação. Os turistas parecem crer não precisar da relação com a população local durante sua estada, não visualizando o caráter “nós” para esta população, apenas o caráter “eles”, num distanciamento que impõe barreiras quase intransponíveis.

A interação turística possui uma figuração diferente daquela encontrada na cidadezinha analisada por Elias e Scotson, porém verificam-se questões semelhantes de interação e espacialização dos dois grupos envolvidos no processo turístico – turistas e população local. Apesar de, naquela cidadezinha, os antigos moradores defenderem seu espaço através de uma coesão obtida por meio de mecanismos como a tradição, as instituições sociais, as territorialidades definidas no tempo, as atividades de lazer entre seus sujeitos e uma estigmatização forte dos habitantes mais novos, dentre outros mecanismos, o processo turístico apresenta uma distinção de grupos e territorialidades semelhantes, mas por mecanismos um pouco diferentes.

Aqueles usados não se adaptariam à defesa dos grupos locais devido, principalmente, às características do tipo de interação e figuração que se estabelece no processo turístico, o qual possui a força da implantação da modernidade e das características do Processo Civilizador, com o que este tem de bom e ruim. Para esse processo de interação, outra figuração foi estabelecida, com uma interdependência modelada a privilegiar os novos sujeitos da ação, os habitantes circunstanciais destes espaços – os turistas, e não mais os antigos moradores. Tal figuração, como já visto,

conformou espaços ambientais para a recepção desses habitantes fugazes – os espaços turísticos – mas conformou também os demais espaços, que se adaptaram a estes em função da cadeia de interdependências ser cada vez maior e mais forte. São espacialidades bastante definidas que promoveram um fluxo e fixos entre elas, mas que possuem como objetivo principal o desenvolvimento econômico, fator que submete todas as demais interdependências a seu serviço.

Assim, esta figuração tem como característica uma produção espacial e social muito grande com hotéis, restaurantes, infra-estrutura básica, prestação de serviços e comércio, todos voltados para o habitante passageiro, que se apropria do espaço como se este não tivesse história social. É uma figuração que, diferentemente do estudo de Elias, faz com que o novo, o circunstancial e moderno imponha sua lógica sobre o velho, permanente e tradicional, mas que, como aquele, produz uma relação de poder e subordinação – de Estabelecidos e Outsiders em que os dois grupos tornam-se mutuamente dependentes.

As relações sociais são intermediadas, assim como no estudo de Elias e Scotson, pelas instituições sociais (televisão, propaganda, mídia, projetos do Governo, etc), pela estigmatização, pela separação do lazer dos dois grupos, pela formação de grupos e seu sentimento de pertencimento, enfim, vários mecanismos que definem a figuração e os papéis representados dentro desta.

O espaço turístico é, então, espaço de encontro de dois grupos, um para servir e outro para ser servido, daí a relação de poder tender para um dos lados. A figuração estabelecida privilegia um dos grupos e este privilégio é construído tanto territorialmente, com a conformação material necessária para tal processo e a retirada de residentes destes espaços, quanto por representações sociais que são construídas nos dois grupos antes mesmo da interação, onde um procura a confirmação das belezas e emoções pela leitura do contexto ambiental, no qual vêem apenas os signos esperados e confirmadores de suas representações, e o outro procura a confirmação da melhoria da qualidade de vida, tão prometida pelos agentes do processo, pela mídia e pelo próprio Governo, submetendo-se ao padrão implantado por estes.

Essas relações sociais no processo turístico têm, portanto, sua base de interação no conflito (camuflado) entre habitantes permanentes e passageiros – os quais, na maioria das vezes, pouco se apercebem disso porque, acima deles, encontram-se os reais produtores da

atividade, os donos do capital, aqueles que direcionam, conduzem e produzem tal processo. Os demais, apesar de serem atores fundamentais, pois sem eles não haveria processo turístico, são coadjuvantes no poder de interferência desse padrão.

No processo turístico, como em qualquer outro processo, a interdependência é o fator fundamental. Portanto, os papéis representados pelos turistas encontram-se interligados com os demais papéis representados, seja pela natureza, pela população local, pela mídia, pelo Estado, pelos seus pares, enfim, por todo o contexto. E nas suas relações transparecem sua história, suas representações, sua individualidade, sua classe social, sua classe cultural, sua sociabilidade.

A entrevista com a pessoa nascida na região Nordeste, mas que no tempo de produção deste trabalho, morava no Sudeste, deixa entrever tal aspecto, no momento em que há indícios de uma maior identificação com a população local, ou seja, suas referências e representações fornecem uma interdependência, cujos papéis são diferentes no que se refere ao atendimento, às interações (relatou que a relação foi familiar), ao uso do território “Eles sabiam que a gente não era turista, quer dizer, a gente era nordestino como eles” (entrevistada “G”). O que se contrapõe, por exemplo, à afirmação de outros entrevistados de que a população seria amável em função do desenvolvimento do turismo no local, como se toda a prática social estivesse voltada ou dependente apenas deste tipo de atividade.

O afastamento relatado por vários entrevistados sobre o uso das praias da cidade pode representar o que Elias chamou de “medo da poluição” ou medo da “infecção anômica” em relação à população cujo comportamento não se enquadrava ao padrão esperado e pode, ao mesmo tempo, estar defendendo uma matriz de identidade para os turistas, que se define, como já mencionado, através do outro. Não se questiona aqui as reais situações das praias, ou mesmo os comportamentos dos seus usuários, enfatiza-se, contudo, uma constante negação do espaço em conjunto com uma população local.

Talvez Elias visse a interação dos dois grupos como uma possível defesa da distância e da distinção do grupo de turistas sobre os demais. Enquanto aponta-se o mau comportamento de outro, esconde-se o próprio, distinguindo-se e distanciando-se dele. Duas entrevistadas chegaram a mencionar o mau comportamento dos turistas, mas enfatizando, também, o da população local (tal fato faz repetir uma das citações abaixo).

Acho que não, que o turista não respeita. Apesar que a população, assim, respeita menos. Porque um dia a gente foi numa praia que era mais

popular, a gente nem ficou na praia. A gente desceu e voltou, porque era bem mais sujo, o pessoal mais assim desleixado. É verdade, em relação ao turista, o turista ainda não está no ponto, nem perto assim, você chega em praia de turista o cara gastou o dinheiro lá e deixa o lixo na areia e não está nem aí, mas a população menos ainda (entrevistada “E”).

Mas eu achei assim, a praia que a gente estava, que era Ponta Negra, como tinha muitos gringos, muita gente, principalmente, eu acho que foi sábado ou domingo, a praia tinha coco, papel, copo, sorvete, o que for ... vai deixando ali. E eu não estou acostumada com isso. Então eu ia recolhendo, latinha, tudo, mas parece que vai ficando a sujeira e eu não estou acostumada. Mas também tinha muita população, mas também tinha muito turista. Acho que estava um pouco misturado (entrevistada “D”).

E, assim como existe uma correspondência entre o desenvolvimento social e individual, o mesmo ocorre com o espaço – a um comportamento segregador, corresponde um espaço segregador. Os comportamentos individuais e grupais refletem, como afirma Elias, as relações sociais no qual o indivíduo se encontra. A correspondência das alterações sociais e individuais desencadeou, segundo este, uma dependência e uma supervisão recíproca, assim como uma estigmatização permanente, o que faz voltar mais uma vez ao contra-ponto. Portanto, o distanciamento da população local mais simples reflete a estigmatização e, ao mesmo tempo, a defesa das características do seu grupo em um mecanismo de coesão ao definir o outro como “eles” e também a defesa individual de sua posição dentro deste grupo (“nós”) – uma defesa, portanto, de sua identidade social e individual.

Pensar junto com Elias é pensar também na busca de equilíbrio – tênue, mas constante – das forças do Processo Civilizador desde a atuação dos grandes senhores feudais até os procedimentos do Estado em todas as suas instâncias, chegando até a contemporaneidade. No turismo, isso não é diferente, o equilíbrio da figuração estabelecida tem propiciado um maior poder aos agentes produtores do processo ficando, de certo modo, os turistas e a população local como coadjuvantes. Contudo, como esta análise tem como objeto os turistas, verifica-se que, para estes, o contra-ponto principal é a população local e a natureza, ficando os agentes produtores em posição subalterna, apenas para esta análise.

Elias afirma ainda a necessidade de se pensar em termos de relações e não em substâncias ou conceitos isolados. Assim, nas figurações dos turistas com o espaço, sua relação é de certo modo de apropriação, mesmo que fugaz. Uma apropriação tanto da natureza quanto da população do lugar, permanecendo como base de sustentação as

relações estruturais de classes sociais. Isso quer dizer que o turista não vê e interage, constrói relações de amizade e camaradagem com qualquer pessoa, mas, principalmente, com aqueles que possuam a mesma estrutura econômica, social e cultural que a sua, a qual está acostumado, ou seja, mantém-se a mesma divisão de classes que orienta seus comportamentos em qualquer outro lugar. Como no turismo desenvolvido em Natal, de modo geral, o processo turístico intermedia praticamente todas as relações sociais dos turistas, estes só entram em contato com prestadores de serviço ou comércio, geralmente de classe econômica inferior a sua, o que mantém, no contexto, a estrutura de classe, o padrão de Estabelecidos e Outsiders e conseqüentemente o sentimento de prestígio e distinção

 você vê o contato do turista com a população nos passeios, quando frequenta os restaurantes, que muitos têm o café da manhã só. Na maioria das vezes são mesmo nos passeios. Você vai ter contato com o guia, vai ter contato com o motorista, aí você vai fazer o esquibunda, por exemplo, você vai ter contato com a pessoa que manobra o esquibunda, com a pessoa que recebe o esquibunda... (entrevistada “B”).

Portanto, na formação ou conformação do contexto do processo turístico não deve, nem pode aparecer o conflito originário de tais relações sociais de classe, pois poderiam revelar a realidade do cotidiano aos visitantes e não é isso que se deseja com a interação. Deseja-se o afastamento dela, pois é em função deste afastamento que se prepara todo o “espetáculo” do turismo, com seus produtores e intermediadores produzindo interações numa teatralidade e segregação bastante definidas. A fugaz interação e a quase impossibilidade de discordância de seus conceitos e avaliações, faz com que a impressão ou a representação construída se enrijeça na anuência do grupo e na veracidade racionalizada relatada no seu retorno.

Importante mencionar que apenas um entrevistado (“H”) manifestou certa discordância com o contexto de roteiro e segurança dos passeios, mencionando um “esquema” entre os agentes do processo, na definição do roteiro, e o problema de segurança nos bugues, sendo, porém, descrente quanto à possibilidade de mudanças, vislumbrando apenas aos sujeitos, individualmente, a busca de alternativas.

 O que eu sinto, pelo menos, é que eles têm um esquema, não sei se é financeiro ou de vantagens, para levar você em determinado local. Então, tem dia que, quando chegavam lá no local, eles já eram conhecidos do dono, restaurante ou alguma coisa assim, já tinham o esquema deles lá, não sei se eles recebiam dinheiro, a alimentação é tradicional eles receberem, né? Mas eu não sei se tinha alguma coisa, mas você vai para aqueles lugares que eles têm interesse que você vá. Então um local mais

bonito ou mais interessante que eles não tenham acordo com aquele local eles não te levam.

Bom, eu não sei. Talvez essas empresas que fazem os roteiros lá, mudarem este esquema delas, porque o turista acaba perdendo muito com isto. Eles vão nos locais que são interessantes para eles e não vão nos locais que poderiam representar melhor o local. Não sei se eles têm como resolver isso. Acho que não tem. Cada um ter que ficar esperto.

As dunas eu achei bonito e tal, mas não... Tinha aquele pessoal que queria andar de bugue, fazer aquelas manobras lá, achei arriscado. Aquela semana tinha morrido uma pessoa em Fortaleza, que capotou o bugue, e o bugue caiu por cima dela e matou uma mulher. E aí a gente resolveu não ir, não fazer, também não sou muito a fim deste tipo de passeio.

Um aspecto também interessante a ser enfatizado é que o desejo de ascensão social da população local não pressiona o indivíduo ou grupo de turistas para um maior controle de seus comportamentos. Primeiro porque estes não vêem a população local como tendo as características de seu grupo ou estando à altura deste – sentimento que poderia ser diferente caso o turismo fosse feito em outro lugar como, por exemplo, na França em que, supostamente, tem-se a percepção de um maior desenvolvimento social e econômico. Em segundo porque as relações de pressão pela ascensão são feitas com as classes consideradas superiores da localidade e não com os turistas. Assim, estes estariam apenas servindo como modelo ou padrão a ser copiado e não como posição a ser conseguida.

Considerando que no Brasil e na maioria dos países, o processo turístico é tomado como um processo que traz desenvolvimento econômico e social e que, em sua maioria, são implantados em locais com pouco poder econômico, pondera-se que sua implantação é muito semelhante ao desenvolvimento do Processo Civilizador ocorrido na expansão da hegemonia da produção e cultura ocidental. Assim, é importante desmistificar o processo turístico como sendo um processo que traz desenvolvimento econômico e social para as populações locais. É preciso desvendar suas nuances para revelar a pseudoneutralidade de sua figuração para que os turistas não sejam vistos com os principais e únicos causadores de degradações sociais e ambientais, mas sujeitos enredados nestas figurações de interdependência que pouco conseguem distanciar-se das amarras de suas representações e dependências originárias.

4.2.2 A importância das Representações Sociais para os Turistas

As formas de legitimação e consenso de grupos passam, sem dúvida, pelo fenômeno das Representações Sociais, as quais dão sentido às práticas sociais revelando valores e teorias internalizados do senso comum. Tais representações encontram-se, como não poderia deixar de ser, presentes, também, no processo turístico, em todos os seus estágios, desde a imaginação e idealização da viagem até os relatos junto às fotografias no retorno, intermediando o contato dos indivíduos com o meio social e ambiental.

Na pesquisa de campo, quando perguntado aos entrevistados como imaginavam o local, a população e os passeios de Natal, verificou-se respostas semelhantes como a idéia de encontrar belezas naturais, dunas, praias e qualidade de vida. Essas semelhanças nas expectativas podem refletir características comuns desses indivíduos, já que receberam informações similares pela mídia (fotografias, televisão, jornais, revistas), pelas agências e principalmente por amigos e conhecidos na construção de suas representações e categorias, além de pertencerem, praticamente, a uma mesma classe econômica e social (quase todos se autodesignaram pertencer à classe média, sendo que apenas uma entrevistada posicionou-se como sendo de classe alta) e estarem se deslocando do seu espaço de origem para um espaço longínquo, o que produz uma aproximação maior com a fantasia e com o desconhecido, num aguçamento do imaginário, preenchido principalmente pelo desejo de distanciamento dos conflitos e afazeres cotidianos. “Qualquer lugar que a gente vá, a gente imagina, né?” (entrevistada “C”).

Tais representações contribuíram para a escolha do destino da viagem, mas também para o tipo de interação no local. A imagem de belezas naturais e do contexto a ser vivenciado fez com que os sujeitos criassem uma expectativa da interação, originando uma pré-seleção ou mesmo uma relação dos signos do ambiente a serem valorizados na percepção, prendendo-se ao esperado e ignorando o destoante, ou seja, buscou-se a confirmação das representações criadas deixando, quase despercebido, o diferente. O processo de ancoragem mostrou-se determinante a tais percepções, no momento em que classifica as percepções nas categorias construídas, ou mesmo, induzem certos tipos de interações e não outros. “Querida muito ver as fazendas de camarão, lá, e eu fui” (entrevistada “C”).

Quase todos os pesquisados (com exceção da entrevistada “B”) afirmaram ter uma idéia de como seria a interação. O destino não era uma imagem indefinida para eles, principalmente por estar na região Nordeste, a qual proporciona o que Moscovici chama, dentro da ancoragem, de generalização. Assim, como Natal se encontra no Nordeste e esta região já representa uma categoria classificatória, o estereótipo advindo desta se generaliza para as demais cidades da região, tornando o não-familiar, quase familiar. Vários entrevistados mencionaram as semelhanças e até enganos de nomes de praias.

As praias, as cidades do Nordeste são muito parecidas. Então, quem é acostumado com praia, não fica restrito a uma praia. Geralmente conhece várias praias. Então, a gente vai com a noção do que vai encontrar (entrevistada “G”).

Ah, tinha idéia, né? Porque, assim, já tinha viajado outras vezes para o Nordeste também. Então, é bem similar, assim (entrevistada “E”).

Achei que ia chegar lá e encontrar só praia, tipo assim, eu já conhecia outras do Nordeste, então você já generaliza. Você acha que vai ser a mesma coisa (entrevistada “B”).

acho que é Maragogi que chama mesmo, Maragogi é em Maceió, Maracajaú, Maracajaú, Maragogi é Maceió (entrevistada “D”).

Mas o interessante é que, conforme afirma Moscovici, tais representações sociais são fenômenos e não conceitos e, sendo assim, transformam-se e alteram-se adequando-se ao indivíduo, grupo ou contexto de interação. Daí o maior distanciamento da população local entre os entrevistados nascidos no Sudeste e a entrevistada nascida no Nordeste que pareceu identificar-se mais com o povo da região, como já relatado. O elo (as representações) que os ligavam era diferente, mas a base das representações, como a imagem das praias, as dunas, o motivo da viagem, a classe social era semelhante, fato que demonstra as variações individuais e grupais, mas também as bases comuns de interação e comunicação.

As teorias internalizadas do senso comum de Moscovici, as quais definem valores às práticas sociais podem, assim, no caso do turismo, ter preparado a interação da viagem, subsidiadas pelas imagens constantes nos meios de comunicação, que aproximam o desconhecido, seja na categoria de cidade litorânea do Nordeste, seja na idéia da população nordestina retratada no Sudeste como um povo pobre, simples, com um ritmo mais lento de trabalho, etc. Estas teorias podem ter construído então um imaginário, uma expectativa do local, do povo, das paisagens, da interação que influenciou a experiência, fazendo com que

os turistas procurassem os signos e os significantes deste imaginário nas interações, privilegiando aqueles que se adequavam em detrimento a outros, fato que pode ter se intensificado, principalmente pela distância espacial dos lugares de residência dos pesquisados (região Sudeste). Essas representações construídas são muito importantes, pois, quando perguntados se a interação correspondeu às expectativas, todos os entrevistados responderam que sim, sendo até acima do esperado, confirmando as representações anteriores. Não coube neste trabalho a análise da construção social das representações sociais do turismo, nem sua enumeração, mas sim a compreensão da sua importância na interação, percepção e práticas sociais junto ao meio ambiente – fator principal da atração dos turistas ao local.

As Representações Sociais são as bases das interações, mas, ao mesmo tempo, podem ser modificadas e alteradas, resultando em novas representações, daí o seu caráter dinâmico e contínuo. “Eu já conhecia Fortaleza, eu falei assim, deve ser mais ou menos a mesma coisa que Fortaleza, e não é” (entrevistada “B”). Como afirma Jovchelovitch (2000, p. 81) “as representações sociais não somente surgem através de mediações mas tornam-se, elas também, mediações sociais”. As representações de Natal poderiam estar distantes dos sujeitos, num Universo Reificado, enquanto não ocorresse a interação da viagem, existindo um distanciamento e uma hierarquia em relação àqueles sujeitos que já conheciam o lugar.

Já tinha ouvido falar muito bem. Tanto de amigos comuns, como amigos de serviço. Eu tinha uma expectativa muito boa de Natal. E realmente correspondeu. De todas as capitais do Nordeste, foi a que eu achei a mais bonita, beleza natural (entrevistado “F”).

Eu queria muito conhecer, sabe. Eu sei que tem outros lugares que tem, assim tipo Florianópolis. Mas como tinha as maiores, é aquela coisa, e tudo. Tinha boas referências de pessoas que tinham ido para lá, que tinham gostado do passeio, tudo (entrevistada “C”).

Contudo, após a interação e a construção de suas próprias teorias e valores, o Universo passa, então, a ser Consensual com aqueles que tenham vivenciado tal experiência e Reificado com os demais, o que lhe proporciona prestígio e distinção no interior do seu grupo, tornando-se o próprio turista, de certo modo, um objeto Reificado.

É preciso retomar, aqui, o sentido de hierarquia dos Universos Consensuais e Reificados. Estes últimos dão àqueles que os detêm, um papel diferente dentro da estrutura de interdependências estabelecidas nos contextos de interações. O conhecimento, na atualidade, mesmo que fugaz e superficial, produz valor e prestígio nas relações sociais, e

os Universos Reificados podem ser observados, no turismo, desde pequenas situações como relatar a descoberta de um lugar desconhecido dos demais turistas, tirar uma fotografia cuja beleza estética se iguale às fotografias profissionais anteriormente vistas, registrar os aeroportos e aviões como meio de transporte, desbravar uma trilha para se chegar a uma praia, até hospedar-se no melhor hotel ou jantar nos melhores restaurantes. A busca da Reificação de fatos, objetos ou interações vem ao encontro do pensamento de Elias, no desejo de prestígio, domínio e poder nas relações sociais.

Uma cachoeirinha que ninguém vai, ele levou. Tem uma pedra lá que ele levou, que ela fica à beira mar, e aí a gente entra como se fosse uma caverna e muita gente não conhece. E aí a gente foi e uma onda veio e gente tinha a impressão que a onda ia encher e não encheu (entrevistada “G”).

eu me lembro do Aeroporto, né, um Aeroporto já mais moderno na época. Os Aeroportos do Nordeste, de modo geral, são todos reestruturados, com uma fachada bonita, com coisas boas (entrevistada “C”).

É da praia do golfinho. Você fica lá em cima, você desce aí este caminho. Ela ficava, assim, bem escondida lá embaixo, num lugar bem tranquilo. E depois, é que aqui você passa no meio de uma mata, acho que é uma onde tem a “FF” (esposa) descendo aqui, para você compreender como é o caminho. [...] Aqui também é lá. Você desce, desce, desce. E chega na praia. Agora tem uma que ela está andando bem no meio da mata. Tá vendo? Não parece que você vai sair num lugar assim. É uma coisa muito bonita (entrevistado “F”).

A Infra-estrutura da cidade, para mim, estava muito boa. Principalmente em relação ao hotel que eu fiquei, que era um dos melhores que tinha lá (entrevistada “B”).

Cunhaú não tem quase nada, mas tem um restaurante com uma comida maravilhosa. É para o atendimento turístico, os bugueiros ganham, mas que valeu a pena. Nós comemos um prato com lagosta, camarão e casquinha. Nós comemos e estava ótimo. Muito gostoso.

[...]

Aqui é o “Camarões”. Nós fomos duas vezes.

[...]

Aqui é o restaurante Funchal, que tem a forma de um barco, de um navio, assim (entrevistada “D”).

Portanto, as mediações sociais – as representações sociais – possuem a capacidade de oferecer aos turistas, antes, durante e após a interação, instrumentos importantes para a comunicação destes com outros indivíduos e grupos, na busca, não só de um senso comum, mas também de um Universo Reificado. Conhecer Natal passa, então, a ser um elemento a mais na constituição da matriz de identidade dos indivíduos que lá estiveram, uma

identidade social constituída em função da interação e das representações originadas pelo indivíduo e pelo grupo em função do contexto. Daí a impossibilidade de neutralidade das categorias e valores, pois sua formação revela o pensar do grupo e o papel social de cada um dentro deste.

Os turistas, enquanto grupo, sentem-se seguros e coesos, principalmente pelas condições e contexto da interação e da existência de uma identidade coletiva, reforçada pelos agentes e promotores da viagem, numa idealização da interação, numa maior liberdade de sentimentos e fantasia e numa representação de papéis sociais desejados. Fora desse contexto, na volta aos locais de origem, tal coesão se quebra, pois os papéis passarão a ser outros e os vínculos criados pelas circunstâncias de interação serão rompidos. Daí observarem-se a grande camaradagem dos turistas, enquanto em viagem, sem ter, porém, a sua continuidade no retorno à vida cotidiana.

Só que nada assim, só dura a viagem. É um tal de troca de telefone, e-mail, cartãozinho para cá, depois vem, cai na rotina e não dura muito. Mas lá tem sim, eu acho que acaba a gente fazendo esta interação, pelo menos na cidade, quando a gente está lá, acho que é legal, vê pessoas diferentes. [...] Mas não é para durar mesmo (entrevistada “C”).

com certeza você acaba conhecendo, não tem problema de ir sozinha. Tem muita gente que tem até medo de viajar sozinha, acha que não vai conhecer ninguém. Só se for muito fechada e não conversar com ninguém, aí ela não pode nem viajar sozinha. Mas é fácil (entrevistada “B”).

O outro mecanismo das Representações Sociais, a objetivação, no turismo, tem o seu ápice nas fotografias que são, além da comprovação da vivência no local, quase uma foto-documentação, num relato dos símbolos e signos considerados importantes. Os turistas, conforme Urry (1996, p. 187), oferecem a quem olha as fotografias a sua versão dos fatos. Mas, para essa versão, houve, anteriormente, uma leitura das paisagens à procura de seus significantes (CULLER citado por URRY, 1996, p. 29), sempre de acordo com suas prévias representações. É preciso enfatizar a fotografia, tanto como resultado, quanto estímulo nas representações sociais, visto o seu caráter constante no processo. “Então, às vezes, a gente acaba misturando na memória assim, mas se você pegar as fotos assim, você vai lembrando. Porque você vai, não é esquecendo, mas misturando, porque o litoral é meio parecido” (entrevistada “C”).

Outra objetivação, bastante freqüente, são as compras de artesanatos e objetos do local, procedimento incentivado pelos promotores do processo, no desenvolvimento do

consumo, e que vem ao encontro da necessidade de materialização, de coisificação e de comprovação da vivência. Constrói-se, assim, todo um processo e contexto de comprovação das versões dos fatos pelos turistas. “Eu costumo comprar muita coisa quando eu vou viajar, sempre compro artesanato” (entrevistada “G”).

Contudo, não apenas a fotografia e objetos revelam a objetivação do processo turístico, mas também outras situações como a apartação territorial do turismo dentro do espaço da cidade; os bugues que são quase os símbolos da viagem (vários entrevistados escolheram, pelo menos uma fotografia que os contivesse); a não permanência nas praias da cidade que caracterizam, para os turistas, o distanciamento da convivência com a população local; o vestuário; enfim, várias objetivações características de tal interação.

Importante recuperar aqui o relato de Jovchelovitch sobre o social ser, ao mesmo tempo, subjetivo e objetivo, contendo, em cada forma ou fluxo, o imaterial. A subjetividade e a imaterialidade atuam nas Representações Sociais de acordo com as intersecções do sujeito com seu entorno sendo, não uma distorção, mas uma relação com este. Uma relação que dá sentido (“O turista só vê a parte boa, né?” – entrevistada “C”), que expressa sentimentos (“eu gosto muito de praia assim, e é muito imenso aquele negócio, assim, o mar. Eu fico olhando...” – entrevistada “E”), que expressa uma carga afetiva (“é como uma família” – entrevistada “G”), que expressa percepções (“Tem aqui fotografia que nós tiramos de Pipa, que eu achei um lugar muito lindo.” – entrevistada “A”), que expressa comportamentos (“eu fiquei meia hora e fui embora.” – entrevistada “B”). Uma relação que, como afirma Jovchelovitch, busca a conquista da realidade vivenciada, o que dá segurança e poder, segundo Elias. Tendo isso em mente, verifica-se que o contato não se dá com a realidade em si, mas com sua representação, construída através da relação do indivíduo ou grupo com o Outro, a qual transparece como imperfeita ou distorcida, mas que é o resultado de uma construção, tanto social, quanto individual.

Neste estudo de caso verificou-se que algumas representações, como a idéia da necessidade de pessoas intermediando as interações e definindo os melhores lugares de visitaçao; as paisagens ou imagens vistas na mídia e que atraem para sua interação; as propagandas das dunas que incitavam as pessoas a conhecê-las; a regionalização dos hotéis; as orientações das agências do local de origem direcionando sobre os melhores lugares de

hospedagem moldaram a interação, a conquista dos espaços e mesmo justificaram as práticas sociais de apartação e segregação social e espacial ali vividas.

Nas entrevistas e fotografias, muito pouco foi mencionado sobre a história local (registrou-se uma fotografia de um casarão antigo e do Forte dos Reis Magos), a cultura (apenas duas fotografias de dança e de crianças cantadoras) ou sobre o desenvolvimento do local, fato que induz uma visão a-histórica e estanque dos espaços turísticos, não proporcionando uma ligação com o contexto da região, o que contribui para uma construção ainda mais subjetiva de Representações Sociais distantes dos elementos reais de interação, o que favorece a criação de simulacros.

No turismo, quase não há tempo para o complexo, para a história, para a cultura, para leituras diferentes para os mesmos objetos, apenas para leituras óbvias de significantes e signos já definidos e dispostos ao grupo na interação, onde a rápida visão e concordância sejam predominantes como, por exemplo, o “maior cajueiro do mundo”, as dunas de Genipabu, o Morro do Careca, as lagoas e outros mais. Signos que, como se verá adiante, encontram-se ligados ao contexto turístico, à teatralização da interação e à definição de territorialidades. Signos que ligam o sujeito ao objeto através de seus valores, informações e intenções, mas que, no processo turístico, não se aprofundam.

Por outro lado, os signos de aventura (um dos motivadores do turismo) também são encontrados na região de Natal. Ali, o ambiente natural não foi apenas contemplado ou observado, mas vivenciado através de atividades que, de um certo modo, desafiam-no, como os passeios de bugue, esquibunda, aerobunda ou ultraleve, nos quais o sentimento de perigo e tensão encontra-se, constantemente, presente. Tal vivência pode representar, também, um desejo de naturalização dos sujeitos. Várias fotografias foram selecionadas referentes a estas atividades, acentuando seu caráter de importância na interação e vivência, como se verá adiante, assim como relatos do que mais gostaram.

Uma delícia. Eu fui duas vezes nas dunas. Fui com ela (mulher) sem emoção. E depois eu fui com emoção (entrevistado “F”).

Cada época eles inventam uma coisa. Antes, da primeira vez que eu fui, era só o esquibunda: você sente na prancha e vai. Na segunda já tinha, além do esquibunda, o aerobunda, que é o que você desce. Então eles estão sempre inventando (entrevistada “B”).

Foi um final de semana, assim, intenso. Ultra-leve, esquibunda, as dunas, a cachoeira e a pedra (entrevistada “G”).

Um outro ponto a se analisar diz respeito à representação da população local como servil, pois, quando se representa um território como sendo apenas de uso temporário para o prazer do indivíduo e de seu grupo, apropria-se dele com tudo que o contém, do espaço ao povo. Este é um dos aspectos subjetivo e objetivo que Jovchelovitch menciona, porque as ações são objetivas, porém induzidas por uma subjetividade que, na maioria das vezes, os turistas não tomam conhecimento ou não percebem. O descaso pela população, o desejo de vivência em guetos, a utilização de mediadores para a interação são aspectos em que estas duas instâncias se encontram, modelando as interações. O fato de Natal encontrar-se na região Nordeste e a maioria dos pesquisados serem do Sudeste, acrescenta, por exemplo, um ingrediente a mais na subjetividade de servilismo da população local, já que existe entre as duas regiões uma representação, camuflada, mas presente, de superioridade.

O senso comum sobre o turismo submete-se às informações, imagens e produções institucionais para a condução do melhor espetáculo de interação, o qual define não apenas os locais de interação, como também os tipos de interação e quais os sujeitos a serem incorporados nestes. O processo turístico promete o paraíso, mas, como condição, domestica não só a natureza, mas as populações locais, na constante promessa de maior desenvolvimento, criação de empregos e melhoria na qualidade de vida.

A transformação então, do não-familiar para o familiar, encontra-se toda permeada, não só pelas subjetividades de seus sujeitos, mas também pela objetividade e conformação dos espaços visitados e pelo sistema organizado de significados no local, o qual conduz os turistas, junto com suas representações anteriores, a ancorarem suas percepções e objetivarem os diferentes significados. Porém, transformar o não-familiar em familiar é antes de tudo apropriar-se do objeto, fato ou situação, e isso é proporcionado no turismo desenvolvido em Natal, como se pôde verificar em pequenos aspectos e situações. Nessa interação, o turista apropria-se do espaço, tanto da região de hospedagem quanto dos pontos turísticos como lagoas e praias, apropria-se da população através da sua representação de servidão, apropria-se da história, não por valorizá-la, mas por menosprezá-la e apropria-se da cultura ao recebê-la como espetáculo estético e não manifestação de uma sociedade em movimento. E, não bastasse isso, os turistas vestem-se de maneira diferente destes habitantes, numa “representação” visual que os distingue instantaneamente, na definição do seu papel na interação.

Essa questão leva a uma outra análise que é a relação do espaço público e privado dentro do processo turístico. O espaço público pode estar sendo sentido como o espaço do outro, mas, como não se valoriza este outro, não se deseja conhecer seu espaço. Assim, o processo turístico conforma toda a interação para que seja sentida pelos turistas como estando dentro do seu espaço privado, ou seja, conhecido, familiar, pessoal, onde as emoções e impulsos podem ser expostos mais livremente. Daí a necessidade de padronizações dos hotéis, restaurantes, aeroportos; estruturas para os passeios; facilidades para a interação e mediadores no processo, como guias, bugueiros, taxistas, os quais agiriam como pais substitutos, como afirma Urry (1996). Este é um aspecto importante para a análise do processo turístico, que pode variar de grau ou intensidade, mas que se encontra presente em sua formação.

Então, cada vez você vai comer num lugar, então eu acho que come muito bem em Natal, e cada dia a gente ia num lugar para experimentar porque os restaurantes não são de pratos típicos, eu já reparei isso. É aquele macarrão, aquela salada, é aquela *nossa* comida, uma ou outra coisinha, mas não é não (entrevistada “A”, grifo nosso).

O bugueiro sabe direitinho aonde que ele leva... (entrevistada “D”).

para quem não está acostumado a viajar, o pacote é bem melhor, porque, senão, você acaba indo sozinha e acaba não aproveitando, porque você não sabe por onde você começa, por onde você vai. Para quem não está acostumado, o pacote, com certeza, é mais indicado (entrevistada “B”).

E é interessante também verificar como tais interações e representações circulam na comunicação dos turistas antes, durante e depois da interação. Não se pode pensar outra coisa senão, novamente, uma relação de apropriação, agora de seus símbolos e signos, como “estórias”, objetos e lugares típicos da região, lembrancinhas, camisetas e principalmente as fotografias. Após a interação, na volta aos locais de origem, se os turistas já se apropriaram espacialmente e socialmente na interação, apropriam-se com mais domínio dos seus signos, visto poderem imputar a estes os significados que desejarem. Esses signos, agora, passam a participar tanto do aspecto privado, quanto público dos indivíduos, agora não mais turistas, intensificando suas representações e comunicações.

É importante, neste momento da discussão, mais uma vez, um alerta quanto ao risco de considerar que os turistas praticam tais comportamentos com consciência e determinação. Não se afirma isto. Praticam-nos em níveis variados, como já mencionado, mas de uma maneira que se acredita ser quase transparente a eles, porque, assim como

todos, encontram-se na luta constante e diária para dar sentido às suas ações, emoções e interações, usando os mecanismos e instrumentos disponibilizados ou adquiridos no contexto. E o processo turístico, na forma como vem sendo desenvolvido, oferece aos indivíduos, enquanto turistas, os instrumentos e mecanismos para um sentido de domínio, prestígio e poder, na apropriação do Outro.

Assim, quando se encontra relato dos pesquisados não desejando contato com a população local, ou quando acreditam que estes serão mais corteses com o desenvolvimento do turismo, ou mesmo quando reclamam do atendimento de hotéis, não se pode censurá-los, visto que quase toda conformação do processo, da origem ao retorno, é modelada para uma apropriação, seja esta simbólica ou real. E, como símbolo e realidade se misturam, no turismo isto não é diferente.

Nesse sentido, poderiam os pesquisados declarar que conheceram Natal? Após esta análise, poder-se-ia quase afirmar que, na interação, Natal foi re-criada nas teorias, valores e categorias de seus visitantes e promotores, cada um com sua singularidade e particularidade, mas com uma base de representações comum a todos. Portanto, como as interações não têm uma base real, mas simbólica, as relações se tornam simuladas. Os turistas simulam a interação por desejarem o espetáculo, o extraordinário, a apropriação e a segurança, e os habitantes locais, principalmente os mais simples – aqueles que interagem com os turistas – simulam por acreditarem nas prometidas vantagens econômicas e sociais da interação, rendendo-se ao desejo de espetáculo do Outro, conformando ou deixando conformar seus espaços e seus comportamentos para tal fim, numa anuência, muitas vezes involuntária, com a apropriação do Outro, representados na interação pelos turistas.

4.2.3 O Turismo como refabricação do espaço

O processo turístico envolve a análise do uso do espaço, com suas formas, funções, estruturas e processos, que se modificam de acordo com as condições sociais, econômicas, temporais e também históricas. Este espaço, dividido por frações funcionais insere-se na estrutura da localidade tendo, porém, características específicas que alteram desde seu entorno, até dinâmicas sociais, culturais e históricas relacionados a ele.

Não existe turismo sem deslocamento, ou seja, fluxo; nem turismo sem fixos, sejam os pontos turísticos ou uma base de infra-estrutura que o sustente. Como afirma Cruz (2000, p. 25) “Mesmo quando o turista acredita estar viajando para ‘consumir o clima’ de um dado destino tropical, o conjunto da infra-estrutura turística e da infra-estrutura suporte (acesso, saneamento básico, energia elétrica, telefonia) desempenha papel fundamental na sua decisão”. Poucos se aventuram em lugares desertos, sem nenhuma infra-estrutura.

Verifica-se que o município de Natal e região alteraram, significativamente, seus territórios em razão do processo turístico ali instituído. O bairro de Ponta Negra, por exemplo, alterou-se na implantação da atividade turística com a instalação de hotéis, pousadas, restaurantes, lanchonetes, choperias, e outros estabelecimentos, afastando antigos moradores para áreas mais distantes, num duplo processo: de exclusão desta população original e de segregação espacial dos novos sujeitos envolvidos na atividade. Tais processos representam uma característica recorrente da atividade turística.

Uma rápida menção à construção do Complexo da Via Costeira pode ilustrar a pouca integração de políticas urbanas e turísticas e a origem deste duplo processo de movimentação social e segregação espacial. Natal ocupava na década de 1970 uma posição, segundo Cruz (2000, p. 81-91), marginal em relação aos principais destinos turísticos do Nordeste. Tal fato, conforme a autora, devia-se à deficiência de sua infra-estrutura turística, principalmente hospedagem e um marketing turístico mais agressivo. O Governo do Estado, então, idealizou um megaempreendimento denominado Projeto Parque das Dunas-Via Costeira, desapropriando uma área de lençol dunar, num trecho da orla marítima, pouco urbanizado, com cerca de 8,5 Km de extensão, entre as praias Areia Preta (próxima à cidade) e Ponta Negra (localizada no litoral sul de Natal). Tal Projeto foi apoiado pela SUDENE obtendo acesso às linhas de financiamento federais e seu maior objetivo, conforme a autora, era “expandir a infra-estrutura hoteleira da capital natalense, por meio da criação de um complexo turístico de grandes proporções, buscando, dessa forma, inserir Natal entre os principais destinos turísticos regionais” (Cruz, 2000, p. 84). Suas principais estratégias foram os incentivos financeiros para a aquisição de terrenos e edificação dos hotéis, junto a incentivos fiscais, quando entrassem em funcionamento.

O Projeto previa a construção de uma rodovia estruturante – a Via Costeira –; o Parque Estadual das Dunas de Natal; a implantação de cinco hotéis de categoria cinco

estrelas; áreas de *belvedere*; unidades residenciais e complementares ao desenvolvimento do turismo; equipamentos e serviços; Centro de Convenções; residência oficial do Governo do Estado; campings; clubes e colônias de férias; unidades de saúde; recreação; educação; cultura; comércio; transportes e comunicações e força de segurança.

A primeira providência foi a criação do Parque, através de Decreto em 1977, abrangendo uma área de 1.172 hectares, tendo, contudo, seu Plano de Manejo implementado apenas doze anos após sua criação. A criação do Parque, segundo a autora, deu suporte político à intervenção planejada pelo Estado, minimizando pressões dos ambientalistas, referentes à sua preservação.

A Via Costeira, originalmente, deveria passar sobre as dunas, porém, em razão de deslizamentos quando da tentativa de sua implantação, teve seu traçado alterado, ficando mais próxima ao mar, eliminando do projeto original as residências, assim como, em função do pouco interesse dos empresários locais na construção de hotéis da categoria cinco estrelas, reformulou-se tal concepção, passando a configurar doze hotéis de menor porte – duas, três, quatro e cinco estrelas, mantendo-se, porém, a capacidade original de número de leitos (por volta de 1800 unidades habitacionais).

Contudo, em um levantamento da situação do projeto, realizado entre 1987/1988, verificou-se a negociação de 23 glebas e não doze como originalmente constavam do projeto. Esse fato deu origem a uma batalha judicial, segundo a autora, por parte do poder público estadual, mas sem sucesso. Conseqüentemente, houve um adensamento de sua ocupação por unidades hoteleiras, cujos valores de venda, poderiam ser questionados por estarem bem abaixo do mercado na época. A autora menciona (2000, p. 88), citando Cavalcanti e Caracristi, a questionabilidade da sustentabilidade do discurso ambientalista do projeto, revelando “um lado obscuro da gestão pública estadual do solo na Via, que contou com negociações irregulares e favorecimento de grupos, principalmente empreendedores do ramo da construção civil”. Entre 1984 e 1999, foram construídos dez hotéis na Via Costeira.

Um fato interessante a comentar é que, contrário às expectativas de internacionalização do capital e produção turística no empreendimento, conforme Cruz (2000, p. 137), os empreendedores do projeto – donos de hotéis e de lotes na Via Costeira – foram empresários da construção civil e do turismo, radicados em Natal e/ou outras capitais

do Nordeste. Contudo, parece que tal fato em nada alterou o padrão de desenvolvimento do processo, calcado no modelo Cancun, que consiste, basicamente, “na urbanização turística de trechos pouco ou nada urbanizados da orla, com grande participação do poder público nos empreendimentos” (CRUZ, 2000, p. 11).

Com os primeiros hotéis inaugurados, Natal começou a pertencer ao rol dos principais destinos turísticos do Nordeste, a partir da segunda metade da década de 1980, confirmando, segundo a autora, a hipótese de deficiência da infra-estrutura hoteleira como impeditivo para o desenvolvimento da atividade naquela capital. Fato comprovado, segundo ela, pelo aumento substancial do volume de embarques e desembarques no Aeroporto da cidade, principalmente entre 1985 e 1990.

Portanto, a intervenção Estadual alterou de maneira marcante o processo de implantação e desenvolvimento da atividade turística na região e principalmente na capital, alterando espaços, fixos e fluxos humanos e materiais, num espelho do modelo Cancun. Porém, tal modelo, mesmo trazendo relativa modernidade a tais espaços, consiste também numa segregação da atividade e apartação da população local e, uma das principais explicações para tal confinamento territorial do turismo, segundo a autora, é a “ausência de concatenação entre políticas de turismo e políticas urbanas e regionais” (CRUZ, 2000, p. 36), junto à falta de um ambiente social e cultural favorável à implantação (BECKER citada por CRUZ, 2000, p. 36).

No caso das políticas regionais de turismo para o Nordeste, essa modernização é relativa não somente porque não atinge todo o território regional, mas, também, porque não é completa, mesmo nos territórios por ela eleitos.

Considerando-se a inexistência ou deficiência dos objetos implantados nesses territórios, via políticas de turismo, identifica-se, aqui, um primeiro sentido dessa modernização. Como, entretanto, não há a necessária concatenação entre política de turismo e outras políticas setoriais (política urbana, política de transportes, entre outras), essa modernização restringe-se aos limites a que uma política de turismo, isolada, pode chegar (CRUZ, 2000, p. 12)

E. Mudou completamente aquela parte costeira ali de Natal, não tinha aquilo. Eu lembro do Centro, isto eu lembro bem, onde vende as coisas no centrinho. O centrinho eu lembrava bem, mas aquela outra, onde vai os hotéis, a Via Costeira, aquela outra, como é que chama, tem o centro e tem a outra... Ponta Negra. Acho que nem existia, isso daí eu não lembro.

P. Acho que existia.

E. Mas não levava para visitar (entrevistada “A”).

Porque a gente via, assim, placas que eles estavam construindo e incentivando o turismo, tudo. Então estava no início. Então se eu for comparar com cidades, na época, a capital do turismo no Nordeste e não sei se ainda é, era Fortaleza. Então você sente uma diferença muito grande, já estavam bem mais avançados. Acredito que Natal hoje já tenha melhorado muito (entrevistado “F”).

P. E a infra-estrutura, “H”, o que você achou?

E. Muito boa. A época que eu fui, inclusive o comentário deles é que, tipo cinco ou seis anos antes, não tinha toda aquela infra-estrutura que eles tinham quando a gente foi. Então, em termos de infra-estrutura, não deixou nada a desejar (entrevistado “H”).

Dando-se essa nova organização sócio-espacial sobre uma outra preexistente (o que Santos chama de sobreposições), não se pode crer não aparecerem embates e conflitos decorrentes deste encontro de forças e ações, muitas vezes exteriores aos habitantes produtores e mantenedores desses espaços. O Projeto Parque das Dunas-Via Costeira é um exemplo da atuação governamental na implantação, modificação e intencionalidade de uso de espaços que, com tal implantação, aceleraram a segregação e a especialização de seu novo uso, revelando, como esclarece Santos, uma nova teoria de valor tanto dos novos ou antigos usuários, quanto dos diferentes aspectos do ambiente, agora valorizados numa verticalização da produção com novos fluxos que podem estar distantes das horizontalidades organizacionais das relações sociais pré-existentes nos espaços, agora destinados para tal finalidade.

Como afirma Santos, as horizontalidades possuem diferentes mecanismos que buscam sobreviver às investidas de novas verticalidades, numa dialética que constrói, muitas vezes, novas formas de organização espacial e temporal. Tais fatos podem ser, por exemplo, relacionados aos barraqueiros e ambulantes nas praias e dunas que trabalham distantes do processo hegemônico desejado pelos agentes institucionais, mantendo ainda uma organização social, espacial e temporal calcada nas relações mais antigas

a gente chegava nas dunas e tinha barraquinha assim para turista e tal não sei o que, e que, ao mesmo tempo, tinha evoluído mas eu achei muito fraco. Eu fiquei surpreendida como eles não estão ainda preparados, muito devagar. Sabe, você vê aquele povo estrangeiro tentando comunicar, não sei como que sai a comunicação dali, entendeu? Mas, cara com dinheiro para gastar, eles tem muito dinheiro para gastar, pô, eles trabalham com euro, entendeu? E chega ali, então falta muito ainda. Não sei como o prefeito não faz nada. Eu não sei quem é responsável por isto, mas eu sei que tinha que ser mais evoluído, sabe. Isto foi o que mais me marcou (entrevistada “E”).

Natal, no seu processo turístico, parece conviver com horizontalidades e verticalidades em suas práticas sociais, numa permanente luta de diferentes agentes pelo espaço e desenvolvimento social e econômico. A grande convivência de prestadores de serviços informais com os formais faz a dinâmica de tais práticas revelarem, também, outras disputas de poder e de espaços entre grupos e indivíduos.

A racionalidade com que são planejados tais projetos e megaempreendimentos relaciona, diretamente, o pensamento de Elias ao de Milton Santos, quanto a fatores não econômicos, relacionados à população destes lugares, serem pouco considerados em tais implantações, numa vitória de um Processo Civilizador apartador e segregador, mas economicamente viável, porém, para poucos.

Nesse sentido, o trabalho de Fonseca (2002) desmistifica o processo turístico como grande agente de desenvolvimento econômico e social através da criação de empregos, no momento em que ressalta que, apesar do turismo passar a ser a segunda atividade que mais emprega em Natal, ficando atrás apenas do setor público, caracteriza-se por uma grande precariedade. A autora afirma ainda a contradição existente no processo entre a importância do trabalhador na composição do produto turístico e a precariedade de tal trabalho e busca elencar alguns motivos que estariam por trás desta precariedade. O primeiro é a sazonalidade da atividade, que provoca uma grande rotatividade de mão-de-obra e uma dificuldade de retenção dos trabalhadores; o segundo são os baixos salários praticados e o terceiro é o limitado prestígio dos trabalhadores que atuam neste segmento, relatando ainda a baixa formação escolar, inclusive maior do que em outros segmentos de atividade da cidade. Ocorre assim, segundo a autora, um problema estrutural no trabalho relacionado à atividade turística

Por um lado, os empresários reclamam da qualidade da mão-de-obra empregada, por outro, os trabalhadores mais qualificados se recusam a permanecerem no segmento dada a precariedade das relações de trabalho e o pouco prestígio que tais cargos lhes proporcionam (FONSECA, 2002, p. 4).

Eles não são tão preparados para o turismo. No hotel, por exemplo, tinha muito turista estrangeiro, italiano, e eles não falavam inglês, falavam muito mal. Os garçons não falavam, para eles entenderem... Isso eu achei muito, assim, que eu esperava que Natal já estava mega, assim, turístico, sabe (entrevistada "E").

Mas sempre falta alguma coisa, como toda cidade do Nordeste, o pessoal acaba pegando mão-de-obra barata para não pagar caro. Pega aquela mão

de obra não especializada. Apesar deles tentarem te ajudar em tudo, acaba vendo que não é um serviço especializado (entrevistada “B”).

Contudo, apesar desta precariedade, relacionada diretamente à sua invisibilidade, o discurso institucional do Estado e demais agentes do processo destacam sempre o potencial de geração de empregos como sendo um dos fatores positivos para a implantação do processo, enfatizando mais a sua quantidade do que a sua qualidade. Isso vem ao encontro do discurso institucional do Turismo como promovedor da diminuição de desigualdades sociais, ponto bastante questionado pelo pouco progresso social de aumento de qualidade de vida verificado em localidades nas quais tal processo foi implantado¹¹

Outra questão relevante de análise é o que Cruz relata sobre a apropriação do espaço turístico

a apropriação do espaço pelo turismo é restrita ao *trade* turístico, aos atores hegemônicos que controlam a atividade, e a forma como se dá essa apropriação, principalmente no turismo de hotelaria, acaba por se configurar como um impeditivo à apropriação desses territórios pelos turistas (CRUZ, 2000, p. 24).

eles já têm os lugares para te levar, lugares que te levam é onde vai turistas, é o show folclórico, jantares, tudo turístico. Então se você vai por pacote, já vai virado tudo para o turístico (entrevistada “B”).

Então, aonde vai turista: feirinha, Forte, restaurante, a gente procurava este tipo de coisa, sorveteria, porque lá é muito quente, nós fomos em outubro. Lugar onde a população frequenta, não (entrevistado “F”).

Tais afirmações enquadram-se no turismo desenvolvido na região de Natal, principalmente quando se observou nas entrevistas e fotografias, praticamente, os mesmos passeios, lugares e relatos, verificando-se a interação de tais espaços através de roteiros institucionalizados, já definidos pelos agentes do processo, inibindo qualquer distanciamento destes. Todavia, tais roteiros ou apropriações espaciais refletem, também, por sua vez, adaptações aos desejos, representações, valores e necessidades de seus “clientes”, os turistas.

Neste mesmo sentido, precisam ser observadas as mudanças das funções relacionadas às formas como é, por exemplo, o caso das dunas, cujo processo é dinâmico e recebe influência do contexto que o envolve, pois, como afirma Santos, os elementos do espaço dependem do seu papel no contexto analisado e sua alteração depende e influencia os demais. As dunas já não são mais o signo de um espaço deserto, produzido pela

¹¹Ver também Fonteles (1998); Ribeiro e Barros (1997); Rodrigues e Cardoso (2000).

natureza, em que pouco ou nada se produz. Tais espaços passaram a ser os mais valorizados para a visitação e, como menciona uma entrevistada, motivo principal da viagem. Nestes espaos juntou-se desde as representaoes sociais de paraíso, de beleza estética, de emoo e aventura dos turistas, até a prestao de servio e comércio. A forma física das dunas continua “quase” a mesma, mas seu conteúdo, ou seu valor, o qual reflete suas práticas e representaoes sociais, foi substancialmente alterado.

P. Sua mãe notou diferena?

E. Minha mãe notou. Muita diferena assim. , não sei nem se este é o ponto, mas minha mãe falava, por exemplo, que as dunas, sabe aquele morro que a gente faz esquibunda? Que o morro tinha abaixado muito sabe, assim? Minha mãe notava, ela falou assim: Nossa! Isso era muito maior! (entrevistada “E”).

As dunas não podem ser entendidas no processo como um elemento isolado, precisam ser entendidas através de suas relaoes e interdependências, as quais estão ligadas ao modo de produo do espao turístico que se encontra todo permeado pelo consumo. Olha-se as dunas não por elas mesmas, mas por sua relao com os agentes de consumo, os turistas. Elas não se prestam ao turismo apenas para sua contemplao, mas para a produo de capital que se instala sobre e a respeito delas – alugeis de bugues, contratao de bugueiros, comércio de bebidas e comidas, artesanatos, sistema de transportes, dentre outros.

Os novos valores dados às formas ou a alterao de funoes de formas antigas revelam a nova estrutura presente nas interaoes, que denunciam, também, a estrutura espacial e social dos grupos em interao. Portanto, percebe-se que no turismo, dado o interesse principal pelas belezas naturais da região, a populao local terá pouco ou nenhum interesse para os visitantes, sendo ora relacionada à própria natureza, ao meio ambiente natural e  paisagem, e como tal dominada; ora distante desta e por conseqencia invisível, sendo apenas prestadora de servios e comércio voltados para a atividade turística, como já analisado anteriormente.

A alterao das funoes referentes às formas, principalmente do meio-ecológico, dadas as novas valorizaoes das paisagens do local, fez com que os demais elementos do espao – homens, firmas, instituioes e infra-estrutura – também se alterassem num processo de interdependência contínuo. Como se pôde observar, a apartao sócio-espacial do processo turístico foi confirmada por várias entrevistas, num distanciamento marcante

da população da cidade, da história da região, de sua função para os demais espaços, enfim, fixos e fluxos pré e pós orientados para um processo segregatório, que confirma e conforma relações socioambientais discriminatórias.

É, então, eu fiquei na praia de Ponta Negra, e ali são mais os hotéis, os restaurantes, então, a parte mesmo mais dos turistas. A parte mais central, onde tem as pessoas assim, eu fui pouco, só mesmo os pontos turísticos mesmo. Então, a realidade deles ali mesmo eu não conheci. Muito pouco. [...] Mas é aquilo, os artesanatos, feiras, bem aquela coisa de turista mesmo (entrevistada “C”).

Como nós ficamos na parte ali de hotel, nós não tivemos contato com outra região. Só a parte de turistas (entrevistada “D”).

Você vê que os hotéis eles ficam numa orla separada, e de lá você nem precisa entrar na cidade. Quando eu fui com ela, eu não fui no centro. A gente ficou só na praia (entrevistada “G”).

Quando você vai para este tipo de viagem, principalmente em grupo, você vê bem o que é do turista e o que é da população (entrevistada “B”).

Os pontos turísticos, como as dunas, falésias e praias da região de Natal, o Forte dos Reis Magos, o Centro de Turismo, entre outros, são, como afirma Santos, formas-conteúdo com novas e antigas funções que se realizam através dos novos contextos, contendo práticas sociais implantadas em épocas diferentes e que convivem juntas ou conjuntamente na atualidade, mas não sem conflitos. Formas que, dentre outras funções, como se observam nas entrevistas, estão relacionadas ao lazer para um grupo e ao trabalho para o outro. Lugares de prazer e trabalho com conteúdos diferentes para os dois grupos, tendo, porém, uma hegemonia na apropriação do primeiro, definindo, não raras vezes, o grupo ou indivíduos que devem ou podem partilhar tal território na mesma função.

O turismo possui também a característica de colocar, no mesmo espaço, idades diferentes das variáveis, como idade tecnológica e idade organizacional. O espaço turístico parece estar voltado a uma idade tecnológica mais recente, através de seus espaços programados para a atividade como hotéis, restaurantes, meios de transporte, serviços, cujas alterações são mais rápidas – como foi o caso do Projeto Parque das Dunas-Via Costeira. Quanto à idade organizacional, parece predominar as práticas sociais anteriores que organizavam ou organizam as relações e interações sociais, baseadas no território de seus sujeitos, cujas alterações são mais lentas. A convivência ou a junção das duas não pode deixar de causar problemas nas novas relações sociais instaladas, nem nos produtos turísticos disponibilizados, visto as diferentes idades alterarem as demais características

sistêmicas do espaço. A convivência do trabalho formal e informal no mesmo espaço pode ser um exemplo disso, como já mencionado, assim como os baixos salários e a baixa qualificação da mão de obra utilizada na produção e oferecimento do processo. E ainda o fato da não integração das políticas turísticas e urbanas, com idades diferentes, utilizadas nas concepções e desenvolvimento do processo turístico.

Analisar como os indivíduos se relacionam com as formas produz uma possibilidade de entendimento da estrutura social e espacial dos grupos em interação. Poucos entrevistados, quando perguntados se sentiram diferenças na interação dos turistas e da população local com o meio ambiente, responderam que sim. A maioria procurou programas institucionalizados como o lixo, preservação, mas nada que se relacionasse à interação cotidiana e em como aqueles sentiam tais belezas naturais. Se a pergunta mostrou-se ineficaz de um lado, mostrou-se eficaz ao enfatizar e reiterar a pouca observação e atenção dos turistas sobre a população local. As práticas sociais dos turistas não proporcionaram espaço ou condição para observações que não se referissem às suas representações sociais, ao mesmo tempo em que os roteiros institucionalizados inibiam a autonomia e a criatividade. O espaço então se tornou “cúmplice”, como afirma Santos, da estrutura social e como cúmplice, repetiu os mesmos defeitos dos demais elementos – apartação, espaços privilegiados, degradação ambiental, hierarquia de uso, dentre outros.

A composição da paisagem na região de Natal então, reflete, como afirma Santos, uma “mentira funcional”, porque revela a junção sistêmica dos elementos do espaço para um processo de produção turística apartador, simbólico, discriminador e alienante, no qual se encena uma interação com algo abstrato, por não possuir história, nem passado, apenas a racionalidade da produção para o consumo. Na verdade, poder-se-ia dizer que toda a interação é uma mentira funcional a serviço da produção de capital.

“É pelo lugar que revemos o Mundo e ajustamos nossa interpretação” diz Santos (1997b, p. 37), mas intermediados, na atualidade, pelas técnicas, ciência e informações. Nesse sentido, no estudo de caso, verificou-se o privilégio da Natureza-Espetáculo sobre a Natureza-Histórica, no sentido em que produziu a invisibilidade ou desvalorização da história do local e de sua população, representada para os turistas, praticamente, apenas pelo Forte dos Reis Magos e pela antiga cadeia transformada em Centro de Turismo. E este tipo de transformação, conforme bem observa Cruz (2000), menos importa pelo resgate de

antigas formas arquitetônicas ou históricas do que pela criação de novos espaços de consumo para o turismo. Refletem o que Santos afirma serem as sobreposições de novas funções em velhas formas, como resposta às novas necessidades do contexto.

É importante colocar, por fim, que o mesmo desejo que impulsiona os turistas a buscar a natureza como forma de interação natural, faz com que se afastem dela, pois os mesmos mecanismos que aproximam são os que distanciam, ou seja, o meio técnico-científico informacional. A intermediação da técnica, cada vez maior, entre o homem e o seu meio ambiente, avança o rompimento com o entorno, tornando-o, como observa Santos, uma abstração, daí uma “quase” impossibilidade de interação nos modelos prometidos pelo turismo.

Isso é o que Santos afirma ser o espaço, não apenas uma condição, mas um fator da evolução social dentro de um contexto histórico-temporal. A implantação de novos elementos ou valores em um determinado espaço altera sua dinâmica sistêmica, pois os espaços que recebem maior modernidade passam a ser capazes de receber cada vez mais outras inovações, formando um núcleo de especialização e desenvolvimento, numa reorganização social e espacial, fato que pôde ser observado em Natal.

O espaço no turismo não está apenas relacionado ao aspecto físico, mas também ao social e psicológico, porque, além de sua construção material, possui a característica de transmitir seus valores a quem o usufruir – fato já analisado por Jovchelovitch e Santos. A beleza da paisagem é procurada pelos turistas não apenas pela sua agradabilidade visual, mas porque sentem que a inserção nestas traz valores para si.

Um outro ponto a se destacar foi que, com exceção de uma entrevistada, todos os demais souberam localizar o lugar do seu hotel e apenas um ficou em hotel na região mais central da cidade, ficando os demais, ou na Via Costeira, ou no bairro de Ponta Negra. Esta localização foi importante para que os turistas pudessem definir, referencialmente, sua base dentro do espaço da cidade, o que deixou claro que se encontravam apartados e distanciados da vida cotidiana da cidade. Tiveram sua base em uma região segregada, partiram para passeios onde havia apenas turistas (e a população para servi-los) e voltaram para esta base, num fixo e fluxo relacionado apenas com o turismo, sem contato com outros grupos ou indivíduos, fechando-se, então, o círculo espacial da produção do processo

turístico, numa encenação de domínio e conhecimento que são, na verdade, apenas imaginários.

4.2.4 O imaginário do Turista nas relações com o mar e o uso das praias

A união do mar, sol, praia e dunas fazem, neste estudo, a construção da matéria principal de atração do turismo, delineando formas e contornos que refletem a estética atual de beleza natural, a qual compõe muitos dos símbolos do turismo. Essa estética, condicionada pelo senso comum, ou pelo que Bachelard (1997) chamou de Complexo de Cultura, pode estar, de alguma forma, “escondendo”, ou mesmo, diminuindo a força onírica presente nesta. Mas, se observado mais atentamente, localiza-se indícios que ainda denunciam tal importância.

Nas entrevistas, observou-se pouca menção específica à água e ao mar como fator de atração. As duas entrevistadas, no piloto da pesquisa, quando perguntadas sobre o mar, informaram que o mesmo estava relacionado à tranquilidade que proporciona às pessoas, e uma delas (“B”) ressaltou suas cores como fator de escolha de uma das fotografias. Porém, na sua composição como praias, dunas, lagoas e falésias apresenta-se constante como fator de atração, permeando toda a interação turística de Natal, numa união com o sol e as areias, fazendo um trio na construção da matéria, num delineamento de formas e contornos que refletem a belo social, mas que compõem também traços de conteúdo onírico dos sujeitos na interação e contemplação.

A caída, pelos turistas, nas atividades do esquibunda e aerobunda é um destes conteúdos que pode proporcionar a sensação de proteção e acolhimento pela água, após o sentimento de ansiedade e tensão anterior. Fato semelhante foi relatado pela entrevistada “B” quanto à visualização do mar após as aventuras nas dunas: “O mar dá tranquilidade. Tanto o mar e as dunas em conjunto. Ao mesmo tempo que você tem aquela adrenalina de ficar passando por muitas aventuras e emoções, na hora que sai, você olha aquilo, dá uma tranquilidade na pessoa, coisa que a gente não tem aqui no dia a dia”. Todavia, no momento em que o desejo da água límpida, transparente e agradável pode demonstrar a pureza da natureza, do ambiente, transportando suas características aos seus usuários, num jogo de símbolos e sonhos que rompem o racional, pode também demonstrar seu desejo de

apartação ao relacionar a população local à sujeira das lagoas e praias, acentuando a percepção da água, de acordo com o contexto vivido. A água da lagoa visitada em dias distintos teve um sentido ou sensação diferente, assim como a relação com a lagoa chamada de Coca-Cola, na qual a ênfase com o produto foi tão marcante que sua relação com o Processo Civilizador de Elias tornou-se inevitável, dada a marca ser emblemática do desenvolvimento econômico ocidental. Poder mergulhar numa lagoa de Coca-Cola, dentro da Mata Atlântica, pode ser um ícone da representação da Civilização – do meio ambiente natural à alta tecnologia do produto e propaganda – do caráter individual da experiência à sua inserção na universalização social da marca.

É mágico você estar no meio da Mata Atlântica. Você entra na Mata Atlântica, depois tem aquela lagoa imensa. A cor dela é a cor da Coca-Cola, tem até uma foto aqui que dá para te mostrar. É inteira daquela cor que fica na borda. É inteira nesta cor, depois reflete, mas a borda dá para você ter uma idéia. (vendo a fotografia). Uma água deliciosa, isto tudo é Mata Atlântica. Isto foi um marco, eu nunca tinha visto isso. Aqui (mostrando a foto) nós conseguimos registrar a cor só no início da lagoa, mas ela inteira nesta cor. É uma coisa bárbara (entrevistada “C”).

As interações ocorridas em Natal, ou mesmo todo o contexto da viagem, da sua concepção ao retorno, podem representar para os turistas, não só, mas também, o sonho, o onírico, numa interação imaginária e afastada do dia-a-dia. Porém, o onírico nada mais é que a construção de uma representação e, como representação, é uma relação com o real, não sendo, então, uma relação direta, mas intermediada. Portanto, no processo turístico, deseja-se o sonho, interage-se com o sonho e acredita-se no sonho. Talvez seja em função disso que os problemas cotidianos, ligados à realidade, incomodam tanto os turistas, como foi o caso dos entrevistados que tiveram problemas nos quartos do hotel e na numeração dos assentos no avião.

E de fato que aconteceu foi o problema que a gente teve na hora da volta. Que a gente foi num vôo noturno e a gente ia voltar no noturno também. Ia voltar, estava marcado para as 11 horas da noite, e o hotel queria encerrar a nossa diária ao meio dia e a gente ia ficar sem acomodação até o horário. Aí, depois de muita briga, muita discussão, muito desgaste, praticamente acabou com o clima da viagem, quase, destruiu completamente, o problema (entrevistado “H”).

Quando chegou, na volta, em Natal, a gente ficou numa fila no Aeroporto, na hora que a gente foi para a pista, foi até uma queixa que eu fiz para a Soletur na época, eu mandei por escrito: não havia lugares marcados. Então, quem estava assim, de casal, separou. [...] Foi assim a

parte negativa, que eu não lembro direito, mas uma coisa desagradável (entrevistado “F”).

Retomando, mais uma vez, Bachelard (1997) e Barthes (1984), as fotografias tão pitorescas e unárias dos turistas, não só podem, por um lado, dispersar os sonhos, mas, por outro, consolidar representações sociais que são elas também sonhos, visto seu caráter de relação com a realidade. E podem ser sonhos ou desejos de apartação, de segregação, de divisão de classes e não necessariamente de fraternidade ou solidariedade. Os sonhos relacionados à natureza podem trazer em sua origem também os desejos de prestígio, de poder, distinção e mesmo de segregação.

E um exemplo é a ocupação das praias no decorrer da civilização ocidental, que transformaram desejos, formas e funções em prol de um novo conceito de uso e espetáculo. A ocupação das praias, pelo que se pôde observar pelo relato de Corbin (1989), desenvolveu-se numa figuração e estética muito relacionada ao Processo Civilizador ocidental. As mudanças e alterações ocorridas nos sentidos de beleza e uso dos espaços refletiram as relações e interdependências das organizações ali instituídas. Conhecer o desenvolvimento histórico do uso das praias e os sentimentos pelo mar proporciona, inevitavelmente, uma comparação com a interação da época atual, verificando-se que várias características encontram-se presentes, ainda hoje, na interação turística. O espetáculo da natureza, seu controle e domínio, as influências das pinturas (hoje as fotografias), os roteiros do Grand Tour (hoje os pacotes turísticos), itinerários semelhantes, catálogos de objetos a serem admirados (hoje os folders e propagandas), a busca do reconhecimento social, a convivência das percepções e representações dos viajantes, o prazer pela concordância com o imaginado, enfim, várias características ainda definem a interação de viajantes com um novo espaço.

É importante destacar que o desenvolvimento do uso da praia e conseqüente relação com o mar tiveram como motor as relações sociais de prestígio e poder da classe aristocrática e burguesa sobre outros grupos nesses espaços. A distância social com a população local era grande e não oferecia qualquer ameaça de redução, o que fez, inicialmente desta, um espetáculo em função de suas relações com a natureza (fecundidade, longevidade, vitalidade, rusticidade). Contudo, posteriormente, a aristocracia e a alta burguesia ofereceram-se, elas mesmas, como “tema da representação”, e como “espetáculo

social” submetendo a população local a outros espaços, à subserviência e à invisibilidade dentro do processo, características presentes também na atualidade.

As relações verificadas no estudo de caso acentuam as semelhanças do desenvolvimento do processo turístico em Natal com o desenvolvimento histórico do uso das praias e do mar como atividades de lazer, desde o afastamento das populações originárias dos espaços até a encenação de um espetáculo que se deseja ambiental, mas que é também social pela necessidade de representação e construção dos indivíduos e do seu grupo nas interações. O espetáculo da natureza só se torna significativo, no turismo, se for representado e materializado pelo seu ator principal, o turista. Caso não exista tal valorização, torna-se apenas um espaço, como outro qualquer. Esse foi o caso das dunas de Genipabu que, durante anos, ficou, de certa forma, esquecida, sendo valorizada apenas com o desenvolvimento do processo turístico. Sua beleza, junto às atividades ali criadas, passou a fazer parte de um contexto de interdependência, no qual é mais uma peça na cadeia do processo.

Semelhante também é a relação das pinturas e das fotografias que impunham e impõem um modelo de apreciação do lugar e um código normatizado pelo contexto social, direcionando ou estruturando o olhar do viajante, numa ênfase ao sentido da visão. Tal fato ocorre, também hoje, com as propagandas, TV, mídia, marketings, pacotes e roteiros, em que imagens fotográficas definem, como diz Corbin, os catálogos de objetos e lugares a serem admirados, ou seja, os signos e símbolos definidos para a interação e, claro, de acordo com sua classe social.

Os desenvolvimentos sociais e urbanos dos espaços turísticos no século XVIII também se mostram semelhantes com o desenvolvimento de Natal, haja vista os empreendimentos feitos para o turismo na região. Novos atores sociais, espaços definidos para as classes e grupos, novas formas como edificações e infra-estruturas, novas estruturas de relações sociais e figuração de seus sujeitos, novas funções para antigas formas, novas atividades sociais nestes espaços refletindo a nova figuração, enfim, novas relações que alteraram não só antigas relações sociais como ambientais, numa modificação dos espaços e territórios e mesmo períodos e dias específicos de interação para cada grupo de sujeitos, como foi o caso dos melhores dias para se freqüentar os barzinhos e lagoas.

Inclusive no dia que as pessoas do hotel falaram para a gente que era bom, os dois meninos que nós conhecemos de lá falaram: não, lá é bom

de terça e sexta, acho que é. E falaram para a gente que era bom de quarta e sábado. Era uma coisa assim (entrevistada “D”).

O bugueiro sabe direitinho aonde que ele leva e você fica ali, porque até então era uma lagoa linda e maravilhosa, mas voltando vimos um povo sujinho que era o povo de lá mesmo (entrevistada “D”).

Tais fatos deixam claro a recorrência de um padrão de apropriação dos espaços para o lazer de uma classe economicamente superior que conforma espaços, sujeitos e relações à sua dinâmica e que parece ser contemporânea, mas que possui sua origem distante, no desenvolvimento do Processo Civilizador.

Assim como foi preciso desarmar o mar de seus “perigos” para a interação da aristocracia à época, na atualidade isto não é diferente. Como já mencionado, foi preciso que as representações do mar, praias, dunas, lagoas, enfim, da natureza fossem “domesticadas” para que os turistas interagissem em segurança e com o domínio sobre esta, junto a uma infra-estrutura que também os valoriza.

A Infra-estrutura da cidade, para mim, estava muito boa. Principalmente em relação ao hotel que eu fiquei, que era um dos melhores que tinha lá (entrevistada “B”).

P. Alguma coisa boa marcou, ou não?

E. Eu ia falar o hotel (entrevistada “E”).

E, assim como as populações locais foram, segundo Corbin (1989), relacionadas a natureza, tornando-se elas também espetáculo social – um eco da natureza – tal característica continua recorrente na interação, porém tornando a população, caso não adaptada ao espetáculo, invisível para os turistas, passando agora, os turistas a serem, também, o espetáculo da interação, na sua forma de representação, sempre renovada e registrada por suas câmeras ativas e ideológicas, na objetivação dos “signos de reconhecimentos” relatados por Corbin (1989, p. 266), fato anteriormente definido pelas pinturas pitorescas.

4.2.5 A Fotografia do Turista como representação idílica do lugar

Na análise das fotografias do estudo de caso, verificou-se que estas se assemelharam quase a uma foto-documentação da interação, visto a constante presença dos turistas nas fotografias e como se verá adiante, normalmente no centro da imagem, olhando para a câmera, posando, sorrindo e com o que se deseja realmente mostrar, atrás de si.

As fotografias analisadas da interação em Natal mostraram-se relacionadas, em sua maioria, à natureza e à interação dos turistas com essa natureza, seja na apreciação de paisagens compostas esteticamente como praias, dunas e lagoas, seja no desafio desta natureza, como os passeios de bugues sobre as dunas, aerobundas, esquibundas e ultra-leves. Foram, em sua maioria, registradas no período diurno, numa valorização da luz e da natureza onde o sol, a água, a areia e o céu proporcionavam uma composição estética, cuja semelhança nas fotografias mostrou-se bastante grande. O encontro do mar com a areia, iluminados pelo sol, compuseram grande parte das fotografias nas quais os entrevistados, em sua maioria, colocavam-se no primeiro plano, tendo ao fundo tal composição¹² (fotografias 4 a 7).



Fotografia 4 (entrevistada “E”)



Fotografia 5 (entrevistada “G”)



Fotografia 6 (entrevistada “C”)



Fotografia 7 (entrevistada “B”)

Esse fato ou constatação clarifica a vontade ou necessidade dos turistas de estarem presentes e em evidência nos registros de suas interações, sempre olhando para a câmera, como que a reconhecendo ou reconhecendo-se nela e sempre sorrindo para o fotógrafo,

¹² A entrevistada “G” mencionou seu desejo constante de ter sempre alguém na fotografia, mas em função de divisão de registros fotográficos com a irmã acedeu nos registros de paisagens.

numa confirmação do prazer, da satisfação e da felicidade da vivência, devendo ser, portanto, desejada e copiada pelos demais que as olharem no futuro. A interação é caracterizada também pela leveza das roupas, como já mencionado, as quais reafirmam, no figurino, os signos de sua condição de turista, ressaltando sua diferenciação com a população do local.

Nos relatos de cada fotografia, alguns entrevistados como que convidavam a pesquisadora a entrar na vivência passada, retomando-a no presente, num refazer e reviver de caminhos, praias, dunas e aventuras. As fotografias serviram, assim, algumas vezes, de comprovação do que já haviam relatado na entrevista e/ou de lembranças de algo que tinham esquecido de mencionar, numa complementação na interação com a pesquisadora “Agora vendo as fotos eu tô vendo que vou lembrar de muita coisa” (entrevistada “D”). Como já mencionado, os relatos eram como “legendas sonoras” que definiam, justificavam, limitavam interpretações e percepções e, principalmente, orientavam a visão da pesquisadora, assim como de qualquer ouvinte, na leitura circunstancial daquelas imagens, pedindo, como relata Machado, um “olhar por procuração”, que seguisse a percepção do seu relator e produtor. Contudo, observou-se também entrevistados que foram breves e superficiais nos seus relatos sobre as fotografias, não criando um maior envolvimento com a pesquisadora sobre os fatos, sentimentos e emoções de cada imagem. Fato que não invalida o enredamento para a comprovação de seus relatos.

A análise dos dados precisou de uma aproximação e recuo constantes da pesquisadora para despir-se de conceitos já formados dos lugares, situações, interpretações, percepções e principalmente, do enredamento proporcionado pelos relatos dos entrevistados que poderiam conduzir as análises apenas aos conceitos realçados por estes, numa mera concordância com razões, emoções e sentimentos, esquecendo-se, como Harbutt ressaltou (citado por FERNANDES JR., 2004), que as fotografias são, ao mesmo tempo, “imagens reais e realidades imaginadas”, numa ambigüidade e mascaramento que precisam ser desvendados, pois as realidades imaginadas podem ser a construção maior do processo turístico e a característica fundamental de suas fotografias.

E essas fotografias podem representar um sistema integrado de signos que denotam um sentimento de apropriação espacial em que, mesmo através de imagens, seus proprietários as percebiam como suas. A apropriação de uma imagem numa combinação de

signos demonstra a intencionalidade do registro e de sua posse, mesmo que pouco reconhecido pelo seu produtor. Como menciona Urry (1996, p. 186) “Fotografar é apropriar-se, de certo modo, do objeto que está sendo fotografado. É uma relação de poder/conhecimento. Ter conhecimento visual de um objeto é, em parte, ter poder sobre ele, ainda que momentâneo. A fotografia doma o objeto do olhar ...”

Para isso, continua Urry (1996, p. 174), “Nós não ‘vemos’ as coisas literalmente. Sobretudo como turistas, vemos os objetos que são constituídos como signos. Eles representam algo mais. Quando olhamos como turistas, o que vemos são vários signos ou clichês *turísticos*” (grifo nosso). O olhar do indivíduo, enquanto turista, modifica a leitura dos signos a serem reconhecidos na procura do extraordinário, do excepcional – o azul das águas e do céu com as areias brancas; ou as dunas com as lagoas; o maior cajueiro do mundo; passeios de dromedários; passeios de ultraleves; beber cerveja dentro da água com peixes em volta – situações excepcionais transformadas em espetáculo. Os turistas inserem-se nesses contextos sentindo que, ao interagir com eles e mesmo registrá-los, estes lhe transmitirão seus valores, assim como passarão a compor suas representações numa facilitação de comunicação, distinção e prestígio. O espaço turístico torna-se, assim, para os turistas, um espaço simbólico à medida que compõem todo um imaginário de sonhos, desejos e representações.

O contato com o extraordinário e o excepcional proporciona ao indivíduo sentir-se, ele também extraordinário, excepcional, incorporando às suas categorias classificatórias tais experiências numa valorização individual e social. A fotografia facilita tal representação quando apresenta a imagem como sendo uma prova da realidade, disfarçando sua natureza construída ou seu conteúdo ideológico (URRY, 1996; MACHADO, 1984; LEITE, 1993).

A fotografia oferece ao seu leitor os signos do contexto, e no caso do turismo, os signos que marcam tal interação como o sol, céu azul, mar, praias, dunas, areias brancas. Mas outros signos, não tão principais, mas também importantes, compõem e completam o imaginário dos indivíduos como o sorriso nas fotografias; as aventuras nos passeios de bugues, esquibunda e aerobunda; os vestuários; as fotografias das piscinas dos hotéis, os registros da viagem de avião; o atendimento e subserviência da população local. São inúmeros os signos do turismo, os quais dependem das características sociais e ambientais

do contexto visitado, das características do grupo de visitantes, de como um grupo percebe o outro, enfim, inúmeras circunstâncias, mas que, no seu processo, possuem um padrão semelhante.

A leitura do meio ambiente à procura de conceitos e signos, os quais advém de um discurso e representação institucional do turismo, faz com que os indivíduos, enquanto turistas, procurem-nos e registrem-nos também nas fotografias, o que produz uma interação simplista, rápida e óbvia com o contexto. Daí um dos motivos da semelhança das fotografias dos turistas – uma composição unária que, conforme Barthes, não proporciona nenhum duelo ou distúrbio, apenas um re-conhecimento. Uma produção de signos pré-estabelecidos por produtores globais do processo, dentre eles os meios de comunicação e reproduzidos também pelos produtores locais, num círculo de produção difícil de ser quebrado.

Um ponto que vem acentuar tal análise é o que Urry (1996, p. 70) chama de “olhar coletivo”, que seria aquele que precisa da presença de outras pessoas para indicar que aquele é o lugar que se deve estar – é confirmado pelos demais. Nas fotografias analisadas, tal fato foi verificado, com outros turistas (grupo semelhante ao seu) aparecendo na composição da cena, confirmando ser ali um dos lugares importantes da viagem, o que os valorizava, já que, se sentidos como inferiores, não seriam registrados (fotografias 8 a 11). Contudo, este olhar coletivo também se confirma no ato de olhar e ouvir o relato das fotografias dos turistas. Quando estes mostram suas fotografias a familiares e amigos encontram-se confirmando, mais uma vez, a importância de tais lugares e a sua presença e de outros nestes.



Fotografia 8 (entrevistado “F”)



Fotografia 9 (entrevistada “B”)



Fotografia 10 (entrevistada “D”)



Fotografia 11 (entrevistado “H”)

Os signos, porém, são valorizados de acordo com o grupo social ao qual os indivíduos pertencem. Assim, por exemplo, verificou-se uma pequena diferença de valorização dos turistas do Sudeste com a turista nascida no Nordeste, no momento em que esta valorizou mais os signos como cachoeira e caverna de pedra, os quais se distanciavam do tradicional praia, sol e dunas. Tais valorizações são importantes porque refletem a individualidade e a possibilidade de criação e autonomia destes.

Contudo, não se fotografam os mesmos lugares e objetos apenas porque os valores do grupo são semelhantes na sua origem, mas também porque o processo turístico torna tais lugares e objetos significantes através de símbolos como de beleza, descanso, aventura, prestígio, poder, liberação de sentimentos e impulsos. A produção do processo turístico é toda feita por símbolos e signos para que os turistas os encontrem rapidamente e facilmente, numa coleção de imagens que vai sendo adicionada ao seu conhecimento e posse, pois os símbolos, como coloca Jovchelovitch (2000), atenuam a força dos objetos, podendo, então, serem “controlados”.

A interação turística busca e confirma o caráter consensual mencionado por Moscovici (2003), o que dá segurança ao turista da correção de suas interpretações, fato que pode ser comprovado pela anuência dos passeios em grupo (normalmente em ônibus ou vans) onde um guia orienta os lugares a serem visitados, o tipo de olhar e interação que se deve ter, e até o melhor tempo de duração de tal interação. O consenso dá força, segurança e direção aos sujeitos nas interações, iluminando certos pontos e escurecendo outros, daí a necessidade de registro.

Cabe aqui uma menção ao que relata Jovchelovitch (2000, p 146-147) a respeito das lacunas existentes entre a realidade e as representações junto ao sentido de infinitude e

homogeneidade das fotografias mencionadas por Machado (1984). Isso pode ser observado nas fotografias onde, como já afirmado, aparecem apenas os signos relacionados ao que se deseja mostrar (os signos referentes a Natal podem ser, por exemplo, o Morro do Careca, as dunas de Genipabu, os bugues, o maior cajueiro do mundo), signos que podem ser reconhecidos por outros sujeitos e que, ao mesmo tempo, buscam dar a impressão ao leitor das fotografias do sentido de infinitude e homogeneidade, levando a crer que o turista conheceu ou interagiu com amplos espaços além da imagem representada. Contudo, pelo que se pôde verificar, ficou restrito a espaços pré-definidos pelo processo, onde a visão foi usada, não para criar correspondências, como menciona Bachelard (1997), mas para efetuar simples traduções conformadas em sua maioria, por representações anteriores. Os outros signos que possam discordar da interpretação vigente e consensual ficarão obscurecidos ou não registrados nas lacunas mencionadas por Jovchelovitch, fazendo com que, para os leitores das fotografias, não existam – é um dos mecanismos de valorização ideológica.

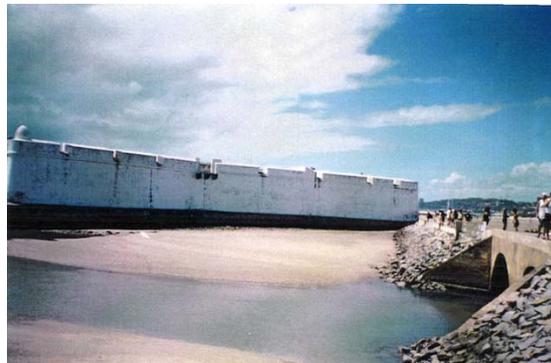
E como os signos turísticos são pontuais, ou seja, distantes do contexto social original do seu território, o turista “flutua” no espaço turístico em um tempo a-histórico, longe de suas origens e contexto, sem contato efetivo com a realidade local, desvinculado da realidade do seu entorno, com enfoque apenas nos pontos turísticos descontextualizados e na infra-estrutura oferecida para sua permanência, o que torna suas imagens fotográficas uma abstração, no momento que não possuem outros referenciais senão os da mídia turística, que as vendem nos padrões mercadológicos de consumo. “Bom, a gente andou bem para chegar aí. Eu não sei bem o caminho, mas pegamos até uma balsa para chegar aqui. A gente cruzou um negócio assim, era tipo uma linha isso daqui, que a gente cruzou, então não era perto não, a praia dali” (entrevistada “E”).

Uma fotografia interessante é de uma entrevistada que aparece em primeiro plano (fotografia 12), tendo o Forte dos Reis Magos bem ao fundo contrastando o branco de suas muralhas com o azul do céu e do mar, numa composição estética emblemática da distante relação dos turistas com a história do lugar. Nesse mesmo sentido, duas outras fotografias (fotografias 13 e 14), de outros entrevistados, mostram também o Forte: uma do lado de fora, aparecendo apenas suas muralhas, a passarela que leva até ele, um canal de água e os turistas transitando na passarela, e outra registrada de dentro do Forte, mas com imagens de fora dele. Nota-se o mesmo com a antiga cadeia transformada em Centro de Turismo, cujo

registro foi, também, feito de fora, de seu exterior, numa distância física e histórica de seus visitantes (fotografia 8).



Fotografia 12 (entrevistada “D”)



Fotografia 13 (entrevistado “F”)



Fotografia 14 (entrevistada “B”)

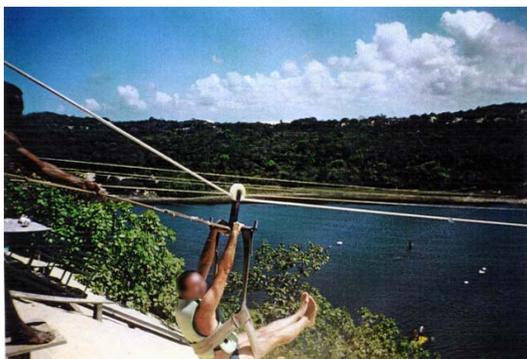
Porém, o inverso da representação foi verificado quanto às atividades de aventura, as quais evidenciaram um constante registro fotográfico das vivências e interações nos bugues, esquibunda, aerobunda, ultraleves, demonstrando seu valor e seu caráter de excepcionalidade na interação, sempre com a água presente (fotografias 15 a 18).



Fotografia 15 (entrevistada “G”)



Fotografia 16 (entrevistada “G”)



Fotografia 17 (entrevistado “F”)



Fotografia 18 (entrevistada “D”)

Verificou-se, também, como característica das fotografias dos turistas a grande angulação nos registros, procurando a maior imagem possível das paisagens, inclusive com registros do alto, revelando uma posição de certa forma superior sobre a paisagem, o que auxilia a uma melhor visualização, mas afasta a interação. Várias praias, falésias, e dunas foram registradas desta maneira, como a seguir (fotografias 19 e 20).



Fotografia 19 (entrevistada “A”)



Fotografia 20 (entrevistada “G”)

E aqui se torna importante a análise da questão da repetição das viagens e interações. Urry (1996, p. 71) menciona que os turistas contemporâneos são “coleccionadores de olhares”, daí o pouco interesse em repetir visitas aos mesmos lugares, o que sustenta a hipótese de coleção de imagens as quais representam um controle e poder, à medida que as guardam e impõem uma realidade imaginada sobre elas. Apenas dois entrevistados já conheciam Natal e retornaram (uma já havia visitado muitos anos antes (entrevistada “A”), e outra morava, à época, em Recife, que fica próximo (entrevistada “G”), a entrevistada “B” informou que após a viagem relatada neste trabalho, já foi outras

vezes a Natal.¹³ A posse de informações e principalmente de imagens faz com que a excepcionalidade e o extraordinário diminuam de intensidade, podendo ser este um dos motivos do pouco empenho de voltar, antes de conhecer outros lugares e, talvez, ainda, pelo receio da destruição da representação anterior, construída em bases imaginárias.

A gente voltou várias vezes, meu irmão, ele vai sempre lá também. Eu voltei com o “GG” (filho), meu irmão, toda a família, e assim, a gente ficou mais isolado. A gente não teve este contato que teve com... também alugamos o bugre e também não teve esse tratamento. Assim, não que fosse discordial, mas foi diferente (entrevistada “G”).

Por outro lado, seguindo o pensamento de Bachelard (1997), se certas matérias transportam em nós seu poder onírico, o mar pode estar transportando tal poder para o processo de escolha dos lugares a serem visitados, pois com as areias forma as praias e com as areias e o vento forma as dunas – ultrapassando a percepção apenas de ornamento para as paisagens. Não fosse assim, não existiria tanta fotografia em que a água do mar aparece, mesmo com uma presença coadjuvante, e nem seria o litoral um lugar de tão alto fluxo turístico.

A dialética existente na imaginação, junto à ambivalência, como mencionado por Bachelard (1997), não foi observada claramente nas entrevistas ou fotografias analisadas. Porém, duas situações registradas podem demonstrar tais características, em que o desejo conflitava com a conformação do processo, tendo que buscar procedimento, ou mesmo atitudes alternativas. A primeira situação é que o desejo de valorização da história local e de suas formações arquitetônicas do entrevistado “F” propiciou apenas uma fotografia fugaz (fotografia 21), registrada de dentro do ônibus, enquanto este se dirigia aos pontos turísticos constantes do *trade* turístico. “Aqui eu tirei de dentro do ônibus. Nós estávamos dentro do ônibus e eu fui tirando. Solar Boa Vista...”

¹³ Não se discute neste trabalho o custo da viagem para Natal, principalmente para os moradores da região Sudeste, mas sim o conceito de pertencimento que a coleção de imagens traz.



Fotografia 21 (entrevistado “F”)

A segunda situação foi a vivência do pôr do sol em um barzinho onde tocava o Bolero de Ravel ao entardecer, cujo tempo de apreciação e contemplação, ouvindo a música, foi considerado pela entrevistada e sua família uma boa experiência, sendo, porém, logo interrompida para o retorno apressado em função da subida da maré. Um tempo de contemplação, mesmo que adaptado a um gosto clássico e de certo status, desenvolveu-se naquele grupo familiar, mas logo se desvaneceu na necessidade de retorno ao ritmo veloz dos passeios.

Essas duas, na verdade, eu não sabia qual que eu pegava, então peguei as duas. Porque foi num dia que a gente foi num barzinho, e foi daqueles que o guia indicou. Ele era na beira, assim, está vendo? Quase entrando assim no mar (em cima de palafitas). E nesse barzinho o cara... é assim, é uma ruinha que tem vários barzinhos. Em cada barzinho toca aquela música O Bolero de Ravel, sabe. E em cada barzinho é um instrumento diferente. Então, no que a gente foi era sax, aí no barzinho do lado era violino e, às seis horas da tarde o cara entra e vai pelo barzinho tocando o Bolero de Ravel, e o por do sol, o sol vai baixando assim, em cinco minutos, né? Enquanto você toca a música, baixa o sol. Aí a gente, nossa, foi muito legal. [...] Às seis horas todos tocam juntos, só que cada um num barzinho. Então a gente estava aqui, a gente ouvia assim de fundo o violino do outro. Eles tocando, aí toca, toca, toca, até o por do sol baixar e aí acabou. [...] Foi muito bom esse dia, aí a gente ficou, é muito rápido né, aí baixou o sol e escureceu. Aí já escureceu, aí vamos embora senão a balsa ... e fomos rápido (entrevistada “E”, fotografias 22 e 23).



Fotografia 22 (entrevistada “E”)



Fotografia 23 (entrevistada “E”)

E por último, retomando Jovchelovitch, que coloca a argumentação como forma de alcançar o consenso, acentua-se o papel da fotografia como instrumento de argumentação, tanto como base de relatos, quanto de prova da não subjetividade de seus argumentos. No turismo, este tipo de argumentação – as fotografias – é usado antes e após as interações, num processo de formação e confirmação das representações e signos da interação. Assim, as fotografias puderam revelar o senso comum do grupo estudado, num padrão de apreciação e imagens semelhantes, confirmando sua característica ideológica (fotografias 24 a 27).



Fotografia 24 (entrevistado “F”)



Fotografia 25 (entrevistada “D”)



Fotografia 26 (entrevistada “B”)



Fotografia 27 (entrevistada “D”)

Portanto, a pergunta de Jovchelovitch retorna: quem sou Eu se não o Eu que Outros apresentam a mim? No turismo, pode-se dizer que o Outro é apresentado de acordo ou em conformidade com as expectativas e representações dos turistas, as quais, por sua vez, são formadas de acordo com a produção e construção do processo turístico em tais lugares, e o Eu, inclusive nas fotografias, é imaginado, idealizado e relacionado ao status do entorno que, no caso de Natal é a natureza. Portanto, os turistas vêem a si mesmos através de uma lente fotográfica que os assemelha às características do entorno (extraordinário): beleza das praias e dunas, tranquilidade das lagoas, atividades de aventura, liberdade do cotidiano e prestígio e poder na interação. Vêem a si mesmos como se idealizaram – felizes, prestigiados e poderosos – pois o Outro, neste caso a natureza, e não a população, apresenta-os aos demais com estas características através das fotografias.

CAPÍTULO 5

Considerações Finais

Procurou-se, neste trabalho, uma análise conjunta dos saberes das ciências humanas passando do controle das emoções à construção e conformação física do entorno, através de mecanismos nos quais as Representações Sociais intermediam e dão sentido a tais controles e conformações. A importância de tal análise encontra-se, por um lado, no pensamento dos autores quando enfatizam o papel fundamental das relações dentro do contexto social e ambiental, na busca da análise do cotidiano e do senso comum dos sujeitos, e por outro lado, na possibilidade de integração, convergência e complementação dos conhecimentos específicos de cada ciência.

A valorização das emoções, impulsos e pulsões na construção de relações sociais, em contrapartida à grande racionalização dos processos de interações sociais, vem ao encontro da necessidade de se entender os indivíduos como atores cujos comportamentos encontram-se impulsionados por ambos os aspectos – emoção e razão. Elias fornece esta contribuição ao afirmar o desenvolvimento do Processo Civilizador da sociedade ocidental como correspondente ao desenvolvimento dos indivíduos, os quais privilegiam a razão nas relações e condições de interdependências, enquanto buscam atividades substitutas para liberação de impulsos, instintos e desejos. A razão, assim, permeia os processos de interação e interdependência social e ambiental, no obscurecimento das emoções – não menos importantes para as interações – e os autores estudados neste trabalho, conscientes desta relação, permitem uma maior ampliação da análise e conhecimento.

No processo turístico, o caráter transitório da interação, apenas acentua a emergência e intensidade de emoções e impulsos e a conformação material e ambiental para tal interação, desconsiderando, na maioria das vezes, as construções sociais

previamente existentes. Tal desvalorização do “Outro” social, ao contrário do “Outro” ambiental, valida o direito de uso do lugar ao estigmatizá-lo e torná-lo invisível, ou mesmo ao pensar-se impotente para alterar problemas do contexto, numa defesa da própria identidade individual e grupal; valida as relações construídas num vácuo social e histórico em que o desejo de espetáculo, paraíso e emoções permeia estas relações, denunciando o caráter objetivo e, principalmente, subjetivo das relações; e valida também as materializações de suas práticas sociais, onde a cada forma corresponde uma função, sendo que suas mudanças revelam as mudanças estruturais das relações de seus indivíduos.

O processo turístico, assim como qualquer outro processo, produz-se numa teatralização, onde se pode dizer que a Geografia oferece o cenário, a Sociologia o roteiro e a Psicologia os comportamentos, sendo as fotografias provas desta encenação, numa eternização de instantâneos produzidos em função das representações de um dos grupos que interage. Encena-se uma interação, mediadas por “águas encantadas”, numa posse e domínio passageiros e ilusórios, convencendo-se de que o controle dos símbolos e signos desta interação reflete poder, prestígio e distinção perante o seu grupo e os demais. Ocultam-se as características conflituosas existentes nas relações em torno de tais águas, assim como se minimiza seu poder onírico.

Este trabalho não se deseja arrogante ao imputar para si a verdade ou o conhecimento da realidade das interações com o meio ambiente natural ou social, visto que tal verdade não existe. Como se apresentar conhecedor da verdade, se esta é apenas uma relação? Como desejar que os turistas entrem em contato com a realidade, se esta também se oferece através de uma relação, ao mesmo tempo, objetiva e subjetiva? Tal questionamento vai aos confins das interações humanas e ambientais, sem resposta definitiva.

Contudo, como aceitar o desenvolvimento de um processo que possui o germe da liberdade, da solidariedade, do desenvolvimento econômico e social, mas que produz apartações sociais, territorialidades restritas a determinados usuários e um nível de desigualdade social bastante grande? Este tipo de relação pôde ser verificado neste trabalho e precisa ser demonstrado, não com arrogância, mas com solidariedade ao Outro que me reflete. A impossibilidade dos turistas (que somos todos) verem-se como “nós” junto à população local revela a impossibilidade de ver o vizinho, o padeiro, o porteiro, também

como “nós”. O diferente, o destoante, encontra-se distante, encontra-se no “eles”, enquanto o igual, a segurança e o prestígio encontram-se no “nós” e principalmente no “eu”, o que propicia e induz a formação e manutenção de interações caracterizadas pela relação Estabelecidos-Outsiders.

Assim, tais sentimentos e relações constroem e conformam não só o presente, mas alteram a relação com o passado e influenciam o futuro. Daí a importância e a necessidade do estudo conjunto das ciências, quebrando a barreira do “nós” e “eles”, na ampliação da possibilidade de análise das relações, no seu caráter de interdependência entre indivíduo, sociedade e meio ambiente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AOUN, Sabah (2001). *A procura do paraíso no universo do turismo*. Campinas (SP). Editora Papirus.

BACHELARD, Gaston (1997). *A água e os sonhos: ensaio sobre a imaginação da matéria*. São Paulo (SP). Editora Martins Fontes (Coleção tópicos).

BARTHES, Roland (1984). *A Câmara Clara: nota sobre a fotografia*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.

BIELLA, C. R. F.; VALENCIO, N. F. L. S. (2003). Impactos de Empreendimentos Turísticos em Pequenas Comunidades: uma Visão Sociológica como Subsídio às Políticas para o Setor. In: MARTINS, R. C.; VALENCIO, N.F.L.S. (orgs.). *Uso e Gestão dos Recursos Hídricos no Brasil: Desafios Teóricos e Políticos-Institucionais*. vol. II. São Carlos. Editora RiMa.

_____; VALENCIO, N. F. L. S. (2005). O Espaço Litorâneo pelo Olhar do Turista: Bases Conceituais para uma Análise Social. In: ESPÍNDOLA, E. L. G.; WENDLAND, E. (orgs.). *PPG-SEA: trajetórias e perspectivas de um curso multidisciplinar*. São Carlos. Editora RiMa.

CORBIN, Alain (1989). *O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental*. São Paulo. Editora Companhia das Letras.

CRUZ, Rita de C. (2000). *Políticas de turismo e território*. São Paulo. Editora Contexto.

CUNHA, Lúcia H. de O. (2000). Significados Múltiplos das Águas. In: DIEGUES, Antônio C. (org.). *A Imagem das Águas*. São Paulo. Editora Hucitec, Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras / USP.

DANTAS, Maria E. (2000) Educação-Fotografia: impressões e sentidos. *Anais 23ª Reunião Anual da ANPED – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação*. Disponível em: <http://168.96.200.17/ar/libros/anped/0209T.PDF>. Acesso em 20.05.2004.

DUVEEN, Gerard. (2003). Introdução – O poder das idéias. In: MOSCOVICI, Serge. *Representações Sociais: Investigações em psicologia social*. Petrópolis (RJ). Editora Vozes.

ELIAS, Norbert (1993). *O Processo Civilizador*. Volume 2. Rio de Janeiro (RJ): Jorge Zahar Editor.

_____ (1994). *O Processo Civilizador*. Volume 1. Rio de Janeiro (RJ): Jorge Zahar Editor.

_____ (1994b). *A sociedade dos Indivíduos* Rio de Janeiro (RJ). Jorge Zahar Editor.

_____ (1998). *Sobre o Tempo*. Rio de Janeiro (RJ). Jorge Zahar Editor.

_____; SCOTSON, John L. (2000). SCOTSON, John L. (2000). *Os Estabelecidos e os Outsiders*. Rio de Janeiro (RJ): Jorge Zahar Editor.

FERNANDES JR., Rubens [2004]. *Desconhecidos Íntimos - O imaginário do fotógrafo lambe-lambe*. Disponível em: <http://www.mnemocine.com.br/fotografia/rubens.htm>. Acesso em 18.06.2004.

FONSECA, Maria A. P. da (2002) Turismo e Trabalho em áreas periféricas. *Revista Electrónica de Geografía Y Ciencias Sociales*. Universidade de Barcelona. Vol. VI, núm. 119 (128), 1 de agosto de 2002. Disponível em <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119128.htm>. Acesso em 03.01.2004.

FONTELES, Osmar J. (1998). Comunidade de pescadores de Jericoacoara-Ceará entra na rota turística. In: VASCONCELOS, Fábio P. (org.) *Turismo e meio ambiente*. Fortaleza (CE), UECE.

FROMM, Erich (1980). *Ter ou Ser*. Rio de Janeiro (RJ): Zahar Editores.

GEBARA, Ademir (2002). Sociologia Configuracional: As emoções e o lazer. In: BRUHNS, Heloísa T. *Lazer e Ciências Sociais: diálogos pertinentes*. São Paulo (SP): Chronos (Coleção Lazer, esporte & sociedade).

JOVCHELOVITCH, Sandra (2000). *Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil*. Petrópolis (RJ). Editora Vozes.

LEITE, Miriam M. (1993). *Retratos de Família: Leitura da Fotografia Histórica*. São Paulo (SP). Edusp – (Texto & Arte; vol. 9).

MACHADO, Arlindo (1984). *A Ilusão Especular: introdução à fotografia*. São Paulo: Editora Brasiliense.

_____ (2004). *A Fotografia como Expressão do Conceito*. Disponível em: <http://www.studium.iar.unicamp.br/doi/arlindo.htm>. Acesso em 20.05.2004.

MALDONADO, Simone C. (2000). A Caminho das Pedras: Percepção e Utilização do Espaço na Pesca Simples. In: DIEGUES, Antônio C. (org.). *A Imagem das Águas*. São Paulo (SP). Editora Hucitec, Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras / USP.

MOSCOVICI, Serge (2003). *Representações Sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis (RJ). Editora Vozes.

NEIBURG, Federico (2000). A sociologia das relações de poder de Norbert Elias. In: ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. *Os Estabelecidos e os Outsiders*. Rio de Janeiro (RJ): Jorge Zahar Editor.

PONTES, Heloísa (2001). Elias, renovador da ciência social. In: WAIZBORT, Leopoldo (org.). *Dossiê Norbert Elias*. 2. ed. – São Paulo (SP). Editora da Universidade de São Paulo.

RIBEIRO, Gustavo L. & BARROS, Flávia L. (1997). A corrida por paisagens autênticas: turismo, meio ambiente e subjetividade no mundo contemporâneo. In: SERRANO, Célia M. Toledo & BRUHNS, Heloísa T.(orgs.) *Viagens à Natureza: Turismo, Cultura e Ambiente*. Campinas (SP), Papirus (Coleção Turismo).

RODRIGUES, Núbia & CAROSO, Carlos (2000). Quando os turistas chegaram...Texto extraído dos *Anais do XXII Reunião Brasileira de Antropologia*, Brasília. Fórum de Pesquisa: “Antropologia e Turismo”. Edição Eletrônica, CD-Rom da 22ª RBA – Associação Brasileira de Antropologia.

SANTOS, Milton (1992). *Espaço e Método*. São Paulo. 3ª edição. Editora Nobel (Coleção espaços).

_____ (1997). *Pensando o Espaço do Homem*. São Paulo. Editora Hucitec.

_____ (1997b). Técnica, Espaço, Tempo: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo. Editora Hucitec.

_____ (2004). *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro. 11ª edição. Editora Record.

THOMAS, Keith (1988). *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais, 1500-1800*. São Paulo. Editora Companhia das Letras.

URRY, Jonh (1996). *O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas*. São Paulo. Editora Studio Nobel: SESC (Coleção megalópolis).

WAIZBORT, Leopoldo (2001). Elias e Simmel. In: WAIZBORT, Leopoldo (org.). *Dossiê Norbert Elias*. 2. ed. – São Paulo (SP). Editora da Universidade de São Paulo.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)